

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS/PPGICH

Viviane Teixeira Silveira

**TECNOLOGIAS E A MULHER ATLETA: Novas possibilidades de
corpos e sexualidades no esporte contemporâneo**

Florianópolis
2013

Viviane Teixeira Silveira

TECNOLOGIAS E A MULHER ATLETA: Novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo

Tese submetida ao Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandez Vaz

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª Carmen Silvia de Moraes Rial

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silveira, Viviane Teixeira

Tecnologias e a mulher atleta : novas possibilidades de corpos e sexualidades no esporte contemporâneo / Viviane Teixeira Silveira ; orientador, Alexandre Fernandez Vaz ; co-orientadora, Carmen Sílvia de Moraes Rial. - Florianópolis, SC, 2013.

162 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Interdisciplinar em Ciências Humanas. 2. Esporte. 3. Gênero. 4. Doping. 5. WADA. I. Vaz, Alexandre Fernandez. II. Rial, Carmen Sílvia de Moraes. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.



Universidade Federal de Santa Catarina
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

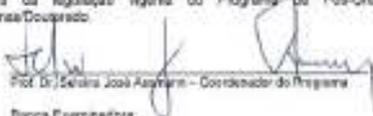
**"TECNOLOGIAS E A MULHER ATLETA: NOVAS
 POSSIBILIDADES DE CORPOS E SEXUALIDADES
 NO ESPORTE CONTEMPORÂNEO"**

POR

Viviane Teixeira Siqueira

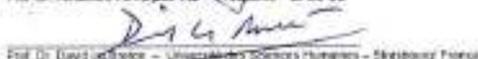
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Fernandes Vaz
 Coorientadora: Profª. Drª. Carmen Silvia Rai

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas e aprovada em sua forma final em 08 de março de 2013, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

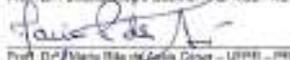

 Prof. Dr. Sérgio José Assis – Coordenador do Programa

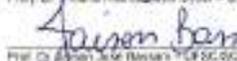
Banca Examinadora:

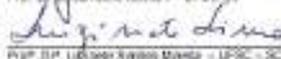

 Prof. Dr. Alexandre Ferraguzzi Vaz – Presidente – UFSC/SC

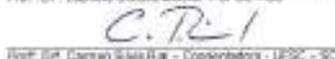

 Prof. Dr. David de Moraes – Universidade Sciences Humanas – Strasbourg França


 Prof. Dr. Sílvio Veiros Doulker – UFPEL – RS


 Prof. Dr. Maria Rita de Cella Cioer – UFPR – PR


 Prof. Dr. Roberto José Mendes – UFSC/SC


 Prof. Dr. Roberto Siqueira Batista – UFSC – SC


 Prof. Dr. Carmen Silvia Rai – Coorientadora – UFSC – SC

Florianópolis, 08 de março de 2013

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pelo suporte institucional. Um agradecimento especial à prof^ª Joana Maria Pedro e ao prof. Selvino Assmann pela disponibilidade e afeto que sempre demonstraram. Agradeço também Ângelo, Jerônimo e Helena por todo apoio necessário aos alunos e alunas, e por nos receber com carinho e atenção em nossas demandas.

Às agências de fomento à pesquisa que viabilizaram o desenvolvimento desta investigação: à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro nos dois primeiros anos e durante o estágio sanduíche na França; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de pesquisa nos dois últimos do curso.

Ao arquivo do Museu Olímpico em Lausanne pela recepção e auxílio na pesquisa.

Ao prof^º Alexandre Vaz por acreditar em minha proposta inicial, pelo acolhimento e pelas críticas, fundamentais para a construção da tese. Obrigada, sobretudo, pela presença constante. Além da minha gratidão, meu respeito e admiração.

A prof^ª Carmen Rial, co-orientadora do trabalho, por me receber neste Programa e por introduzir novas questões e teorias à problemática da pesquisa.

A banca de doutores:

À David Le Breton, professor de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Marc Bloch de Strasbourg/França, que me acolheu na Universidade e em seu laboratório, estabelecendo um diálogo encantador e de grande profundidade sobre algumas questões de minha tese;

À prof^ª Maria Rita de Assis César, pela amizade, pelo diálogo constante enriquecedor e presença sempre especial;

À prof^ª Silvana Goellner, meu profundo agradecimento por sua presença depois de alguns desencontros.

Ao prof^º Jaisson Bassani, por ter aceitado o convite e pelos ensinamentos/debates coletivos no grupo Esporte e Sociedade;

À prof^ª Luzinete Simões Minella, pelas contribuições durante a qualificação deste trabalho, pelo carinho, cuidado e amizade com que sempre me acolheu. Teu encanto baiano ficará para sempre comigo.

Ao prof^º André de Macedo Duarte pelas valiosas contribuições para a tese e pela amizade.

Ao prof^o Wagner Xavier de Camargo, colega e amigo, agradeço pelos diálogos, pela agradável convivência e pelos momentos de alegria.

Aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea, pelo acolhimento inicial, pelos momentos de diálogo proporcionados em bancas e nos grupos de estudo.

Agradeço, em especial, a alguns amigos e amigas: Zênia Guimarães, Pedro Guimarães, Cristiane Brisolara, Vanessa de Oliveira, Luisa Escher, Gersi Martins, Bárbara Duarte, Aline Frenzel, Amanda Moreira, Eliane Pardo, Luiz Carlos Rigo.

À Família Floriani, Luciano Jahnecka, Bruno Cordeiro e Mônica Souza por me receberem em suas casas e dividirem momentos de alegria e angústias.

Em especial a Danielli Vieira e Tiago por toda logística durante minha chegada em Strasbourg e por me receberem carinhosamente em sua casa quando de minhas idas e vindas a Florianópolis.

Às pesquisadoras e pesquisadores, amigas e amigos franceses com quem pude compartilhar experiências, participar de diferentes seminários, assistir conferências, trocar com eles ideias pedagógicas, teóricas, existenciais, sociais, partilhar da mesma mesa, do vinho, do pão e da música, foi um grande aprendizado nessa formação.

Um agradecimento especial a Carolina Amaral que me auxiliou no trabalho com as fontes, na coleta e sistematização do material. Muito obrigada!

Aos meus colegas de doutorado, em especial, àqueles que tornaram nossas discussões produtivas: Zé Pedro, Leani Budde, Patrícia Rosalba e Ricardo Lanzarini. A presença de vocês, os cafês, as risadas e preocupações compartilhadas tornaram este processo mais especial.

À minha família agradeço o apoio. Ao meu tio Bráulio que me recebeu inicialmente em Florianópolis. E em especial às mulheres – Vera e Tatiana – pela presença, amor e força em todos os momentos.

Ao Juliano, amigo e companheiro de muitos anos, agradeço infinitamente por suportar minhas idas e vindas, meus deslocamentos geográficos, minha ausência. À ti, o melhor de mim!

Ao Willy e a Guria por demonstrar uma fidelidade e um sincero afeto que hoje é difícil encontrar no ser humano.

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi analisar relações entre corpos de mulheres atletas e novas tecnologias. Buscamos saber como produções discursivas da mídia, da ciência e do *establishment* esportivo sobre a condição do feminino promovem rupturas e propõem novas concepções corporais e na sexualidade. Trabalhando com inspiração metodológica em trabalhos de Michel Foucault, em especial no que ele propõe como arqueologia, analisamos práticas e formações discursivas na descrição de enunciados. Os discursos oficiais da Agência Mundial Antidoping (WADA) e das Federações e Confederações de Atletismo (IAAF e CBAt) e da Natação (FINA e CBDA) foram analisados como dispositivos biopolíticos, mostrando-se por que e como o *doping* continua a ser condenado. A escolha por esses dois esportes deu-se, fundamentalmente, em função dos casos das atletas Rebeca Gusmão e Caster Semanya. Os conceitos de biopolítica e de governamentalidade foram empregados para analisar as políticas transnacionais de *doping*, que visam governar corpos dopados e não dopados. Traçamos nossa reflexão a partir da análise de um conjunto de políticas da WADA, tais como os testes fora de competição e o Programa Passaporte do Atleta. Em outro momento o enfoque foi para a entrada do *doping* nos discursos, entendendo que ele é identificado/relacionado à produção de atletas mulheres com outros tipos de feminilidades, que fogem do padrão heterossexual. Analisamos o caso da nadadora brasileira Rebeca Gusmão, centrando nossa reflexão no Painel Antidoping dessa atleta, dando ênfase na transformação corporal pela qual passou e pela repercussão que o caso teve na imprensa. Levamos em conta, juntamente com o material presente no *site* da Federação, os discursos da imprensa sobre a atleta, antes e depois da comprovação e divulgação do *doping*, para refletirmos sobre como se constroem as relações entre corpo e *performance* esportiva, visto que Rebeca excedeu a norma de um “corpo feminino”. Retomamos a história da Política de Verificação de Gênero, que surge com as preocupações em torno do *doping*, e analisamos o caso da atleta sul-africana Caster Semanya. Semanya foi protagonista de um grande investimento da mídia tanto por causa de sua aparência, fora dos padrões heteronormativos, quanto por suas capacidades atléticas, muito superiores às das adversárias. Sugerimos que a WADA é constituída não com base em sua capacidade de resolução de assuntos esportivos, mas sim em sua capacidade de apresentar qualquer dispositivo necessário para preservar as reivindicações de *fair play* e de outros ditames do esporte moderno,

como, por exemplo, a manutenção do território esportivo classificatório, baseado também na separação dos sexos. O *antidoping* não é apenas uma questão específica de esportes, mas um exemplo de como os valores da heterossexualidade dominante estão implicados na sociedade. Ao analisarmos os discursos da mídia e do campo esportivo pudemos verificar que o *doping* tem implicações com formas e aparências de algumas mulheres estigmatizadas e julgadas por isso, já que não são somente as suas *performances* que interessam, mas a afirmação/confirmação/repressão de que são, “de fato”, mulheres.

Palavras-Chave: Esporte; Gênero; *Doping*; WADA.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the relationships between bodies of women athletes and new technologies. We seek to know how discursive productions of media, science and sports establishment on the female condition promote ruptures and propose new concepts of body and sexuality. With a methodology inspired by Michel Foucault's works, especially by what he proposes as archeology, we analyze practices and discursive formations in descriptions of enunciation. Official discourses of the World Anti-Doping Agency (WADA) and of Federations and Confederations of Athletics (IAAF and CBAt) and Swimming (FINA and CBDA) were analyzed as biopolitical devices, showing why and how doping is still doomed. The choice for these two sports was due to the cases of the athletes Rebeca Gusmão and Caster Semanya. The concepts of biopolitics and governmentality were used for analyzing transnational policies on doping, which aim to govern doped and non doped bodies. Our considerations started with the analysis of WADA's policies, as well as out-of-competition testing and the Athlete Passport Program. In another moment, our focus was on the appearance of doping in the discourses, understanding its identification/relationship with the productions of women who present kinds of femininities that do not belong to the heterosexual standard. We analyzed the case of Brazilian swimmer Rebeca Gusmão, focusing on her Anti-Doping Panel and emphasizing the body transformation she has gone through and its repercussion on the media. As well as materials from the Federation website, we considered press discourses about this athlete, before and after her doping was proved and publicized, in order to think about how relationships between body and performance on sports are built, since Rebeca has exceeded the norm of a "feminine body". We went back on the history of Gender Verification Policy, which appears together with worries about doping, and analyzed the case of South African athlete Caster Semanya. Semanya was the center of a great media attack, not only for her appearance out of the heteronormative standards, but also for her athletic skills, which were very superior to her opponents' ones. We suggest that WADA is based not on its ability of solving sports matters, but on its capacity of presenting any device that is needed for preserving fair play and other prescriptions of modern sports, such as maintaining a classificatory sportive territory, based on gender separation. Anti-doping is not only a sports issue, but an example of how the dominant heterosexuality values are implied on society. When we analyzed the discourses of the media and the sportive field, it was

possible to find that doping is linked to forms and appearance of some women who are stigmatized and judged because of it, since it is not only their performances that matter, but also the statement/confirmation/repression that they are “actually” women.

Key-words: Sports; Gender; Doping; WADA.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1: CORPO, MULHERES, FEMINILIDADES E NOVAS TECNOLOGIAS	12
1.1 Corpos, mulheres, feminilidades.....	13
1.2 Corpo e novas tecnologias.....	21
1.3 A tecnociência no esporte.....	32
1.4 Substâncias dopantes e suas implicações.....	37
Capítulo 2: CORPOS ATLETAS: DOPING E POLÍTICAS DA AGÊNCIA MUNDIAL ANTIDOPING (WADA-AMA)	46
2.1 A Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA).....	47
2.2 Biopolítica e governamentalidade: algumas delimitações.....	67
2.3 Técnicas de controle de doping: algumas (bio)políticas da Agência.....	70
Capítulo 3: DOPING E CONTROLE DE FEMINILIDADE NO ESPORTE	87
3.1 Da manipulação dos hormônios ao doping esportivo.....	88
3.2 Discursos generificantes e dopantes.....	94
3.3 O caso Rebeca Gusmão.....	99
3.4 A Política de Verificação de Gênero.....	114
3.5 A sul-africana Caster Semenya.....	122
Considerações finais	137
Referências	144

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo, as (novas) tecnologias nos ajudam a ter contato com fatos sociais, fenômenos culturais, eventos e afins numa rapidez alucinante. Nesse contexto mundial, se impõe a urgência de um redimensionamento de nossas visões de mundo e de uma crítica sobre os múltiplos estilos de vida à disposição, criados como modelos de consumo inquestionáveis. Melhorarmos nossas práticas de sociabilidade, cultuarmos um estilo de vida com menos preconceito e menos discriminação, em que as múltiplas práticas que compõem o leque da diversidade cultural sejam tratadas como marcas de alteridade e não como distintivos sociais devem fazer parte desse novo processo.

Mediante essas circunstâncias, proliferam-se interesses e demandas sociais para conhecer esse processo cultural global e suas singularidades, em diferentes contextos geo-históricos. Assim, conhecer, estudar e investigar as experiências esportivas contemporâneas em diferentes contextos espaço-temporais coloca-se como uma demanda do tempo presente. O esporte, como prática cultural, torna-se um modelo e um importante componente de subjetivação para a sociedade contemporânea. Em termos históricos, isso se acentua, sobretudo, após a Segunda Guerra. Antes da metade do século dezenove, conforme salientam Elias e Dunning (1992), ele sequer existia.

Para avaliarmos tal demanda, basta atentarmos para a amplitude, a intensidade e a persistência com que as práticas esportivas adentraram o século XXI. Essa cultura esportiva moderna forjou-se principalmente durante os séculos XIX e XX, e a sua intensidade e abrangência foram atentamente identificadas por alguns contemporâneos, como Norbert Elias. Segundo ele, nossa cultura traz em sua constituição as marcas de um *ethos* esportivo que foi se forjando em substituição ao *ethos* guerreiro, predominante na era Medieval¹.

Mesmo não sendo um tema que possa ser enquadrado com os mais estudados pelas Ciências Humanas, Elias não foi o único intelectual de renome internacional que voltou sua atenção para as práticas esportivas modernas. Ainda de forma um tanto cautelosa, é

1 *Ethos*: termo antropológico que serve para designar marcas singulares da cultura sobre os diferentes povos; como uma mácula, aquilo que identifica os povos de uma determinada época ou região. Assim, o *ethos* antigo, para Elias, é um *ethos* guerreiro.

notável o crescente número de autores que, mesmo de forma não esporádica, lançam seus olhares curiosos e suas investigações para a riqueza das manifestações esportivas, observando sua potencialidade, fornecendo ingredientes e subsídios para entendermos um pouco melhor o momento cultural em que vivemos². No contexto brasileiro, especificamente dentro do campo das Ciências Sociais, poucas são as contribuições de autores clássicos das Ciências Humanas que se debruçaram sobre o Esporte Moderno³. Os trabalhos de maior repercussão nessa área, por sua vez, centraram-se mais especificamente no estudo do futebol brasileiro⁴.

Entre tantos, Norbert Elias e Eric Dunning (1992), Allen Guttmann (1978; 1984; 1996), Jean-Marie Brohm (1982), John Hoberman (1992; 1999; 2001; 2007) e Eduardo Archetti (1996) são alguns exemplos de importantes cientistas sociais que se dedicaram ao tema do esporte. Adotando diferentes pontos de vista, todos eles admitem uma oposição, mas também uma complementaridade, entre esporte e jogo, apontando que o primeiro tem como uma de suas principais características a existência de regras que, de forma geral, são universais.

Emergentes na Europa no final do século XVIII e início do século XIX, as práticas esportivas representam uma ruptura, uma nova configuração em relação às até então hegemônicas, particularizando-se principalmente pelo seu alto grau de sistematização e normatização, bem como por sofrerem um processo de regramento mais rígido, o que mais tarde veio a favorecer e facilitar a sua universalização. Elias, ao

2 Dentro de um grupo emergente de pesquisadores que nos últimos anos vinham ou vêm desenvolvendo estudos e pesquisas acerca do fenômeno esportivo moderno, destacam-se autores como Pierre Bourdieu e Jean-Marie Brown, na França; Vincenzo Padiglioni e Christian Pociello, na Itália; Allen Guttmann e John Hoberman, nos Estados Unidos.

3 Estudos tematizando o esporte moderno numa perspectiva sócio-histórica, ainda timidamente, têm começado a aparecer dentro da Educação Física brasileira. Podemos destacar, por exemplo: DaMatta (1982).

4 Principalmente a partir da década de 1990, vários trabalhos acadêmicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado vêm sendo realizadas em diferentes áreas, tendo o futebol como o recorte temático central. Cito, a título ilustrativo, os seguintes trabalhos: Wisnik (2008); Pereira (2000); Damo (2007); Toledo (1996).

introduzir um de seus ensaios sobre o tema, aponta a dimensão mundial do esporte, sobretudo o de alto nível competitivo:

Este trabalho trata da orientação que considero ser dominante no desporto moderno, à dimensão mundial: a tendência no sentido de uma crescente competitividade, seriedade no modo de envolvimento e orientação para os resultados, observada em todos os níveis de participação mas, principalmente, no desporto de alto nível. Dito de outra maneira, a orientação a que me refiro abrange a gradual e, tudo parece indicá-lo, inevitável erosão das atitudes, valores e estruturas amadoras e a sua correlativa substituição por atitudes, valores e estruturas que são profissionais em qualquer sentido do termo. Analisada ainda por outro ângulo, é uma orientação segundo a qual o desporto se tem transformado, por todo o mundo, de instituição marginal e pouco valorizada em instituição central e muito valorizada, uma instituição que para muitas pessoas parece ter um significado religioso ou quase religioso, na medida em que se tornou uma das principais, senão a principal, fonte de identificação, significado e gratificação de suas vidas. (1992, p. 299)

Nos termos de uma correspondência entre o esporte e a modernidade, vários autores identificaram-lhe características próprias. Um deles é Allen Guttmann (1978), que afirma a singularidade histórica das práticas esportivas em contraste à dimensão cerimonial e ritualística de jogos e práticas pré-modernas. Ele criou sete características que, somadas, seriam a base do esporte surgido na Inglaterra no século XVIII: a participação livre e igualitária, a especialização dos atores, a autonomia em relação ao sagrado, a quantificação da proeza, a fixação de regras universais, a burocratização das instâncias dirigentes e a busca de recordes comparáveis, apesar das barreiras espaciais e temporais.

Sevcenko (1994), por sua vez, mostra como o ritmo incessante das máquinas⁵, diante da decorrência da Segunda Revolução Industrial, afasta os esportes modernos do olimpismo dos gregos:

O que caracteriza por excelência [os esportes modernos de fins do século XIX] é a pressão dos desempenhos contra o rigor do cronômetro, a circunscrição precisa do espaço da ação, a definição de regras fixas e padrões de arbitragem e sua institucionalização em ligas locais, nacionais e internacionais. Desempenhos medidos na linguagem abstrata dos números, desenvolvidos num espaço abstrato, num tempo padronizado, segundo meticulosamente normatizado e configurados numa escala global. O clímax dessas práticas metodizadas se cristaliza nas Olimpíadas e nas Copas do Mundo de futebol (SEVCENKO, 1994, p. 32).

O Movimento Olímpico surge com um discurso bem delimitado, segundo o qual a ideia de prática esportiva vem associada à democracia, à busca de soluções educacionais para a instabilidade política e social dos países. Vemos aí um sentido pedagógico e moral para juventude, com resquícios de valores dados ao esporte em sua emergência. Weber nos conta como esse processo se dá no início do século XX na França⁶:

[...] A tarefa de revitalização nacional foi abordada a partir de vários pontos. [...] ainda “sob o impacto do pesar patriótico”, procurava fornecer “uma escola de energia física e vigor moral”, treinando a juventude francesa para ser mais viril,

5 Para aprofundar essa visão de sociedade na qual o trabalho do corpo foi um exemplo do processo universal, pelo qual a energia foi convertida em trabalho mecânico (força de trabalho), momento no qual se dá uma preocupação científica em investigar com mais profundidade o corpo em movimento, a partir de seu aspecto funcional, consultar Rabinchach (1992).

6 Gay (1988) e Bourdieu (1983) mostram que na Inglaterra o processo deu-se de forma semelhante.

mais apta a suportar a vida militar, mais preparada para enfrentar um longo conflito sem perder a coragem. (WEBER, 1988, p. 259)

O esporte moderno, que surge na Inglaterra no século XIX⁷, desenvolveu-se segundo a moderna sociedade industrial, assumindo dela os seus princípios e o desenvolvimento de uma dinâmica quase que exclusivamente determinada pelos membros do sexo masculino. Com isso, não é de se admirar que seja cunhado por formas tidas como masculinas de movimento e manifestação.

O esporte se revela para as mulheres como uma possibilidade de emancipação do feminino no mundo contemporâneo. Ao pensarmos um horizonte de análise no qual o determinismo biológico e as construções binárias sejam eliminados, a multiplicação de feminilidades e masculinidades torna-se possível, as fronteiras corporais passam a ser mais permeáveis, permitindo compreender, por exemplo, que o esporte não é um campo exclusivo dos homens, nem mesmo nas modalidades de alto rendimento, que exigem muita força.

Considerando o acima exposto, e com o olhar voltado às relações entre os corpos das mulheres atletas e as novas tecnologias, buscamos saber como produções discursivas da mídia, da ciência e do *establishment* esportivo sobre a condição do feminino promovem rupturas e propõem novas concepções corporais e de sexualidade de atletas mulheres.

Trabalhando com inspiração metodológica em trabalhos de Michel Foucault, em especial no que ele propõe como arqueologia, analisamos práticas e formações discursivas na descrição de enunciados. Ou seja, nossa intenção foi identificar enunciados que sugerem rupturas nas condições atuais dos corpos femininos no esporte (ou mesmo aqueles que apontam para uma nova formação discursiva no campo esportivo), bem como os que mostram certas continuidades, relacionando-os aos seus lugares de produção e aos que os fazem circular: mídia, ciência, *establishment* esportivo.

A arqueologia ocupa-se das condições de emergência de um objeto de discurso, com as condições históricas pelas quais as definições podem ser formuladas ou não. Em seu livro *Arqueologia do Saber*,

7 Para maiores informações sobre as origens do esporte no Brasil, ver Lucena (2001) e Melo (2001).

Foucault (2008a) emprega a expressão “superfície de emergência” para indicar as esferas nas quais afloram os objetos, e diz que elas variam conforme a formação discursiva e a época:

O que se trata de fazer aparecer é o conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, o surgimento dos enunciados, sua conservação, os laços estabelecidos entre eles, a maneira pela qual os agrupamos em conjuntos estatutários, o papel que eles exercem, a série de valores ou de sacralizações pelos quais são afetados, a maneira pela qual são investidos nas práticas ou nas condutas, os princípios segundo os quais eles circulam, são recalcados, esquecidos, destruídos ou reativados. Em suma, tratar-se-ia do discurso no sistema de sua institucionalização. (FOUCAULT, 2005b, p. 95)

Dessa forma, nossa preocupação foi descrever as formações discursivas buscando significados outros, para complexificar, multiplicar, colocar as coisas ditas na situação de coisas relacionais, levantando questões como: De onde surgiu? Quais são os modos de existência desse discurso? Como é que pode circular? Onde ele circula? Quem se apropria dele? O que os “não-ditos” dizem sobre o tema?

Para Foucault, o que interessa são os efeitos de verdade no interior dos discursos, o conjunto de proposições que permite dizer e reconhecer questões tidas como verdadeiras que se permitem diferenciar das falsas. Dessa forma, a “verdade” estaria ligada a sistemas de poder que a produzem e a sustentam. O discurso, em seus efeitos de verdade, suscita, fabrica algo que não existe. Trata-se, para Foucault, de saber-fazer uma verdade: “a verdade não é da ordem daquilo que é, mas do que ocorre: acontecimento. Ela não é constatada, mas suscitada.” (1999, p. 282) A verdade é impregnada pelas relações de poder:

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida neste mundo graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade,

sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1998, p. 12)

Entendemos que os discursos são produções sociais, culturais e históricas que formam objetos sobre os quais falam. Cabe dizer que nossa preocupação não é desvelar algo que estaria oculto sob os textos analisados, mas, ao contrário, perceber o que eles criam em sua exterioridade, em seus efeitos de superfície, como diria Foucault.

Encontramos discursos da mídia sobre episódios de *doping* de atletas mulheres, testes de feminilidade/comprovação de gênero (Política de Verificação de Gênero), transexualidade no esporte (redesignação sexual), atletas intersexuais, entre outros tópicos enfocados pelas reportagens, que têm relação direta com a questão do corpo e da sexualidade de mulheres atletas.

Noutro momento, o enfoque foi para a entrada do *doping* nos discursos, entendendo que ele é identificado/relacionado com a produção de atletas mulheres com outros tipos de feminilidades, que fogem do padrão heterossexual, ou seja, observamos a relação que o *doping* tem com os discursos sobre a aparência, com a presença física das mulheres atletas.

Debruçamo-nos sobre a pergunta a respeito de como os discursos da imprensa (questões que a mídia demarca e reproduz) funcionam em relação ao sexo e ao gênero, à feminilidade e heterossexualidade. Fazemos perguntas que se materializam da seguinte forma: Como a imprensa trata as mulheres dopadas? Descreve-as como esteticamente mais atraentes quando heterossexuais? E qual a diferença de tratamento no caso de mulheres dopadas que mantêm um padrão de feminilidade heterossexual? Os discursos produzidos em momentos em que ocorreram Jogos Olímpicos e Jogos Pan-americanos ajudaram a compor essa parte da pesquisa. Focamos os Jogos Pan-americanos no Brasil, em 2007, para a análise do caso da atleta Rebeca Gusmão, e o

Campeonato Mundial de Atletismo em Berlim (2009), quando a atleta Caster Semenya foi questionada quanto ao seu sexo.

Investigamos mais detalhadamente o portal da Folha de São Paulo/UOL, e também o *site* de notícias Globoesporte.com, que aparecem com mais frequência nos processos de busca na internet, bem como as Revistas Veja e Época, mas não ficamos restritos a eles. Atentamos para as matérias que tivessem relação direta com os esportes analisados, especialmente com os casos das atletas Caster Semenya e Rebeca Gusmão.

Coletar discursos *on-line* acarretou um volume grande de materiais. Organizamo-los de forma que pudessem ser analisados, imprimindo uma ordem em dois eixos: 1) questões do *doping*, incluindo as discussões sobre *doping* genético e o *doping* de mulheres; 2) discursos sobre sexo e sexualidade, incluindo os intersexuais e transexuais e a política de verificação de gênero.

Algumas reflexões se deram em torno da heteronormatividade nas práticas discursivas da mídia, com análises dos discursos que constroem/desconstroem o masculino e o feminino. Questões como as a seguir listadas são o mote das reflexões que vão de encontro ao princípio da igualdade formal de chances: Até que ponto as mulheres estão inscritas como tais? O que torna uma mulher na hora de competir e ser classificada nas categorias de mulheres? Qual a relação do *doping* com os discursos sobre a manutenção da feminilidade?

Os discursos oficiais da Agência Mundial Antidoping (WADA) e das Federações e Confederações de Atletismo (IAAF e CBAt) e de Natação (FINA e CBDA) são analisados como dispositivos⁸ biopolíticos⁹ de controle dos/das atletas, mostrando-se por que e como o *doping* continua a ser condenado. A escolha por esses dois esportes deuse, fundamentalmente, em função dos casos das atletas Rebeca Gusmão

8 “[...] é isto o dispositivo: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentado por eles” (FOUCAULT, 1998b, p. 246).

9 O conceito de biopoder será utilizado como uma ferramenta analítica capaz de apreender novas modalidades de poder-saber que investem os corpos hoje e que passam a configurar as práticas biopolíticas nas sociedades contemporâneas (PELBART, 2003; HARDT; NEGRI, 2002). Segundo Agamben (1998, p. 26), “uma das características essenciais da biopolítica moderna (que chegará, no nosso século, a um grau de exasperação) é a sua necessidade de redefinir continuamente na vida o limiar que articula e separa o que está dentro e o que está fora.”

e Caster Semenya, analisados na pesquisa. Além disso, pesquisamos, nos *sites* oficiais das federações esportivas, materiais que tivessem relação com as problemáticas da pesquisa, por exemplo, no da Federação Internacional de Atletismo, encontramos muitas informações sobre a Política de Verificação de Gênero (*IAAF Policy on Gender Verification – Prepared by the IAAF Medical and Anti-Doping Commission 2006*¹⁰), bem como uma sessão no manual desse esporte voltada especialmente para as mulheres atletas (*Special issues of women athletes*¹¹).

A análise da produção discursiva da ciência insere-se na esfera da Teoria Social Contemporânea, nos estudos que delineiam o campo da Antropologia do Ciborgue (HARAWAY, 1991; 2000) e nos Estudos Feministas. A vertente analítica conhecida como “Antropologia do Ciborgue”, proveniente dos campos dos estudos culturais, dos Estudos Feministas de Ciência e Tecnologia, oferece interessantes *insights* no que concerne à relação contemporânea entre corpo e novas tecnologias. A mídia, somada ao dispositivo de novas tecnologias, exerce um papel central no processo de configuração da legitimação de posições de poder e na instauração de regimes de verdade sobre o corpo e a sexualidade de mulheres atletas.

No campo dos estudos feministas, Beatriz Preciado (2008)¹² oferece grandes contribuições, com sua teoria sobre tecnogênero: um conjunto de técnicas farmacopornográficas de normalização e transformação do ser vivo, tais como identificação celular, análise e terapia hormonal, leitura cromossômica, cirurgia transexual e intersexual, entre outras, que constituem performativamente a materialidade dos sexos. Segundo ela “o gênero do século XXI funciona como um dispositivo de subjetivação técnica: se pega, se corta, se extrai, se contrai...” (PRECIADO, 2008, p. 88).

10 <http://www.iaaf.org/mm/Document/imported/42018.pdf>, acesso em 25/05/2010.

11 <http://www.iaaf.org/mm/Document/imported/42028.pdf>, acesso em 09/06/2010.

12 Preciado apropria-se de conceitos de teóricos como Michel Foucault, Monique Wittig, Teresa de Lauretis, Antonio Negri, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Jacques Derrida, entre outros, para romper com uma Epistemologia que tem marcado as reflexões sobre as políticas da sexualidade e do gênero, não somente no feminismo, mas também nas teorias de corpo e de performatividade.

Entrevistamos duas pessoas que atuam no *mainstream* esportivo: 1) O professor doutor Eduardo Henrique de Rose, Presidente da Comissão Médica da Organização Desportiva Panamericana – ODEPA, Médico do Comitê Olímpico Internacional e Membro do Conselho de Fundação da Agência Mundial Antidoping¹³, que nos falou a respeito do processo de fundação da WADA, sobre as amostras e coletas do *antidoping*, o caso da nadadora Rebeca Gusmão, a Política de Verificação de Gênero e o Programa Passaporte do Atleta. 2) Maria José Pesce Cutri, Diretora do Escritório Regional Latino-Americano da Agência, localizada atualmente na cidade de Montevidéu/Uruguai. Ela acompanhou todo processo de criação da WADA e trabalha coordenando e fiscalizando os países latino-americanos para que cumpram o Código Mundial Antidoping.

O trabalho está assim organizado:

No **capítulo 1**, *Corpo, mulheres, feminilidades e novas tecnologias*, buscamos estabelecer o eixo que norteará, ao longo do texto, a relação entre a participação das mulheres nos esportes e o *doping*. Para isso, tecemos algumas relações entre a presença das mulheres no campo esportivo e as concepções de corpo e sexualidade feminina que o esporte ajuda a construir. Encerramos o capítulo com uma discussão sobre novas tecnologias na contemporaneidade, que acabam por se consubstanciar na utilização de fármacos e outros dispositivos que potencializam o desempenho esportivo – o *doping*.

No **capítulo 2**, *Corpos atletas: doping e políticas da Agência Mundial Antidoping (WADA-AMA)*, nosso objetivo é, fundamentalmente, apresentar a estrutura organizacional de uma agência que promove, coordena e monitora a luta contra o *doping* no esporte mundial. Feito isso, comentamos brevemente as noções de biopolítica e governamentalidade, circunscrevendo-as para o contexto do trabalho, visto que ousamos empregar essas noções numa discussão que não é exatamente aquela proposta por Foucault. Nossa intenção foi utilizar esses dois conceitos para pensar as políticas transnacionais de *doping* que visam governar corpos dopados e não dopados. Traçamos nossa

13 Em âmbito nacional, De Rose é Membro do Conselho Nacional do Esporte/Ministério do Esporte, Presidente da Comissão Nacional da Luta contra o Doping, Diretor do Departamento Antidoping do Comitê Olímpico Brasileiro e Presidente da Academia Olímpica Brasileira.

reflexão a partir da análise de um conjunto de políticas da WADA, tais como os testes fora de competição e o Programa Passaporte do Atleta.

No **capítulo 3**, *Doping e controle de feminilidade no esporte*, num primeiro momento mostramos que as concepções de sexo e gênero não foram mais as mesmas após a manipulação dos hormônios sintéticos e o “surgimento” do *doping* para melhoria das *performances*. Analisamos a relação constituída historicamente entre discursos generificantes e a utilização de *doping* no campo esportivo, indicando como o uso de substâncias proibidas foi, pouco a pouco, relacionando-se a discursos sobre corpo, sexo e sexualidade das mulheres atletas.

Apresentamos o caso da nadadora brasileira Rebeca Gusmão. Centramos nossa reflexão no Painel Antidoping dessa atleta, dando ênfase à transformação corporal pela qual passou e pela repercussão que o caso teve na imprensa. Levamos em conta, juntamente com o material presente no *site* da Federação, os discursos da imprensa sobre a atleta, antes e depois da comprovação e divulgação do *doping*, para refletirmos sobre como se constroem as relações entre corpo e *performance* esportiva, visto que Rebeca excedeu a norma de um “corpo feminino”. Nesse mesmo capítulo, retomamos a história da Política de Verificação de Gênero que surge com as preocupações em torno do *doping*, e analisamos o caso da atleta sul-africana Caster Semenya, submetida aos testes. Semenya foi protagonista de um grande investimento da mídia, tanto por causa de sua aparência fora dos padrões heteronormativos, quanto por suas capacidades atléticas, muito superiores às das adversárias.

O trabalho se conclui com uma breve síntese do que até então terá sido exposto e discutido, mas agora com foco em algumas das possíveis consequências para os contemporâneos lugares da mulher no esporte em associação com as práticas tecnológicas disponíveis.

CAPÍTULO 1
CORPO, MULHERES, FEMINILIDADES E NOVAS
TECNOLOGIAS

1.1 CORPOS, MULHERES, FEMINILIDADES

O esporte faz parte de um movimento mais geral da produção dos corpos contemporâneos. A construção social dos usos e valores do corpo esportivo é particularmente evidente quando levamos em conta as relações sociais de gênero, além das diferenças entre os sexos. Em categorizações como “masculino” e “feminino” e “masculinidade” e “feminilidade”, o resultado do trabalho sobre o corpo, a aparência que o esforço do treinamento sobre ele resulta, demonstra os pilares dessas atribuições sobre homens e mulheres. Embora o principal objetivo dos atletas seja o desempenho, suas aparências e seus gestos também são levados em conta, principalmente quando são levantadas dúvidas sobre suas identidades de gênero. Nossas análises sugerem que sobre as mulheres atletas esse olhar tem um peso maior, como discutiremos brevemente a seguir, e mais profundamente ao analisarmos os casos das atletas Rebeca Gusmão e Caster Semenya.

A pergunta: “São verdadeiramente mulheres?” é recorrente na história das mulheres e do esporte de alto rendimento e não faltam exemplos de casos que abastecem essa confusão em relação a gênero, sexo e sexualidade das atletas¹⁴. Analisar a presença das mulheres no esporte em termos da sua aparência e sua relação com o corpo tem se colocado para nós como uma tentativa de mostrar que elas, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção de uma ordem, também criam uma desordem na “ordem social de gênero”.

No esporte, a referência à virilização/masculinização em relação às mulheres ainda persiste. A menção à mulher viril aparece quando ela apresenta algum sinal físico secundário que é atribuído sexual e

14 Heidi Krieger, hoje Andreas Krieger, está processando o Estado alemão em razão dos sérios danos físicos e psicológicos a que foi submetido ao longo de sua vida esportiva porque seu treinador administrou pílulas de esteroides sem que o atleta soubesse. Os efeitos colaterais foram tão grandes que Heidi optou por fazer a cirurgia de redesignação sexual.

Nos Jogos Olímpicos de Seul (1988), a principal atleta de corrida com barreiras da Espanha, Maria Patiño, foi reprovada no teste de gênero (dispositivo sobre o qual falaremos mais tarde). Embora parecesse uma mulher, tivesse as qualidades físicas compatíveis com as demais mulheres, os exames constataram que as células de Patiño tinham um cromossomo Y, ela possuía testículos internos ocultos e não tinha útero e ovários. Portanto, para os parâmetros do COI, ela não poderia ser considerada uma mulher. Para mais, consultar Fausto-Sterling (2006).

culturalmente aos homens, como por exemplo: músculos grandes, ombros muito largos, seios pequenos. Aquelas que apresentam esses elementos de aparência serão consideradas aqui como andróginas, porque atravessam as fronteiras do que é considerado como um biótipo feminino e, por isso, muitas vezes, são imediatamente suspeitas quanto à sua identidade como mulher (LOUVEAU, 2000).

Por que falar sobre um processo de masculinização das atletas? Porque nesses julgamentos são amalgamados o gênero e o sexo dessas mulheres, que são equiparadas por suas diferentes morfologias, pelos efeitos de substâncias dopantes e/ou por seus modos de vida e de sexualidade que, em tese, estariam fora das normas sociais.

É sobre a natureza biológica das mulheres que se constrói o mito da fragilidade feminina e é nesse processo de proibições e recomendações para os sexos que o território do esporte se constitui. Os corpos e as imagens de algumas atletas rompem com esses padrões de feminilidade, fundamentalmente por suas aparências. O “ser feminina” quer dizer que a mulher é frequentemente reduzida a ser percebida como tal.

Num mundo no qual as normas corporais são massivamente midiaticizadas, as aparências e atividades das mulheres são possíveis e desejáveis quando elas mantêm a definição dominante de feminilidade. Mesmo assim, algumas atletas “criam” essa desordem na categorização do sexo porque quebram com essas regras sociais, assumindo suas musculaturas e força, impondo novas formas de possibilidades de feminilidades. Por isso o esporte pode ser visto, hoje, tanto como um espaço de manutenção da ordem de gênero, particularmente legível nos corpos, como também um espaço de resistência e/ou subversão dessa ordem.

A inserção das mulheres brasileiras nas práticas corporais e esportivas data de meados do século XIX, entretanto, foi somente nas primeiras décadas do século XX que essa participação teve certa visibilidade, ampliação e consolidação (GOELLNER, 2009). Nos anos de 1920, um estilo esportivo passou a ser constitutivo de uma vida urbana que trazia consigo novas maneiras de viver, para acompanhar uma sociedade que se modernizava rapidamente, impulsionando uma cultura do corpo e do esporte. Sevckenko (1992) mostra esse papel preponderante do esporte no processo de urbanização da cidade de São Paulo e no controle das massas. Para esse autor:

Não deveria escapar de fato a nenhum observador atento o quanto o adestramento físico e as suas necessárias implicações, em termos de hábitos de higiene, profilaxia, alimentação e regularização da vida cotidiana, acarretariam não só em aumento das aptidões físicas individuais, mas sobretudo numa consistente disciplina do comportamento e num estímulo extraordinário dos dispêndios de atividade, os quais causariam um impacto principalmente na dimensão das expressões coletivas. (SEVCENKO, 1992, p. 47)

Alguns grandes eventos esportivos que surgiram nesse período, tais como os Jogos Olímpicos modernos, contribuíram para esse estilo de vida esportivo que adentra o século XX¹⁵ (SCHUPUN, 1999).

Nos anos de 1930, essa mudança no comportamento corporal marca a vida dos indivíduos e da sociedade em função da Segunda Guerra Mundial e, no caso brasileiro, pelo golpe de Estado que instaura a ditadura do Estado Novo em 1939. Dessa forma, “a década de 1930 apresenta-se fortemente marcada por um incentivo às práticas corporais, por políticas de estado que estimulam e incrementam uma cultura do corpo, do vigor físico, de aparências atléticas.” (SOARES, 2011, p. 21)

Os esportes e a Educação Física tornaram-se poderosos instrumentos de melhoria da “raça” brasileira, surgindo como espaços de intervenção na educação da população, no sentido de aperfeiçoamento dos corpos para que fossem saudáveis e aptos, capazes de enfrentar os desafios da vida moderna. O esporte representava os valores da sociedade moderna, estabelecendo hierarquias e preservando os papéis sociais para um e para outro sexo. Segundo a ideologia eugenista, os esportes e os exercícios físicos seriam fundamentais para a preservação da higiene social e da ordem pública. Assim, as mulheres se tornariam mais “fortes” para sua mais nobre missão – a maternidade. O discurso higienista contribuiu, de certa forma, para tirar a mulher da segregação em relação ao esporte, com o argumento de que, sendo

15 A primeira Olimpíada que contou com uma delegação brasileira foi em 1920, na Antuérpia. Vinte e nove atletas (homens) participaram nas modalidades de remo, polo aquático, saltos ornamentais, natação e tiro. A presença de mulheres brasileiras ocorreu em 1932, nos Jogos realizados em Los Angeles, com a participação da nadadora Maria Lenk.

saudável, geraria filhos mais fortes para a nação. Sendo assim, a mulher serviria como um meio de fortalecimento individual e social.

Dessa forma, é possível dizer que se, por um lado, o incentivo à participação feminina na prática esportiva estava voltado para uma “libertação” do espaço privado e uma inserção na vida social daquele momento, por outro, a mulher fez parte de um projeto de nação que a identificava como um elemento forte para a modernização, pois, por meio do corpo feminino, deveria se dar o fortalecimento orgânico dos corpos, o aprimoramento dos valores morais e a construção de uma raça forte (BOCK, 1991).

No contexto brasileiro, esse movimento começa a ser mais acentuado a partir de 1960, momento em que as mulheres começam a participar efetivamente de espaços de circulação masculina, alcançando conquistas em diferentes campos e modificando os discursos normatizadores vinculados à figura feminina da época (RAGO, 2002).

Alguns estudiosos como Kolnes (1995) e Messner (1988) indicam que, embora pareça inovadora a presença feminina no esporte, principalmente no de alto nível, ela sofre tamanha interferência dos padrões sexuais de gênero (o princípio da organização heterossexual). Ao contrário do que possa parecer, a mulher atleta ainda se vê obrigada – para ter sucesso no esporte – a reproduzir e, por consequência, a se conformar com as ideologias patriarcais e mesmo com os modelos estereotipados de feminilidade, principalmente no que se refere às suas aparências. Os padrões do “belo sexo” continuam plenamente em vigor. Assim, as relações homem/mulher/esporte parecem permanecer imutáveis em alguns aspectos: as mulheres continuam sendo focadas não por suas qualidades e habilidades esportivas, mas principalmente pelos seus quesitos imagéticos e “femininos” (beleza, charme etc.).

Desde que os anseios emancipadores engajaram a mulher em atividades físicas, o direcionamento dessas atividades tem sido mais voltado para os aspectos da saúde, da estética e do bem-estar consigo mesma. Sendo assim, no que diz respeito à prática dos esportes normatizados, a participação feminina adquire outra conformação frente à participação masculina. Conforme Dunning e Maguire,

Desde o início, as mulheres tiveram lutar com firmeza para tomar pé no mundo do esporte e assim mesmo seu *status*, embora não gravemente ameaçado, continua marginal, como o mostra a

hierarquia prestigiosa dos esportes ainda dominados pelos homens, a cobertura ainda pequena dos esportes femininos pela mídia, os prêmios de pouco valor que as grandes esportistas recebem em comparação com os dos homens, além da participação relativamente pequena das mulheres em manifestações como os Jogos Olímpicos. (DUNNING; MAGUIRE, 1997, p. 339-340)

Mesmo com a visibilidade conquistada pelas mulheres, as condições de acesso e participação no campo esportivo são desiguais¹⁶. Os incentivos, apoios, patrocínios, premiações e oportunidades ainda apontam para uma trajetória muito diferente quando analisamos as culturas dos corpos masculinos e femininos no esporte. Goellner (2005) cita o exemplo do futebol feminino, no qual o

[...] número de mulheres brasileiras que hoje praticam o futebol em clubes e área de lazer aumentou se comparado à década anterior. Porém, os campeonatos regionais são poucos, não há um evento de porte nacional, bem como não há um número considerável de mulheres nas comissões técnicas dos clubes de futebol feminino, nem no nível administrativo das entidades que regem este esporte. Além disso, vários preconceitos e estereótipos ainda cercam a prática das mulheres desta modalidade, tais como a associação de sua imagem à homossexualidade ou os perigos do choque da bola para sua saúde reprodutiva. (2005, p. 95)

Vale mencionar, ainda, que a participação restrita¹⁷ das mulheres pode ser evidenciada tanto no plano das provas atléticas e das

16 Outros campos de atuação como, por exemplo, a arbitragem de futebol e técnicas esportivas ainda mostram essa pouca participação das mulheres: Goellner (2005); Schumacher; Brazil (2000).

17 O percentual de países que enviaram atletas do sexo feminino passou para 2% em Paris (1900), chegou a 9% nas Olimpíadas de Londres (1908), a 45% nas Olimpíadas de

competições esportivas quanto no da dimensão organizacional, técnica, científica e administrativa. Mesmo que a participação feminina nos Jogos Olímpicos tenha aumentado significativamente (de 0% em 1896 a 40% em 2000 [PFISTER, 2003]), sua inserção na gestão esportiva ainda é muito pequena, e praticamente nula nas posições de decisão no esporte mundial. Um bom exemplo disso é que somente em 1980 a primeira representante feminina foi admitida no Comitê Olímpico Internacional (COI). Durante nove décadas, a mulher esteve afastada das decisões diretivas oficiais. No COI, em 2013, dos 101 membros apenas 19 são mulheres. Cabe ressaltar que o COI possui uma política de promoção de mulheres explícita na Carta Olímpica¹⁸:

O Comitê Olímpico Internacional encoraja intensamente, por meios apropriados, a promoção de mulheres no esporte em todos os níveis e em todas as estruturas, particularmente nas federações de organizações esportivas nacionais e internacionais em vista da rigorosa aplicação do princípio da igualdade do homem e da mulher.” (Capítulo 1, regra 2, n.7)

A participação feminina em alguns esportes também foi bastante tardia. No caso do Atletismo, por exemplo, apenas em 1984 a Maratona Olímpica tornou-se uma categoria feminina (apenas no começo dos anos 1970 as mulheres foram oficialmente aceitas nessa prova). Além disso, provas como lançamento do martelo, salto com vara, salto triplo, corrida com obstáculos e marcha atlética foram igualmente restritas aos homens durante anos.

O público, apesar de aguardar por *performances* esportivas talentosas, rápidas (as quais exigem mais força e destreza), identificaria as mulheres que as obtêm como “não-femininas”, forçando-as a

Antuérpia (1920), a 54% em Amsterdã (1928), a 70% em Montreal (1976), a 85% em Atlanta (1996), a 96% em Pequim (2008) e, finalmente, a 100% em Londres (2012).

18 A Carta Olímpica é a codificação dos Princípios Fundamentais do Olimpismo, das Regras e dos Textos de Aplicação adotados pelo Comitê Olímpico Internacional. Regula a organização, as ações e o funcionamento do Movimento Olímpico e fixa as condições de celebração dos Jogos Olímpicos. Disponível em: <http://www.olympic.org/olympic-charter/documents-reports-studies-publications>

realçarem seus aspectos femininos antes, durante e depois da competição, deixando de lado muitas vezes os tópicos esportivos propriamente ditos, frustrando e desanimando aquelas que não querem ou não atingem os padrões de “feminilidade” exigidos pelo público e pela mídia (KOLNES, 1995)¹⁹.

O esporte se revela, para as mulheres, como um modelo de autonomia do feminino no mundo contemporâneo. Porém, ao colocar desafios de competição e exigências de *performance*, ele exige, ao mesmo tempo, que as mulheres transformem seus corpos, em função do alto nível de treinamento a que são submetidas. Isso se dá em nome da participação – e aceitação – no grande espetáculo de mídia, sobretudo televisionada, característica primordial do esporte contemporâneo. Conforme Goellner,

É inquestionável a visibilidade que o esporte, nas suas mais diferentes dimensões, tem na cultura contemporânea. Tornou-se um território de exposição de corpos femininos e masculinos que, ao exibirem-se e serem exibidos, educam outros corpos. Educam a consumir produtos e serviços, ideias e representações (de saúde, sensualidade, beleza, sucesso, etc.), a desfilar marcas, a padronizar gestos, a comercializarem-se, a fabricar imagens heroicas, a expressar emoções, a superar limites, a criar necessidades e também a

19 A atleta brasileira do salto em distância Maurren Maggi é um bom exemplo de como a mídia se apropria de características femininas para se referir a atleta. As formas rijas e harmoniosas associadas a sua *performance* são exaltadas em imagens e discursos. Além disso, sua figura maternal é sempre mencionada. Abaixo alguns exemplos:

Maurren Maggi que já teve vaidade afetada por caso de doping posa com filha. 10/02/2012. <http://extra.globo.com/famosos/retratos-da-bola/maurren-maggi-que-ja-teve-vaidade-afetada-por-caso-de-doping-posa-com-filha-admite-se-eu-pudesse-treinar-com-maquiadador-do-lado-3933074.html>, acesso em 25/06/2012.

Filha Sophia é inspiração para Maurren Maggi no esporte. 16/04/2012. <http://esportes.terra.com.br/dia-das-maes/noticias/0,,O15716437-EI20046.00-Filha+Sophia+e+inspiracao+para+Maurren+Maggi+no+esporte.html>, acesso em 25/06/2012.

Maurren Maggi espera convencer filha de que o ouro é melhor que a prata. 23/08/2008. <http://globoesporte.globo.com/Esportes/Pequim2008/Noticias/0,,MUL734183-16049.00.html>, acesso em 25/06/2008.

vender o próprio corpo como um dos produtos de uma sociedade que valoriza o espetáculo, o consumo, a estética, a juventude e a produtividade. Educam, também, masculinidades e feminilidades. (GOELLNER, 2007, p. 189-190)

O esporte é, dessa forma, constituído por uma pluralidade de discursos e, sendo assim, a concepção de corpo e de sexualidade feminina que ele irá ajudar a constituir, longe de ser homogênea, expressa os embates entre diferentes saberes. Se, por um lado, o esporte ainda carrega a mácula da discriminação de gênero, por maior controle e vigilância que se coloque sobre a mulher atleta não há como negar que, por outro, ela vem colocando em dúvida e implodindo teses e discursos pautados pelas classificações duais de corpo que insistem em forjar um padrão de corpo masculino e outro feminino.

O esporte do século XXI continua a compor o corpo e a sexualidade da mulher brasileira. No entanto, inserido e permeado pelas tensões e inovações típicas deste século, agora, ao invés de um corpo higienizado, trata-se muito mais de um corpo super erotizado (FISCHER, 2001). Pensando de forma mais ousada, talvez se trate não mais da produção de um corpo feminino, mas sim de corpos e sexualidades andróginas, que extrapolam as classificações duais de gênero. Sem dúvida, corpos e sexualidades de outra época.

O esporte, como campo produtor de discursos que legitimam as diferenças entre homens e mulheres, torna-se um espaço de generificação. Ao pensarmos em um horizonte de análise no qual o determinismo biológico e as construções binárias sejam eliminados, a multiplicação de feminilidades e masculinidades torna-se possível, as fronteiras corporais passam a ser mais permeáveis, permitindo compreender, por exemplo, que o esporte não é um campo exclusivamente masculino, nem mesmo nas modalidades de alto rendimento que exigem muita força.

1.2 CORPO E NOVAS TECNOLOGIAS

As intervenções realizadas sobre o corpo estão intimamente relacionadas às suas sucessivas redescobertas: estamos constantemente redescobrimo o corpo. Ao longo do século XX, por exemplo, o corpo foi redescoberto pelo higienismo redentor e pelos combates contra a suposta degenerescência das raças, a seguir pela proliferação das colônias de lazer, pela expansão do cinema, do escotismo e da emergência das férias pagas, depois pelas seduções da publicidade e da televisão e, mais recentemente, pelos movimentos de liberação sexual, pelos novos ritmos musicais, as diferentes tendências da moda, a massificação da pornografia e, enfim, o advento da biotecnologia. (SANT'ANNA, 2000, p. 50)

Seguindo uma perspectiva foucaultiana, Denise Bernuzzi Sant'Anna, em seu texto “Descobrir o corpo: uma história sem fim” (2000), ressalta as diferentes configurações históricas que o corpo moderno/pós-moderno vem assumindo, observa que ele nunca foi esquecido e, cada vez mais, vem sendo alvo de interesses acadêmicos e científicos, de discursos políticos, pedagógicos e de formas de governamentalidade²⁰.

Ao buscarmos na história concepções de corpo elaboradas pela ciência tradicional, veremos que alguns pressupostos ainda permanecem desde o século XVIII. Em o “Homem-máquina”²¹, os homens, bem como os animais, são destituídos de alma, meros conjuntos de engrenagens, livres de qualquer substância espiritual. Para La Mettrie, o organismo determinava o essencial da vida humana, tendo a busca pela felicidade lugar no bom funcionamento do corpo (ROUANET, 2003). O corpo é revalorizado porque mesmo a alma é material e ocupa-se de

20 Gadelha (2009) cita como formas de governamentalidade o poder soberano, as disciplinas, a normalização, a regulamentação e a governamentalização.

21 A expressão “homem-máquina” é título de uma obra do médico Julien Offray de La Mettrie, de 1748. Neste livro, o autor radicaliza as posições de Descartes quanto ao corpo humano, afirmando que os homens eram muito parecidos com os animais, portanto, desprovidos de alma, sendo meras máquinas sem nenhuma substância espiritual.

dirigir as funções do corpo. La Mettrie “é o ancestral do materialismo *biologizante* que ocupa o centro do debate contemporâneo.” (ROUANET, 2003, p. 40)

A procura pelo “homem novo”, por um ideal de corpo, permanece incessante, entretanto, está localizada nos laboratórios e não mais nas relações sociais. Essa mudança tem ocupado o centro do debate contemporâneo relativo ao corpo, atualizado pelos descobrimentos das novas tecnologias. A aceleração tecnológica, impulsionada por desenvolvimentos científicos mais recentes em campos diversos, tem propiciado cenários inusitados no que concerne às possibilidades de transformações do corpo (LIMA, 2004). A fusão da computação com o desenvolvimento de materiais, por exemplo, tem permitido à ciência desenvolver equipamentos capazes de substituir órgãos humanos por outros cada vez mais parecidos com os “originais”:

[...] mesmo o discurso que insiste na ideia da fusão homem-máquina, biológico-tecnológico, em última instância, preserva as separações que diz superar: acrescentando-se ou substituindo-se, o suplemento é exterior, fora da positividade à qual se ajunta, estranho ao que, para ser ele substituído, deve ser distinto dele. O que demonstra que as passagens – a ultrapassagem das oposições metafísicas - são bem mais complicadas. (LIMA, 2004, p. 187)

Ao analisarmos de que forma as novas tecnologias têm conseguido modificar o corpo humano sob muitos aspectos, observamos que as alterações podem ser genéticas, robóticas ou cirúrgicas. O corpo passa a ser produzido, sujeito a alterações por meio das novas biotecnologias, cibernética, biologia celular, robótica, biomedicina, entre outras. Conforme Lima (2004), “o corpo, ou melhor, a forma corpo, também está sujeita a ‘atualizações’ que o processo de digitalização da vida instaura no mundo vivo como um todo.” (p. 13)

Ao mesmo tempo, todos esses avanços podem servir para cura de determinadas doenças. No campo da engenharia genética, por exemplo, o mapeamento do genoma humano já foi realizado, abrindo muitas perspectivas sobre a possibilidade de diagnósticos antes mesmo do surgimento dos sintomas e permitindo o tratamento de pacientes com

moléstias graves, de acordo com sua constituição genética. No âmbito da engenharia de tecidos ou da bioengenharia e dos transplantes, “esse ‘revolucionário’ campo de pesquisas abre a perspectiva para que órgãos humanos, como fígados, rins, pulmões e corações, possam ser ‘fabricados’ como ‘peças de reposição’ e dispostos à ‘comercialização’ com ‘certificado de garantia’.” (LIMA, 2004, p. 204)²²

Ao longo da história, o corpo humano já fora relegado a um segundo plano pelas filosofias dualistas e mecanicistas. Em Descartes²³, por exemplo, o corpo foi comparado a um relógio. Entretanto, provavelmente, em nenhuma época, como na contemporaneidade, artistas, cientistas, sociólogos, educadores e filósofos anunciam tão veementemente a morte do corpo humano, ou sua obsolescência. Será o pós-humanismo, anunciando uma necessária substituição do corpo por técnicas mais “inteligentes”? Será o corpo humano obsoleto?

No mundo contemporâneo, estamos cientes de que vivemos a “idade da técnica” (GALIMBERTI, 1999)²⁴, afinal a busca pelo aperfeiçoamento humano – e aqui não se trata somente do desempenho esportivo – é condição fundamental do nosso cotidiano²⁵. Os corpos

22 Lima, entretanto, faz uma ressalva: “A racionalidade subjacente ao discurso da bioengenharia é aquela que declara ‘guerra contra os riscos’, ou seja, contra toda contingência, desordem e incerteza que possa vir a ameaçar a ordem do corpo. É contra a negatividade dos órgãos transplantados (signo de doenças e de defeitos) que o discurso da bioengenharia se legitima.” (2004, p. 206)

23 “O que não parecerá de maneira alguma estranho a quem, sabendo quão diversos autômatos, ou máquinas móveis, a indústria dos homens pode produzir, sem aplicar nisso senão pouquíssimas peças, em comparação à grande quantidade de ossos, músculos, nervos, artérias, veias e todas as outras partes existentes no corpo de cada animal, considerará o corpo uma máquina que, tendo sido feita pelas mãos de Deus, é incomparavelmente mais bem organizada e capaz de movimentos mais admiráveis do que qualquer uma das que possam ser criadas pelos homens.” (DESCARTES, 1999, p. 81)

24 Segundo Galimberti, o fato de nos sentirmos habituados a utilizar instrumentos e serviços que diminuem o espaço e tornam o tempo veloz pode nos levar a entrar e tomar parte da técnica sem nos questionarmos sobre ela. Segundo o autor: “[...] a técnica não tende a um fim, não promove um sentido, não inaugura cenários de salvação, não redime, não desvela verdade: a técnica funciona [...] De fato, a técnica pode significar o ponto absolutamente novo, e talvez irreversível, na história, na qual a pergunta não é mais “o que podemos fazer com a técnica”, mas sim “o que a técnica pode fazer conosco.” (1999, p. 1)

25 Nos séculos XVI e XVII, Descartes e Bacon formularam as bases do que foi o lema da técnica: Descartes dizia que, pela ciência e pela técnica, o homem se converteria em senhor e possuidor da natureza, o que dava à ciência e à técnica uma ideia de instrumento ou meio de

podem estar sempre em aprimoramento, para melhorar e ampliar suas funções e produtividade. Le Breton faz uma crítica ao cientificismo enquanto forma de religiosidade ou de salvação, porque para ele a técnica está mais próxima da opressão, do culto da *performance*, do neoliberalismo, do mundo do dinheiro e da velocidade (LE BRETON, 2003).

Heidegger foi um grande crítico da técnica moderna. Ela tornou-se uma das preocupações centrais desse filósofo, que identificou a técnica “[...] tanto como consequência do pensamento metafísico quanto como a expressão mais radical da modernidade.” (BRÜSEKE, 2001, p. 58) Distancia-se da ideia de que a técnica seria apenas um meio para certos fins ou que é um fazer do homem, pois para ele essas duas definições bastante comuns sobre a técnica estão interligadas. Ou seja, a técnica não é passiva, ela faz parte e influencia a relação que o homem tem com o mundo em que vive e, assim, participa dessa relação: “[...] a técnica não é mais algo exterior e exclusivamente instrumental, mas a maneira como o homem apropria-se e aproxima-se da natureza. Esta maneira não é algo fixo; no entanto, possui temporalidade e, assim, história.” (BRÜSEKE, 2001, p. 62) Para Heidegger (2007), a técnica moderna transforma o homem em sujeito e objeto da maquinação tecnológica, isto é, em “fundo de reserva”. Ela constitui a instância ontológica que possibilita à vida humana ser simultaneamente produzida e aniquilada por meios técnico-científicos.

Admiramos até a audácia da pesquisa científica e pensamos sem reserva. Nós não refletimos que, com os meios da técnica, está-se preparando um ataque à vida e à essência do homem que, comparando com a explosão da bomba de hidrogênio, significa pouco. Pois exatamente quando as bombas de hidrogênio não explodem e a vida na Terra fica conservada, principia com a era do átomo uma mudança estranha no mundo. (HEIDEGGER, 2000, p. 20)

podem estar sempre em aprimoramento, para melhorar e ampliar suas funções e produtividade. Mais tarde, Heidegger questionou profundamente a ideia confortável de técnica como objeto ou instrumento à mão dos seres humanos, prevendo que o vínculo entre a sociedade moderna e o desenvolvimento da técnica avançaria com o passar do tempo. (DOMINGUES, 2004)

Essa mudança estranha citada por Heidegger em 1959 (na primeira edição do livro *Gelassenheit*) acontece de maneira impactante neste século XXI. Vimos a clonagem de uma ovelha na Escócia, conhecida como Dolly²⁶, e todo investimento no Projeto Genoma Humano²⁷, que lançam olhar sobre a ciência e as pesquisas em genética e o limite dos experimentos em seres humanos. O caso Dolly gerou uma intensa polêmica sobre as consequências éticas, sociais e políticas da possível aplicação da clonagem à espécie humana²⁸.

Para os críticos do Projeto Genoma Humano, a preocupação é relativa ao uso que pode ser feito das informações genéticas de um ser humano como, por exemplo, empregadores passarem a exigir teste de DNA dos seus operários, levando a uma exclusão social por conta apenas de uma probabilidade de alguma doença, criando grupos de indivíduos geneticamente superiores e inferiores²⁹.

Na ciência, Heidegger descobre todas as características da técnica moderna, porque ela funcionaliza e é funcionalizada em relação a tudo que a cerca (HEIDEGGER, 2007). Com o intuito de mostrar a ação constituidora da técnica e sua capacidade de produzir coisas, o raciocínio de Heidegger seria o seguinte: e se a técnica, em vez de

26 A ovelha Dolly foi o primeiro mamífero a ser clonado a partir de uma célula adulta por pesquisadores do Instituto Roslin, na Escócia. O núcleo utilizado no processo de clonagem foi oriundo de uma célula da glândula mamária de uma ovelha de seis anos denominada Bellinda, da raça Finn Dorset. Uma outra ovelha, chamada Fluffy, da raça Scottish Blackface, foi a doadora do óvulo utilizado para receber este núcleo. Finalmente, uma terceira ovelha, Lassie, da raça Scottish Blackface foi quem gestou a ovelha Dolly. Para evitar que pudessem ser misturadas características destas três fêmeas, elas eram de raças com características fenotípicas diferentes entre si. Vale lembrar que foram feitas 276 tentativas para ser obtido um animal clonado viável. A ovelha Dolly nasceu em 05 de julho de 1996 e morreu em 14 de janeiro de 2003, e está embalsamada no Museu Real da Escócia, em Edimburgo. O resultado de todo o experimento foi divulgado por Wilmut et al. (1997)

27 O Projeto Genoma Humano (1990-2003) consistiu em um esforço para o mapeamento do genoma humano e a identificação de todos os nucleotídeos que o compõem. Após iniciativa dos Institutos Nacionais da Saúde estadunidenses, centenas de laboratórios de todo o mundo se uniram à tarefa de sequenciar, um a um, os genes que codificam as proteínas do corpo humano. No material genético podemos obter todas as informações para o desenvolvimento e funcionamento do organismo do ser humano e, dessa forma, é possível descobrir a causa de muitas doenças.

28 A Revista Ciência Hoje deu especial atenção ao tema, tendo como matéria de capa “Quem tem medo da clonagem humana?” nº 127, vol. 22, março/abril 1997.

29 Para um aprofundamento sobre o tema, consultar Sfez (1996).

instrumento e objeto à disposição dos homens, fosse sujeito, e sujeitasse os indivíduos humanos aos seus desígnios, produzindo um mundo e fabricando o próprio homem? (DOMINGUES, 2004)

A penetração de inovações tecnológicas no campo do esporte nos remete a um terreno fértil de investimentos que vem apontando rupturas constantes no corpo, sua galvanização. O esporte serve como território profícuo para refletirmos sobre a possibilidade de rupturas na condição atual do corpo, ocasionando, possivelmente, o desaparecimento de tradicionais oposições binárias, como por exemplo:

[...] entre o ser humano e o animal (pela criação de seres transgênicos), entre o ser humano e a máquina (pelo implante de órgãos artificiais, computadores com fios de DNA e a criação dos *cyborgs*); entre o homem e a mulher (pela criação de seres hermafroditas, orgânicos e cibernéticos); entre a natureza e a técnica (pela criação da Biosfera II e de tecnosferas parciais). (SILVA, 2001, p. 74)

Ancorados em Michel Foucault, partimos do pressuposto de que o corpo não é natural, mas sim um objeto da trama sócio-histórica, e colocamos sob tensão sua naturalização, a partir das práticas de saber e poder que o constituem, que o produzem. Não há um corpo natural resguardado nos contornos da espécie que preexista aos dispositivos tecnológicos que o produzem, já que

[...] pensamos em todo caso que o corpo tem apenas as leis de sua fisiologia, e que ele escapa à história. Novo erro; ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destroçado por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências. (FOUCAULT, 1998, p.27)

Essas questões são importantes para percebermos que os significados atribuídos ao corpo são construções históricas, o corpo não preexiste ao discurso. Ele é uma construção na qual cultura, tempo,

espaços, relações, grupos sociais, entre outras variáveis, imprimem diferentes marcas, tornando-o provisório e mutável. No campo esportivo, tem havido um investimento técnico em grande escala, que vem proporcionando um aumento de *performance* dos atletas. Existe, hoje, toda uma maquinaria tecnológica que nos causa vertigens ao pensarmos na obsolescência de nossos corpos.

No trecho abaixo, extraído do Jornal Folha de São Paulo, alguns indícios dessas intervenções técnicas em corpo atleta são apontados:

Como será o atleta? Robótica, nanotecnologia e genética serão capazes de construir super-homens com genes modificados, células artificiais e aptidões preestabelecidas [...] A ciência poderá mudar tanto os atletas até a metade do próximo século que é arriscado demais dizer como eles se tornarão. Não há nem ao menos o consenso de que eles serão humanos [...] Em poucos anos, será possível detectar as pessoas com máxima aptidão para cada esporte por meio do estudo de seus genes. O segundo passo será a “construção” de um atleta, alterando seus genes de modo a colocar todas as variedades ótimas numa só pessoa³⁰.

Contemporaneamente, um enunciado como o acima citado não causa espanto porque mostra o quanto a busca por uma *performance* está presente. As inovações tecnológicas apontam um momento de investimento na vida na tentativa de postergar a morte, o envelhecimento, o sedentarismo. Isso encontra eco também no esporte. Sobre o corpo recaem infinitas intervenções: corpos *espetacularizados*, eficientes, performáticos, híbridos, biônicos e *ciborguizados* pela técnica. Corpos que, ao acoplarem sobre si *chips*, fármacos, próteses, estimulantes, aparatos e estratégias genéticas, fazem um investimento sobre a vida.

“O corpo biônico” foi manchete de capa da Revista Época³¹, que trouxe vários exemplos de como o avanço da tecnologia vem

30 Folha de São Paulo. Caderno especial Futuro do Esporte. 23/06/2000.

31 MOON, Peter; RIBEIRO, Aline; BUSCATO, Marcela. O novo homem biônico. Revista Época, 8 de fevereiro de 2010, edição 612. p.74-82.

criando condições de reconfigurar, reconstituir e até avançar nas condições “originais” do corpo humano. A matéria relembra frases antológicas dos episódios de uma série de televisão da década de 1970³², que prenunciava esse avanço: “Podemos reconstruí-lo. Temos a tecnologia. Temos a capacidade de fazer o primeiro homem biônico.” Com esse *slogan*, a reportagem abre o debate sobre como diversas peças “imitam” partes do corpo humano, ou, em muitos casos, as fazem melhor.

Esse texto jornalístico traz vários exemplos de atletas que perderam partes do corpo em acidentes e conseguem praticar as atividades esportivas com a mesma intensidade e frequência de antes, inclusive participando de competições mundiais e sendo vitoriosos³³. Segundo a matéria, o avanço dos equipamentos biônicos aponta dois possíveis caminhos para a saúde da população, com impactos importantes: “Primeiro, eles permitem imaginar um futuro em que poderemos tratar nosso corpo de modo mais parecido com o jeito como tratamos nossos carros. Se uma peça fica desgastada, troca-se [...] O segundo impacto [...] envolve nosso próprio conceito sobre o que é humano [...]” (p. 76)

Para o biofísico americano Hugh Herr, criador da primeira prótese inteligente de pé e tornozelo, “nas próximas décadas, veremos a atenção dos fãs do esporte se voltar dos Jogos Olímpicos aos

32 Trata-se da série televisiva “Ciborgue – O Homem de 6 milhões de dólares”, exibida na década de 1970, produzida por Harve Bennett. Nela, um astronauta acidentado recebe duas pernas, um braço e um olho biônicos, sendo reconstruído em uma cirurgia experimental com custo de seis milhões de dólares. Em função disso, ele vira um “super-homem”, com poderes biônicos.

33 Há o caso, bastante divulgado na imprensa, do atleta paraolímpico Oscar Pistorius: “Atleta deficiente quer competir nas Olimpíadas e causa polêmica”. A reportagem foca na questão de uma vantagem injusta do atleta: “Mas a dúvida persiste: as pernas protéticas simplesmente nivelam a competição para Pistorius, compensando sua deficiência, ou elas proporcionam a ele uma vantagem injusta por meio do que alguns denominaram doping tecnológico?”

Atleta deficiente quer competir nas Olimpíadas e causa polêmica. 15/05/2007.

<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL36614-5602-4624,00.html>, acesso em 05/08/2010.

Paraolímpicos³⁴. Lá estarão os corredores mais rápidos, os atletas mais fortes e os melhores saltadores.” Dessa forma, o investimento em novas tecnologias para o esporte vai ao encontro mesmo da expansão dos limites do corpo humano, com o intuito de corrigir um corpo deficiente ou potencializar um corpo são³⁵.

Como exemplo dessa potencialização de um corpo atleta, na Revista *Época*³⁶ encontra-se uma reportagem referente ao desempenho do então campeão mundial dos 100 metros nado livre, César Cielo: “Nosso herói das águas – e a ajudinha do maiô”. O nadador comenta o trabalho que teve para se tornar um dos melhores nadadores de todos os tempos: “botei na minha cabeça que nunca ia doer tanto. E agora tá doendo muito. Mas valeu a pena.” (p.15) Essa fala mostra o esforço necessário para tornar-se um atleta de alto nível, mesmo que o treinamento e a técnica tenham evoluído muito nos últimos anos. Vaz sugere que:

A estrutura do esporte de alto rendimento procura construir uma imagem que pretende criar a ilusão de que as práticas esportivas nada têm a ver com as drogas, ao passo que a convivência com elas – legais ou não – parece ser uma necessidade no alto rendimento, dadas as enormes exigências competitivas e o extremo sacrifício somático e psicológico ao qual o indivíduo é submetido (2003, p. 27-28).

34 Gonçalves, et al. (2010, p. 150) analisam “[...] como se constitui na mídia impressa esportiva o discurso/construção cultural do paratleta” e afirmam que o paradesporto reproduz o desporto convencional, pois compartilha do mesmo tipo de organização: vence o melhor, as competições seguem a mesma sistematização, é preciso superação diariamente, constrói-se a partir de muita disciplina e treinamento, está ligado ao rigor técnico.

35 Ao abordar a questão entre *performances* e prótese, Novaes (2007, p. 173) explica: “no caso do atleta portador de deficiência, a ação potencializadora não se estabelece apenas com a colonização tecnológica de seu corpo (devido ao uso da prótese), mas a partir de ajustes na prótese através de dispositivos técnicos que possibilitam a instrumentalização de sua própria *performance*.”

36 ALTMAN, Fábio. Revista *Veja*, Edição Especial nº2124, 05/08/2009, p. 15-16.

Entretanto, o foco da reportagem aponta para a questão da evolução dos maiôs que os atletas da natação vêm utilizando. Eles seriam aparatos tecnológicos que potencializam a *performance* do atleta, contribuindo para a derrubada de marcas anteriores. Conhecidos entre os nadadores como “*doping* de armário”, esses acessórios são compostos por poliuretano, material que ajuda na flutuação³⁷. Sendo assim, pode-se pensar o esporte como um campo possível de visibilidade dos investimentos técnicos na produção de corpos que se aproximam do pós-humanismo, em função de investimentos das novas tecnologias.

Laymert Garcia dos Santos, numa entrevista concedida em 2005, discorre sobre a questão do “futuro do humano”, uma de suas questões centrais de pesquisa:

Eu acredito que há uma crise com relação às categorias do humanismo, e a questão do pós-humano está ligada a isso. Existem várias perspectivas para ler o que está acontecendo [...] Uma via é a via da singularidade, que é a mais radical porque entende o pós-humano como uma superação do humano que literalmente o deixa para trás. Pertence a essa via a aposta que é feita na inteligência artificial e no desenvolvimento daquilo que seria a abertura de um outro tipo de evolução, que viria com os robôs [...] (SANTOS, 2005, p.3-4).

O sociólogo segue apontando que existe um segundo grupo que entende que há uma transformação do humano, e não sua superação. Assim, o pós-humano seria a possibilidade de modificar o humano a partir de sua transformação genética (inaugurando o que alguns vêm chamando de nova eugenia). Esse autor considera que essas duas linhas de pensamento constroem, ao lado da aceleração científica e econômica, uma metanarrativa sobre a obsolência do humano e do futuro do pós-humano.

37 Podem-se ver os reflexos dessa discussão na imprensa numa extensa reportagem na Revista Veja, em 05/08/2009, “A Cielo o que é de César”. <http://veja.abril.com.br/050809/cielo-o-que-e-cesar-p-104.shtml>, acesso em 10/09/2009. Para saber mais sobre esse tema consultar: McCullough (2010).

Então, o pós-humano seria parte dos processos de mutações que o corpo pode ter nas suas relações com as novas tecnologias. A figura emergente do pós-humano nos auxilia a pensar na continuidade da relação homem-máquina. Sterlac (1997)³⁸ sugere que o pós-humano pode ser uma “saída das distinções metafísicas clássicas corpo-alma, homem-máquina”, afirmando a necessidade de o corpo ser modificado em suas formas e funções, redefinindo o humano: “o corpo deve irromper de seus limites biológicos, culturais e planetários.” (p.53)

Ao corpo criou-se um ambiente de informação e tecnologia com o qual não mais se consegue lidar. Esse impulso para acumular de forma contínua mais e mais informação produziu uma situação no interior da qual a capacidade humana simplesmente não consegue absorver e processar toda essa informação. Foi necessário criar tecnologia para fazer aquilo que o corpo não mais consegue realizar³⁹.

Para estender as capacidades do corpo humano, o universo biotecnológico assumirá as intervenções para potencialização dos corpos e diminuição de suas imperfeições. Nessa perspectiva, o aditamento tecnológico pode produzir uma nova concepção de corpo, na qual os aparatos que adentram suas peles (ou cobrem suas superfícies) acabam transformando-se em parte dele mesmo. Não são mais objetos estranhos, artificiais, mas outra natureza e realidade corporais (COUTO, 2000). O exemplo dos maiôs é perfeito para entendermos isso, pois segundo a reportagem citada, os nadadores levam de 20 a 40 minutos para o vestirem, sempre com a ajuda de outra pessoa, transformando-o em uma “segunda pele”.

38 Sterlac é um artista australiano que faz experimentações tecnológicas com o seu próprio corpo. Sobre sua “Escultura dentro do estômago” ele diz: “A intenção foi projetar uma escultura para o estômago dilatado. A ideia foi inserir uma obra de arte no interior do corpo. A tecnologia invade o corpo e funciona dentro dele não como um substituto protético, mas como um ornamento estético. (...) O corpo oco torna-se um hospedeiro, não para um eu ou uma alma, mas simplesmente para uma escultura.” (1997, p. 57)

39 “Na passagem do humano ao pós-humano, o conceito de “homem” é deslocado em favor da ideia de “programa”, de “código”. Não mais o “homem”, mas uma matriz chamada “código genético” ocupa o centro da nova formação discursiva. Esse descentramento constitui um dos principais desdobramentos das desconstruções realizadas pelos discursos agenciados ao dispositivo das novas tecnologias.” (LIMA, 2004, p. 291)

1.3 A TECNOCIÊNCIA NO ESPORTE

O surgimento da tecnociência, entendida enquanto processo de transformação da vida em objeto técnico e mercadoria, tem ajudado a forjar uma nova construção e representação do humano, um sujeito agora virtual e digitalizado (CORRÊA, 2009).

É comum a afirmação de que as ciências e as técnicas contemporâneas provocaram uma ruptura na história das sociedades industriais, gerando um sistema tecno-científico mundializado, imerso no reino do operatório. Fala-se hoje de tecnociência ou tecnociências, no plural, para tentar nomear o fenômeno. O termo se apresenta como uma caracterização do movimento de inovação permanente e investimento financeiro que recobre o planeta de novos artefatos tecnológicos e de novos mercados, e visa sobretudo assinalar uma interdependência entre as ciências e as técnicas no saber contemporâneo. Uma grande mutação física e espiritual estaria transformando o mundo. A ciência perde sua anterioridade na ordem do saber, a natureza e a paisagem se tornam definitivamente humanas. (ARAÚJO, 1998, p.11)

Donna Haraway pensa sua política a partir do mito do *cyborg* – seres híbridos de máquina e organismo que existem na realidade e na ficção. Ao refletir sobre a tecnociência e o impacto da cibernética no mundo de hoje, a autora afirma que já somos todos seres cibernéticos. “No final do século XX, neste nosso tempo, um tempo mítico, somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos todos em suma, ciborgues”. Em seu “Manifesto”, Haraway propõe que sejamos “ciborgues de oposição” e, a partir disso, a autora menciona duas perspectivas sobre as possíveis reações à dominação técnica: uma que pede a volta do corpo orgânico e outra que afirma que não devemos temer a relação com as máquinas. Para ela, no entanto, “A luta política consiste em ver a partir de ambas as perspectivas ao mesmo tempo, porque cada uma delas revela tanto dominações quanto possibilidades que seriam inimagináveis a partir do outro ponto de vista.” (2000, p. 51)

Esses avanços tecnológicos não são inocentes e estão inseridos em estratégias de controle que se situam, sobretudo, nos dualismos da modernidade, tais como homem/máquina; homem/animal; homem/mulher, masculino/feminino. Para essa autora, vivemos um período de uma informática da dominação, que formula as estratégias de controle em termos de taxas, custos de restrições e graus de liberdade e, portanto, os seres humanos estão situados num sistema estatístico, probabilístico⁴⁰ (HARAWAY, 2000).

A descoberta da estrutura do DNA, material que permite a transferência dos caracteres hereditários, na segunda metade do século XX, opera uma revolução na Biologia, que muda seu foco para a informação genética. Essa fundamental transformação, impulsionada pelas tecnologias da informação, permitiu descobrir o sequenciamento do genoma humano. A partir desse novo enfoque da Biologia, a compreensão sobre os seres humanos é profundamente alterada. No discurso científico, o ser humano é identificado com as informações contidas no seu corpo, sejam elas biométricas ou genéticas. Dessa forma, as concepções de corpo também se transformam:

O corpo-informação emerge, fundamentalmente, do cruzamento da cibernética, a biologia molecular e tecnologias da informação que acabam por dar suporte ao mais recente paradigma tecnológico: o molecular-digital. A partir de então o corpo humano deixa de ter uma arquitetura predominantemente orgânica e mecânica para constituir-se como um “sistema de informação”. Mais do que obedecer a leis físicas e mecânicas, o corpo humano está sujeito aos princípios da cibernética e da informática (a lógica de programação, a linguagem numérica do computador). O que define o organismo vivo é o envio e recepção de mensagens, é o código

40 Segundo nos alerta Donna Haraway: “[...] as ciências da comunicação e as biologias modernas são construídas por uma operação comum – a tradução do mundo em termos de um problema de codificação, isto é, a busca de uma linguagem comum na qual toda a resistência ao controle instrumental desaparece e toda a heterogeneidade pode ser submetida à desmontagem, ao investimento e à troca.” (HARAWAY, 2000, p. 70)

genético inscrito no DNA. (LIMA, 2004, p.112-113)

Segundo Corrêa, “os bancos de DNA, ou biobancos são grandes coleções de material genético (amostras de DNA, células, tecidos, tumores ou órgãos) associados a dados de diversas naturezas (genéticos, médicos, biológicos, familiares, socioambientais)” (2009, p. 9). O sistema ADAMS⁴¹, banco de dados responsável por arquivar todas as informações da vida de um atleta, nos remete a essas tecnologias informacionais que têm relação direta com o controle do corpo humano e de sua vida. A crescente penetração de tecnologias sobre os corpos atletas vem evoluindo e apontando os esforços na busca por métodos que detectem qualquer mínima variação.

Como exemplo, trazemos a mudança da análise da urina para o sangue. Os testes de urina foram bem recebidos por atletas e técnicos, pois não eram vistos como uma agressão aos limites biológicos do corpo, por ser um resíduo (externo ao corpo). Entretanto, a vulnerabilidade na coleta e na análise dos testes de urina logo foi descoberta e explorada por quem quisesse burlar os limites da legalidade no *fair-play* nos casos de coleta das amostras. Em virtude disso, surgiu a necessidade de implementação de outro método que detectasse novas substâncias e que preenchesse as brechas existentes nos métodos de controle. Dessa forma, o sangue entra como novo elemento de análise de *doping*, extrapolando os limites do corpo, ao adentrá-lo com uma seringa para retirar as células sanguíneas e, após, realizar testes microscópicos.

De Rose nos conta como o processo de coleta de urina foi tornando-se mais seguro e eficaz, correndo menos risco de haver

41 O Sistema de Gestão e Administração Antidoping é uma ferramenta de gerenciamento de banco de dados baseado em *web* para entrada de dados, armazenamento, compartilhamento e projetado para ajudar as partes interessadas e a WADA em suas operações *antidoping* em conjunto com a legislação de proteção de dados (*Athlete Biological Passport Operating Guidelines*, 2012, p.9, tradução nossa).

“ADAMS: The Anti-Doping Administration and Management System is a Webbased database management tool for data entry, storage, sharing, and reporting designed to assist stakeholders and WADA in their anti-doping operations in conjunction with data protection legislation”.

manipulações e/ou tentativas de manipulações do material coletado. O primeiro processo, ocorrido em 1967,

Era um processo extremamente rudimentar, nós usávamos frascos que eram vidros de penicilina [...] usávamos tampinhas de borracha, e [...] derretíamos um lacre para fechar a tampa e, no lacre a gente usava o anel do príncipe como selo para evitar que o lacre fosse substituído (porque o anel do príncipe com o brasão dele era uma coisa única). (DE ROSE, 2011)

Os Jogos Olímpicos de Munique foram um marco na consolidação das melhores técnicas urinárias, que são utilizadas até os dias atuais. Entretanto, os frascos ainda representavam a maior dificuldade para manter válidos o armazenamento e o transporte da amostra. Um *kit* específico para coleta e armazenamento da urina foi desenvolvido pela empresa *Versapak*⁴². Mais sofisticado e mais profissional, esse *kit* foi utilizado até os jogos de Barcelona. Depois disso, alguns acontecimentos desatualizaram esse sistema, conforme De Rose nos conta: “alguém teve a ideia de levar essa bolsinha numa penitenciária para ver se algum meliante conseguia abri-la, e um dos presos abriu a bolsinha em poucos segundos só com uma tesourinha, abrindo o zíper, trocando o vidro e fechando o zíper novamente só com uma tesourinha” (2011).

Então, a partir de 1992, até os últimos Jogos, um novo *kit* vem sendo utilizado. Desenvolvido na Suíça pela empresa *Berlinger Special*⁴³, aprovado pelo COI/WADA, o *Bereg Kit* tem se mostrado extremamente seguro. Além disso, não só a tecnologia tem melhorado, mas também o próprio local de coleta: “Antes se usava um banheiro comum, hoje se usa um banheiro especial todo espelhado pra tu observares o atleta” (DE ROSE, 2011). O médico também ressalta o fato de que a partir do ano 2000, após a criação da WADA, a padronização nas ações facilitou o protocolo porque o controle de *doping* é exatamente igual em qualquer parte do mundo, ou seja, ele tem um

42 <http://versapak-anti-doping.com/>, acesso em 10/01/2013.

43 <http://www.berlinger.ch/index.php?id=68&L=1>, acesso em 10/01/2013.

standard internacional que os operadores são obrigados a seguir corretamente. A inclusão dos testes de sangue também fortaleceu o procedimento porque são testes complementares, ou seja, o que não se encontra na urina, se encontra no sangue e vice-versa⁴⁴.

Com o advento de novas técnicas de *doping* genético e a introdução de DNA como substrato para os controles *antidoping*, presumimos que as técnicas mudarão novamente. As formas com que o *doping*, as modificações genéticas e outras intervenções médicas redefinem o caráter do corpo vêm forçando novas pesquisas e análises por parte da WADA.

No contexto tecnocientífico, a ciência é indissociável da técnica, seja na produção do conhecimento (experimentos, cálculos matemáticos etc.), seja na finalidade atribuída a esse saber, que é a de construir objetos técnicos com utilidade prática (CORRÊA, 2009). Para que essas pesquisas avancem, é necessário um investimento econômico alto. A WADA investe em torno de 5 milhões de euros por ano em pesquisas de testes *antidoping* para substâncias ainda indetectáveis (como por exemplo, o hormônio de crescimento humano – GH), um esforço para desenvolver métodos de detecção cada vez mais inovadores e aumentar a lista de substâncias proibidas. Além disso, mais de 5 milhões são utilizados para estudos sobre *doping* genético.

44 A comissão médica esclarece que hoje em dia o *doping* é procurado diretamente. Por exemplo, nas provas de natação e de velocidade, eles procuram hormônio de crescimento e esteroides anabólicos. Hormônio de crescimento só é encontrado nas amostras de sangue, enquanto que os anabólicos nas de urina, por isso, existe a necessidade de saber quais substâncias favoreceriam atletas em determinadas modalidades e prioritariamente usar o teste que orienta mais pra essa substância.

1.4 SUBSTÂNCIAS DOPANTES E SUAS IMPLICAÇÕES

A utilização de substâncias químicas que potencializam o desempenho – *doping* – já é, de alguma forma, expressão dessas discussões sobre novas tecnologias, visto que, nesse caso, o corpo é um objeto tão operacional quanto aquelas ou quanto o próprio treinamento desportivo. Entretanto, o uso de drogas é condenado com frequência, em nome de uma ética esportiva que se empenha em reafirmar o princípio de igualdade formal de chances no esporte, sendo interpretado como uma violação e traição à ideia do desporto “puro” (KÖNIG, 1995).

O aumento da utilização de substâncias dopantes no esporte tem levado os órgãos governamentais desportivos a manter, ao menos no plano do discurso, uma busca constante por comprovações de *doping* e eventuais novas substâncias. Com o progresso permanente da Medicina e das Ciências do Esporte, novas formas de *doping* surgem, o que torna necessária uma legislação desportiva dinâmica e atual.

Considera-se como *doping* a utilização de substâncias ou métodos capazes de aumentar o desempenho esportivo, sejam eles potencialmente prejudiciais à saúde do atleta ou a de seus adversários, contrários ao espírito do jogo e/ou que incrementem a *performance* esportiva. Quando ao menos duas destas condições estão presentes, pode-se caracterizar *doping*, de acordo com o Código da Agência Mundial Antidoping⁴⁵ (WADA, 2003b).

Segundo o referido código, são consideradas violações das normas antidopagem:

2.1 A presença de uma substância proibida, dos seus metabolitos ou marcadores, numa amostra recolhida a partir de um praticante desportivo (p.10);

2.2 Utilização ou tentativa de utilização de uma substância proibida ou de um método proibido (p.12);

2.3 A recusa ou uma falta sem justificação válida a uma recolha de amostras após notificação, em conformidade com as regras antidopagem

45 A versão do Código Mundial Antidoping utilizada nesta pesquisa é uma tradução oficial para a língua portuguesa, datada de 2003, disponível *on-line* no *site* da WADA.

vigentes, ou ainda qualquer comportamento que se traduza numa fuga à recolha de amostras (p.13);

2.4 A violação das exigências de disponibilidade dos praticantes desportivos relativamente à realização de controlos fora de competição, incluindo o desrespeito, por parte dos praticantes desportivos, da obrigação de fornecerem informações sobre a sua localização bem como controlos declarados como não realizados com base em regras adequadas (p.13);

2.5 A falsificação, ou tentativa de falsificação de qualquer elemento integrante do controlo de dopagem (p.14);

2.6 Posse de substâncias e métodos proibidos (p.14);

2.7 O tráfico de qualquer substância proibida ou método proibido (p.14);

2.8 A administração, ou tentativa de administração de uma substância proibida ou método proibido a qualquer praticante desportivo, ou ainda apoiar, incitar, contribuir, instigar ou dissimular qualquer outro tipo de cumplicidade envolvendo uma violação de uma norma antidopagem ou qualquer outra tentativa de violação (p.14).

De acordo com a Comissão Médica do COI, a lista de substâncias proibidas, que começou a circular no ano de 2000 e é atualizada anualmente, contém cinco classes farmacológicas. Abaixo, mencionamos as substâncias e métodos proibidos permanentemente (em competição e fora de competição), de acordo com a lista atualizada válida a partir de 1º de janeiro de 2013:

1. Agentes anabólicos (esteroides anabólicos androgênicos e derivados);
2. Hormônios peptídicos, fatores de crescimento e substâncias afins;
3. Beta-2 agonistas;
4. Moduladores hormonais e metabólicos;
5. Diuréticos e outros agentes mascarantes.

Além disso, a lista inclui três métodos proibidos:

1. Manipulação de sangue e de seus componentes;
2. Manipulação química e física;
3. *Doping* genético.

Conforme já dito, algumas substâncias são proibidas somente durante a competição:

1. Estimulantes;
2. Narcóticos;
3. Canabinóides;
4. Glicocorticosteróides.

Algumas substâncias são proibidas apenas em determinadas modalidades esportivas:

1. Álcool;
2. Betabloqueadores.

De Rose et al. (2004) citam os grupos farmacológicos proibidos mais utilizados: os agentes anabólicos, os estimulantes, os diuréticos e os hormônios peptídicos – todos geralmente associados à melhoria do rendimento esportivo. Rivier (2000) comenta que existem mais de 1000 substâncias químicas que, em princípio, poderiam, direta ou indiretamente, ser utilizadas por atletas, visando o aperfeiçoamento da *performance*.

Apresentaremos brevemente as principais substâncias e métodos proibidos, com o intuito de situar o leitor para as discussões que virão neste trabalho. O controle *antidoping* em competição e fora de competição visa a identificação de substâncias diferentes. Nos testes em competição, todas as classes de substâncias e de métodos proibidos são incluídos; já o exame fora de competição é mais específico, incluindo agentes anabolizantes, hormônios peptídicos, alguns beta-2 agonistas, diuréticos e outros mascarantes⁴⁶. Drogas sociais, estimulantes e

46 Os agentes mascarantes são substâncias que não têm efeitos dopantes, mas que são usadas para dissimular o consumo de produtos que interferem de forma ilegal sobre o desempenho desportivo.

narcóticos analgésicos não são analisados fora de competição (ASSUNÇÃO; SANTOS, 2012).

Os betabloqueadores⁴⁷ são remédios que baixam a pressão sanguínea e são usualmente prescritos por um cardiologista no tratamento de doenças cardiovasculares (como por exemplo, insuficiência cardíaca e cardiopatia isquêmica), porque atuam contrariando o efeito da adrenalina sobre o organismo. Atuam no sistema cardiovascular, diminuindo o número de batimentos do coração e, por isso, auxiliam em modalidades que exigem precisão e concentração (BORTOLOTTI; CONSOLIM-COLOMBO, 2009). Atualmente, os betabloqueadores são proibidos somente em competição das seguintes modalidades: automobilismo, bilhar, dardos, esqui/*snowboarding*, golfe, tiro e arco e flecha (nestes dois últimos esportes os betabloqueadores são proibidos também fora de competição).

Os estimulantes são substâncias que têm um efeito direto sobre o sistema nervoso central, aumentando a estimulação do sistema cardíaco e do metabolismo. Podem acelerar o funcionamento do cérebro, tornando maior o estado de alerta e diminuindo sono e apetite. As anfetaminas, a cocaína e a efedrina (e compostos correlatos) são usadas para conseguir os mesmos efeitos da adrenalina, tal como o aditamento da excitação. Podem ainda acrescer a capacidade de tolerância ao esforço físico e diminuir o limiar da dor. Os estimulantes mais divulgados são a cocaína, a anfetamina e derivados anfetamínicos (como os remédios para emagrecer)⁴⁸.

Os narcóticos-analgésicos não são utilizados diretamente para melhorar o rendimento, e sim porque atuam no sistema nervoso central para diminuir a sensação de dor. São empregados em quase todas as modalidades, mas principalmente nas que exigem muita resistência, como a maratona e o triátlon. Também são exemplos importantes o ciclismo (para diminuir a resposta do organismo à dor devida a um

47 O grupo de betabloqueadores que até 1993 era considerado proibido foi transferido à categoria de restrito. Ou seja, cabe às Federações Internacionais de cada modalidade esportiva incluir ou não essa substância em sua lista de proibições.

48 Devido às dificuldades de se estabelecer um valor limítrofe de cafeína na urina para casos positivos de *doping*, essa substância foi incluída, juntamente com outras, num programa de monitoramento da WADA (CODE, 2003), não sendo mais substância proibida (ALTIMARI, 2010).

esforço físico excessivo) e o pugilismo (para que o atleta possa continuar lutando após sofrer uma lesão). As substâncias mais utilizadas dessa classe são a morfina, a metadona, a diamorfina (heroína) e compostos correlatos (SILVA; DANIELSKI; CZEPIELEWSKI, 2002).

Agentes anabólicos ou esteroides anabolizantes androgenizantes são compostos derivados de um hormônio masculino, a testosterona. Conforme Silva, Danielski e Czepielewski (2002), são utilizados, por um lado, para aumentar o metabolismo basal, o número de hemácias e a capacidade respiratória; e, por outro, para reduzir a taxa de gordura corporal e proporcionar ganho de força, potência e maior tolerância ao exercício físico. Os principais anabolizantes são nandrolona, androstenediol, clostebol, estanozolol, metandriol, metenolona, oximetolona, testosterona e compostos correlatos.

Ao contrário dos estimulantes, que para fazer efeito devem ser tomados no dia das competições, os anabolizantes são ingeridos em época de treinamentos, por períodos contínuos que variam entre três e seis meses. O tratamento é interrompido de duas a três semanas antes das provas, tempo geralmente suficiente para o organismo eliminar traços das substâncias proibidas e permitir a passagem pelo exame antidopagem (por isso o exame fora de competição foi criado). Os anabolizantes injetáveis são mais lentamente absorvidos e excretados e, por isso, mais facilmente detectáveis em testes *antidoping* e por período de tempo mais longo após o uso, podendo ser identificados até um mês após a descontinuação, enquanto que a dose oral permanece identificável por quatorze dias (SILVA et al, 2002). Os anabolizantes disseminaram-se rapidamente no meio esportivo, destacadamente em atletas como halterofilistas, lutadores de artes marciais e eventualmente em todos os tipos de esporte que envolvam força explosiva (CECCHETTO; RIBEIRO; FARIAS, 2012).

Os diuréticos são substâncias proibidas por permitirem redução rápida de fluidos corporais para atletas que participam de esportes com divisão de categorias por peso, como pugilismo, halterofilismo, caratê e judô (FABRINI et al, 2010). Eles aumentam a formação e a excreção da urina e por isso são também utilizados para eliminar mais rapidamente eventuais substâncias dopantes, caracterizando assim o efeito de mascaramento do *doping*. A presença de diurético em associação com outra substância proibida (independentemente de sua concentração) na urina de um atleta configurará *doping*, a menos que o analisado possua

uma Isenção de Uso Terapêutico⁴⁹. Os principais exemplos de diuréticos que se encontram disseminados no esporte são furosemida, diclofenamida, indapamida, acetazolamida e compostos correlatos (PARRA et al, 2011).

Hormônios peptídicos são substâncias que atuam no organismo de modo a acelerar o crescimento corporal e diminuir a sensação de dor. A gonadotrofina coriônica humana, o hormônio do crescimento e o adrenocorticotrófico, fator de crescimento tipo insulina (IGF-1) e a eritropoetina são alguns exemplos dessas substâncias. Como são bastante utilizados no esporte, explicaremos seus efeitos logo a seguir.

A gonadotrofina coriônica humana (HCG) é utilizada na medicina em casos clínicos, principalmente como componente do tratamento para estimular a ovulação em mulheres hipogonadotróficas e para estimular a espermatogênese em homens. No esporte, esse hormônio aumenta a produção de esteroides endógenos⁵⁰ (é considerada como administração exógena de testosterona) e o seu uso por atletas deve-se a sua capacidade de proporcionar o aumento do volume e potência dos músculos. Por essa razão é utilizado principalmente em esportes que exijam treinamento de força (PEREIRA et al., 2008).

A corticotrofina (ACTH) tem finalidade de recuperação tecidual, sendo utilizada por atletas praticantes de atividades intensas cuja recuperação precisa ser acelerada.

O hormônio de crescimento (GH) proporciona o aumento significativo de vários tecidos, incluindo o tecido muscular e, por esse motivo, atrai os atletas que competem provas de força e velocidade.

A eritropoietina (EPO) é empregada para aumentar o número de hemácias (glóbulos vermelhos), melhorando a capacidade de transporte de oxigênio para as células. Com a sua utilização o atleta tem seu potencial de consumo de oxigênio aumentado e, conseqüentemente, a capacidade de exercer esforço mais intenso ao utilizar o metabolismo aeróbio para a produção de energia. Por conseqüência, o rendimento esportivo em modalidades de média e de longa duração torna-se melhor

49 A maioria das substâncias dopantes são medicamentos e, eventualmente, uma delas pode ser necessária para o tratamento permanente ou temporário de alguma doença. Para esses casos, existe a Isenção para Uso Terapêutico (CODE, 2003).

50 Endógeno se refere a uma substância que pode ser produzida naturalmente pelo corpo. Ao contrário, uma substância exógena não é produzida pelo organismo de forma natural.

(TSITSIMPIKOU et al, 2011). É muito utilizado por ciclistas, triatletas, maratonistas e outros esportistas de resistência (BENTO et al, 2003).

A Agência Mundial Antidoping também proíbe alguns métodos considerados dopagem (COB, 2012) por poderem alterar positivamente o desempenho do atleta, mesmo que sem relação direta com o consumo de substâncias proibidas. Abaixo, citamos três exemplos contidos na lista de substâncias proibidas da WADA:

a. *Doping* sanguíneo: é caracterizado pela transfusão de sangue, células vermelhas, produtos que contenham hemácias ou carreadores artificiais de oxigênio. É feito a partir do mesmo indivíduo ou de indivíduos diferentes. É contraindicado pela ética do jogo, mas também pelos riscos de reação hemolítica aguda, transmissão de infecção (hepatite viral e AIDS), reações alérgicas, sobrecarga de circulação e choque metabólico.

b. Manipulação farmacológica, química ou física da urina: é proibido qualquer método que modifique a integridade e validade das amostras de urina (substituição, adulteração, inibição da excreção por meio de diuréticos).

c. *Doping* genético: caracteriza-se pelo uso não terapêutico de células, genes e elementos gênicos, ou a modulação da expressão gênica, que tenha a capacidade de aumentar o desempenho esportivo (CODE, 2003). Ainda fora do uso regular de atletas, algumas técnicas genéticas poderão ser usadas em um futuro bem próximo e duas formas de mudanças genéticas têm deixado as autoridades mais atentas. Uma delas é o estímulo à produção de hormônios por meio de alteração dos genes, o que se dá ao se injetar no corpo do atleta vírus ou proteínas modificadas geneticamente para induzir o mesmo a acelerar a produção interna dessas substâncias e, com isso, melhorar sua *performance*. A outra maneira que os atletas podem beneficiar-se com o auxílio da genética consiste em alterações na parte genética (DNA), de modo a adequar a estrutura do corpo do desportista às necessidades de seu esporte. Se for um velocista, ganha mais fibras de contração rápida e se for um maratonista, por exemplo, recebe mais fibras de contração lenta (COB, 2010).

A terapia gênica é a esperança de tratamento para um grande número de doenças até hoje consideradas incuráveis por métodos convencionais, das hereditárias e degenerativas às diversas formas de

câncer e doenças infecciosas. Consiste de um conjunto de técnicas que permite a inserção e expressão de um gene terapêutico em células-alvo que apresentam algum tipo de desordem de origem genética (não necessariamente hereditária), possibilitando a correção dos produtos gênicos vistos como inadequados e que causam doenças. Dessa forma, é possível observar que a terapia gênica, além da sua importância no diagnóstico e tratamento de doenças, tem grande potencial para uso nos esportes e que sua detecção deve ser desenvolvida e aplicada (ARTIOLI et al, 2007). O *doping* genético utilizaria os princípios básicos da terapia gênica, alimentando um debate científico e acadêmico cuja importância vem crescendo em Medicina Esportiva e Ciências do Esporte.

Segundo Artioli et al. (2007), a terapia genética está apenas em estágio inicial de desenvolvimento e atualmente não há indícios de qualquer caso de atleta que tenha feito uso de manipulação gênica, da mesma forma que ainda não existem meios específicos de controle e detecção do *doping* genético⁵¹. Com eles concorda Eduardo de Rose (2011), um dos maiores especialistas na área de *doping* no mundo, segundo o qual o *doping* genético não é um problema eminente porque a terapia gênica ainda está em fase experimental.

O álcool (etanol) é proibido somente em competição, nos seguintes esportes: aeronáutica, arco e flecha, automobilismo, caratê, lancha de potência e motociclismo. A ingestão de álcool pode exercer um efeito deletério em ampla variedade de habilidades psicomotoras, tais como tempo de reação, coordenação, precisão, equilíbrio e coordenação ampla, o que prejudicaria os atletas em suas funções psicomotoras. Além disso, sua utilização torna-se extremamente perigosa durante as competições.

Em relação às metodologias analíticas empregadas no controle *antidoping* estabelecidas pela WADA, elas são divididas em 3 etapas: coleta da amostra, *screening* (rastreamento das substâncias proibidas) e confirmação do resultado (CODE, 2003). Esse controle pode ser efetuado em amostra de urina, sangue ou em ambas. A amostra biológica passa por um *screening* que é realizado por meio de imunoensaio, eletroforese de focalização isoelétrica (eritropoetina

51 As pesquisas sobre detecção de *doping* genético ainda são incipientes, entretanto, alguns pesquisadores têm buscado desenvolver metodologias que possam comprovar este tipo de dopagem. Para saber mais, consultar: Bairos; Prevedello; Moraes (2011).

sintética), cromatografia líquida (LC) e cromatografia gasosa (GC)⁵², que são procedimentos que fazem parte do protocolo de rastreio/detecção das substâncias proibidas.

Os resultados são embasados em dados-padrão das substâncias, ou seja, o corpo produz substâncias para manutenção fisiológica da homeostase⁵³ e quando a concentração dessas substâncias se desvia dos valores comumente encontrados em humanos, detecta-se a utilização de uma substância proibida.

52 Garcia; Yonamine; Moreau (2005).

53 É a propriedade de um sistema aberto, seres vivos especialmente, de regular o seu ambiente interno para manter uma condição estável, mediante múltiplos ajustes de equilíbrio dinâmico controlados por mecanismos de regulação inter-relacionados.

CAPÍTULO 2
CORPOS ATLETAS: DOPING E POLÍTICAS DA AGÊNCIA
MUNDIAL ANTIDOPING (WADA-AMA)

2.1 A AGÊNCIA MUNDIAL ANTIDOPING (WADA-AMA)

Com a Segunda Guerra Mundial surgem no mercado duas substâncias extremamente eficientes para aumentar a *performance* dos atletas de modo artificial: o anabólico esteroide e a anfetamina. Os anabólicos esteroides foram utilizados no período pós-guerra como um meio para auxiliar na reestruturação do sistema muscular dos prisioneiros, principalmente dos que foram encontrados em um estado avançado de desnutrição, debilitados pelas batalhas e pelas condições difíceis do cárcere (HOBERMAN, 1992).

A utilização dos anabólicos para aumentar a massa muscular chegou ao esporte por meio da modalidade de levantamento de peso, alcançando atletas de atletismo, em provas de velocidade e lançamentos. A anfetamina, por sua vez, fora usada para melhorar a capacidade dos comandos de guerra, eliminando a fome, a sede, o sono e a fadiga. (HOBERMAN, 1992).

A anfetamina, utilizada nos esportes do tipo aeróbico, e os anabólicos esteroides, nos esportes de força e potência, foram as substâncias mais usadas entre 1936 e 1964, período no qual seis Jogos Olímpicos foram realizados (excluindo o período da Segunda Guerra Mundial). Segundo material elaborado pelo Comitê Olímpico Brasileiro para informações sobre o uso de medicamentos no esporte, “o doping nos Jogos culmina com a morte de um ciclista finlandês por overdose de anfetamina em Roma (1960), e com o uso massivo de esteroides anabolizantes em Tóquio (1964), que repercutiu de uma forma extremamente negativa para o Movimento Olímpico.” (COB, 2009, p.11)

Conforme Hoberman, “doping é uma prática histórica que está enraizada nas exigências fisiológicas de qualquer esporte com resistência extrema” (2007, p. 387). Em seu livro *Mortal Engines* ele traça uma investigação sobre a relação entre as origens e as implicações mais amplas da união entre esporte e ciência, mostrando como diferentes grupos dentro do esporte unem-se para promover experimentos em torno do *doping*, apesar dos esforços, inúteis, de autoridades olímpicas, para impor suas sanções àqueles que violam a proibição de drogas ilícitas. Porém, o feito notável do livro é mostrar que nem sempre os atletas que se dopam são fraudes ou vítimas

infelizes, mas sim consequências da instrumentalização do corpo humano a serviço do desempenho desportivo (HOBERMAN, 1992).

Hoberman (2001) aponta como o esporte tornou-se um território vasto no qual os corpos foram submetidos a níveis crescentes de dor e estresse, na busca de mais elevados desempenhos: “Hoje, a distância emocional que separa o público esportivo das provas fisiológicas de seus heróis confirma que o atleta de alto desempenho é amplamente entendido como um sujeito experimental cujos sofrimentos são parte natural do drama do esporte” (Hoberman, 1998, p.1). Segundo ele, em algum momento, esse projeto de alargar os limites fisiológicos humanos começou a falhar, e é isso que vem acontecendo ao longo dos últimos vinte anos. O desfile interminável de escândalos de *doping* é evidência dramática de que o esporte de alto desempenho simplesmente pede muito do organismo humano.

A necessidade de vigilância e de controle operacional dos atletas passa a ser evidente em virtude de algumas “descobertas” de casos de *doping*. Até a década de 1960, o controle *antidoping* era feito pelo próprio Comitê Olímpico Internacional (COI), que, em 1967, instituiu uma Comissão Médica para lidar com o uso de substâncias proibidas entre atletas de alto nível⁵⁴. Em 1968, nos Jogos Olímpicos do México, foi realizado o primeiro teste *antidoping*. A comissão médica argumentou três razões para a realização do exame: proteger a saúde das atletas, preservação médica e ética esportiva, reforço da igualdade entre todos os competidores.

Os Jogos de Munique (1972), Montreal (1976) e Moscou (1980) já contavam com uma lista de classes farmacológicas proibidas, incluindo três tipos de estimulantes (estimulantes psicomotores, aminas simpaticomiméticas e estimulantes do sistema nervoso central), bem como os narcóticos analgésicos. Os anabólicos esteroides foram acrescentados pouco antes das Olimpíadas de 1976.

54 Essa Comissão Médica era dirigida pelo Príncipe belga Alexandre de Merode e formada por especialistas em Medicina do Esporte e Toxicologia, entre eles três integrantes do Comitê Executivo da Federação Internacional de Medicina do Esporte (FIMS): Giuseppi Lacava (Itália), Ludwig Prokop (Áustria), Albert Dirix (Bélgica) e Eduardo Hay (médico-chefe dos Jogos Olímpicos do México, 1968) (COB, 2009).

Os Jogos de Los Angeles (1984)⁵⁵, Seul (1988)⁵⁶, Barcelona (1992)⁵⁷ e Atlanta (1996) tiveram um alto número de casos positivos de *doping*. Em função desse aumento no número de casos, algumas modificações foram implementadas pela Comissão Médica do COI na lista de substâncias e métodos proibidos. Por exemplo, nos Jogos de Los Angeles, após a descoberta da utilização de betabloqueadores por atletas do tiro e do uso de diuréticos no boxe e no judô, com efeitos positivos sobre a *performance* do atleta, o COI incluiu essas substâncias, até então legais, na lista das proibidas. Pouco tempo depois de Seul, o controle fora de competição sem aviso prévio⁵⁸ foi implantado, inicialmente pela Federação Internacional de Atletismo (IAAF) e, logo após, pela Federação Internacional de Halterofilismo (IWC) e pela Federação Internacional de Natação (FINA).

55 Foi também nos Jogos de 1984, pela primeira vez, que se proibiu um método: a transfusão de sangue. Pouco antes das Olimpíadas de Seul, incluiu-se álcool, anestésicos locais e corticosteróides (COB, 2009).

56 Em Seul, 1988, o velocista canadense Ben Johnson vence os 100m, quebrando o recorde mundial e estabelecendo a marca de 9s79, entrando para a história do esporte. Porém, alguns dias depois, o atleta perdia sua medalha de ouro pelo comprovado uso da substância estanozolol (um esteroide anabolizante). A medalha de ouro e o recorde mundial passaram do êxtase da *performance* genial à fraude, em pouco tempo. O escândalo envolvendo Johnson gerou um impacto na mídia internacional que registrou esse momento como um marco no “surgimento” do *doping*, marcando uma era de combate midiático às substâncias proibidas. Em 24/06/2011, em entrevista para o programa Esporte Espetacular, (<http://globoesporte.globo.com/programas/esporte-espetacular/noticia/2011/06/ben-johnson-confessa-doping-em-seul-1988-mas-diz-que-foi-sabotado.html>), em virtude do lançamento de sua autobiografia intitulada “*Ben Johnson: from Seoul to Soul*”, o corredor confessou seu *doping* em 1988, mas disse ter sido sabotado por Andre Jackson (ex-empresário do norte-americano Carl Lewis) que colocou drogas em sua bebida antes do teste, gerando um resultado positivo. Lewis herdou sua medalha. Nesse mesmo ano, a Comissão Médica incluiu uma nova classe na lista de substâncias proibidas: os hormônios peptídicos (eritropoietina (EPO) e hormônio do crescimento (GH)), bem como os canabinóides.

57 Uma importante decisão tomada após os Jogos Olímpicos de Barcelona diz respeito à introdução da coleta de amostras de sangue para permitir uma melhor determinação de hormônios peptídicos, complementando as técnicas usadas na urina.

58 O controle sem aviso prévio foi introduzido com o intuito de que não fosse mais possível para os atletas usar anabólicos esteroides durante o período de treinamento para o incremento da massa muscular, interrompendo a utilização nas vésperas das competições, como era recorrente até então.

Após algumas críticas quanto à efetividade dos testes *antidoping*, apontou-se a necessidade de um controle independente, com o argumento de que somente isso poderia resolver as disputas políticas no sentido de normas mais rígidas para o cumprimento das penalidades⁵⁹. Na Conferência Mundial sobre Doping no Desporto, realizada em Lausanne em fevereiro de 1999, alguns representantes do desporto internacional sugeriram corrupção, falta de responsabilidade e falha na liderança do Comitê Olímpico Internacional no controle de drogas, solicitando então, a criação de uma agência *antidoping* totalmente independente do COI⁶⁰ (HOBERTMAN, 1999). Hoberman afirma que

A necessidade de controle de doping independente é um resultado direto do Sistema de Doping internacional que tem evoluído ao longo dos últimos 30 anos. É agora claro que essa complexa rede de organizações e relacionamentos tem tanto acomodado e promovido a prática de dopagem, bem como as federações nacionais e internacionais têm implementado programas antidoping que provaram ser, e em alguns casos tinham a intenção de ser, inadequados para a tarefa (Hoberman, 1999, p.1)⁶¹.

59 Por exemplo, as demandas das federações internacionais de Ciclismo e de Futebol, por meio de seus presidentes Hein Verbruggen (UCI) e Joseph Blatter (FIFA), respectivamente, solicitaram flexibilização em relação às penalidades. Além disso, Verbruggen foi protestar contrariamente à realização de testes de sangue para EPO nos atletas, mesmo com todo o escândalo de *doping* do *Tour de France* de 1998.

60 A Declaração de Lausanne, emitida pelo COI após a Conferência Mundial sobre Doping no Desporto (1999), incluiu uma resolução pedindo uma agência internacional *antidoping* independente para funcionar já nos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e com um capital inicial estimado no valor de US\$ 25.000,000 (Declaração de Lausanne, 1999).

61 “*The need for independent doping control is a direct result of the international Doping System that has evolved over the past thirty years. It is now clear that this complex network of organizations and relationships has both accommodated and promoted the practice of doping, even as national and international federations have implemented antidoping programs that have proven to be, and in some cases were intended to be, inadequate to the task*” (Hoberman, 1999, p.1).

Essa agência totalmente independente do COI não garante a integridade de um programa de testes de drogas global, conforme explicita Hoberman (1999) em uma conferência sobre a criação da WADA, porque o termo “independente” surgiu para mostrar a luta entre o COI (que vinha sofrendo pressões em relação à ineficiência das políticas *antidoping*) e outras instituições, como, por exemplo, as indústrias farmacêuticas⁶². Além disso, Hoberman argumenta que os órgãos oficiais, como o COI e as federações esportivas internacionais, necessitam urgentemente de uma reforma, para que acompanhem as novas regras que estão sendo postas.

Durante a Conferência de Lausanne, Alexandre de Merode, presidente da Comissão Médica do COI naquele momento, sugeriu que as penas de dois anos para atletas que testaram positivo pudessem ser modificadas e estabelecidas pela federação nacional à qual o atleta é filiado. Além disso, propôs que os atletas condenados por *doping* pudessem competir em alguns eventos mesmo quando estivessem cumprindo pena. Nesse sentido, diz o autor, podemos pensar o sistema de *doping* como um organismo homeostático que se adaptou ao longo do tempo para os regimes de controle de *doping* que têm sido postos em prática. A economia interna desse organismo regula as relações que unem atletas, treinadores, médicos e os burocratas que povoam a hierarquia do Comitê Olímpico Internacional. Hoberman pergunta: “Então o que é a independência e quem são os independentes que poderiam garantir a integridade de um programa global de testes de drogas?” (1999, p.6)⁶³.

62 Hoberman sugere que exista uma rede que facilita a difusão de drogas no esporte: “O COI, que convocou impulsivamente empresas farmacêuticas para a Conferência Antidoping de Lausanne em fevereiro de 1999, nunca levantou um dedo para investigar ou protestar contra o desvio sistemático de grandes quantidades de hormônios sintéticos para o mercado negro que torna o doping possível”. “*The IOC that impulsively summoned the pharmaceutical companies to the Lausanne antidoping conference in February 1999 has never lifted a finger to investigate or protest the systematic diversion of large quantities of synthetic hormones to the black market that makes doping possible*”. (HOBERTMAN, 1999, p.2)

63 “*So what is independence and who are the independents who might guarantee the integrity of a global drug-testing program?*” (HOBERTMAN, 1999, p.6).

O ciclismo é um dos esportes que, de longa data, tem mostrado grandes relações com os escândalos de *doping* (HOBERMAN, 1998)⁶⁴. Um dos mais marcantes casos foi o da morte do ciclista finlandês por overdose de anfetamina, em Roma (1960): “Suspeitou-se de insolação: a temperatura naquele dia chegou a 33°. Mas a autópsia comprovou o uso de anfetaminas. O técnico dinamarquês assumiu o uso. Em sua defesa disse que não a usou para dopar, mas para estimular os atletas⁶⁵”.

Atualmente, um novo escândalo de *doping* tem tomado conta da imprensa: Lance Armstrong, atleta norte-americano, sete vezes campeão do *Tour de France*, ciclista da equipe de correios dos EUA (US Postal), “montou o esquema de doping mais sofisticado, profissional e ‘bem sucedido’ já visto na história do esporte⁶⁶”, segundo declarou a Agência Americana Antidoping (Usada).

A Usada enviou à União Ciclista Internacional (UCI) e à WADA um relatório de mais de mil páginas, com testemunhos de pessoas que afirmam ter conhecimento das práticas de dopagem da equipe US Postal⁶⁷. Alguns desses depoimentos são de ciclistas ex-companheiros de equipe de Armstrong. O relatório mostra o uso, posse e distribuição por Armstrong de produtos e substâncias

64 “*The Tour debacle has finally made it acceptable to say in public and without provocation what many have known for a long time, namely, that long-distance cycling has been the most consistently drug-soaked sport of the twentieth century.*” (HOBERMAN, 1998, p. 1).

65 Cerveja foi o primeiro doping. 02/08/2012. <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,cerveja-foi--o-primeiro-doping-,909635.0.htm>, acesso em 01/11/2012.

66 *The evidence shows beyond any doubt that the US Postal Service Pro Cycling Team ran the most sophisticated, professionalized and successful doping program that sport has ever seen.* <http://www.usada.org/default.asp?uid=4035>, acesso em 15/11/2012.

67 Estes documentos estão disponíveis no *site* da Usada (www.usada.org), mais especificamente nos *links*:

<http://www.usada.org/media/statement6132012>

<http://www.usada.org/media/statement8202012>

<http://www.usada.org/media/sanction-armstrong8242012>

<http://www.usada.org/default.asp?uid=4035>

<http://www.usada.org/media/release-sensenbrenner>

<http://www.usada.org/media/statement102212>

O *link* <http://cyclinginvestigation.usada.org/> contém todos os depoimentos, vídeos, fotos, documentos e estatutos que embasaram o processo contra Armstrong. Acesso em 15/11/2012.

destinados a melhorar o desempenho. Armstrong teria usado EPO, transfusões de sangue, testosterona e cortisona durante o período de 1998 a 2005, EPO, testosterona e GH já em 1996. Testemunhas também forneceram evidências de que Armstrong forneceu-lhes, encorajando-os a usar e administrar produtos ou métodos de *doping*, incluindo EPO, transfusões de sangue, testosterona e cortisona entre 1999 e 2005. Além disso, os dados mostraram o uso de manipulação de sangue, incluindo EPO ou transfusões de sangue durante o retorno de Armstrong ao ciclismo em 2009 no *Tour de France* (Dados extraídos do relatório da Usada, disponível em <http://www.usada.org/media/sanction-armstrong8242012>).

O mais interessante nessa história é que Armstrong nunca foi flagrado num exame *antidoping*:

[...] embora a prova laboratorial (teste de urina ou sangue) seja o padrão na quase totalidade das denúncias de doping, a Usada fundamenta suas acusações em testemunhos, nos quais encontrou elementos que julga suficientes para provar as violações cometidas por Armstrong e outros integrantes do mesmo time americano profissional. Agentes federais participaram das investigações⁶⁸.

Armstrong foi punido com a perda dos títulos, medalhas, vitórias e prêmios recebidos desde o ano de 1998 até o presente momento, incluindo os sete títulos no *Tour de France* (de 1999 a 2005)⁶⁹. Após a punição, Travis T. Tygart, diretor-presidente da Agência Antidoping dos EUA, manifestou-se em nome da Usada:

68 Uma incógnita, 22/10/2012.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/73399-uma-incognita.shtml>, acesso em 15/11/2012.

69 Recentemente, em entrevista ao programa da apresentadora americana Oprah Winfrey exibida nos dias 17 e 18/01/2013, Armstrong alegou que “não teria sido hepta sem doping” e que utilizou cortisona, EPO, transfusões de sangue e testosterona. Disse também que merecia ser punido: “Mas não tenho certeza se mereço a pena de morte”.

Armstrong se diz ‘envergonhado’, mas quer voltar a competir. 19/01/2013.
<http://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2013/01/19/armstrong-se-diz-envergonhado-mas-quer-voltar-a-competir.htm>, acesso em 19/01/2013.

Nossa missão é proteger os atletas limpos, preservando a integridade da competição, não só para os atletas de hoje, mas também os atletas de amanhã. Temos escutado de muitos atletas que enfrentaram um dilema injusto – dopar-se ou não para competir no mais alto nível do esporte. Muitos deles abandonaram seus sonhos e deixaram o esporte, porque eles se recusaram a pôr em perigo a sua saúde e participar com doping. Essa é uma trágica escolha que nenhum atleta deveria ter que fazer⁷⁰.

Hoberman (1998) conta que a história do *doping* no ciclismo começou a partir da década de 1890, com as corridas de seis dias que duravam da manhã de segunda-feira até a noite de sábado. Segundo esse autor, o café preto dos ciclistas era reforçado com cafeína extra e hortelã-pimenta e, posteriormente, a mistura teria sido enriquecida com doses crescentes de cocaína e estricnina. Conhaque também era frequentemente adicionado às xícaras de chá. Seguindo as sequências de *sprint* da corrida, cápsulas de nitroglicerina foram muitas vezes dadas aos ciclistas para aliviar problemas respiratórios.

Eugen Weber (1988) considerou a bicicleta como um dos principais símbolos da modernidade. Inicialmente utilizada pela elite francesa, populariza-se rapidamente e se torna um dos símbolos da identidade nacional. Segundo Weber, a popularização da bicicleta e do ciclismo pouco a pouco modificou o *status* do esporte na cidade. Situando essa prática no contexto de Paris, o autor pontua que o ciclismo:

Lance admite que não seria hepta sem doping. 18/01/2013.

http://esportes.terra.com.br/lance-admite-que-nao-seria-hepta-sem-doping-veja-declaracoes_2efe7c1797b4c310VgnVCM4000009bceeb0aRCRD.html, acesso em 18/01/2013.

70 *Our mission is to protect clean athletes by preserving the integrity of competition not only for today's athletes but also the athletes of tomorrow. We have heard from many athletes who have faced an unfair dilemma — dope, or don't compete at the highest levels of the sport. Many of them abandoned their dreams and left sport because they refused to endanger their health and participate in doping. That is a tragic choice no athlete should have to make.* Disponível em: <http://www.usada.org/default.asp?uid=4035>, acesso em 15/11/2012.

Foi o primeiro a sugerir a busca do esporte por prazer, em círculos sociais onde essa possibilidade não era normalmente considerada; formaram-se, para promovê-lo, muitos clubes que não atraíam exclusivamente as classes alta e média; por fim, provocou uma comercialização do esporte, que, embora muito depreciada, tornava-o acessível a um grande número de pessoas que, do contrário, o teria ignorado. (WEBER, 1988, p. 25)

A União Ciclista Internacional (UCI – federação que rege o ciclismo mundial) foi criada no ano de 1900 em Paris e, desde então, é a maior entidade ciclística do mundo, congregando diversas outras federações em sua estrutura organizacional, mostrando que desde cedo, a exemplo das diversas modalidades esportivas que surgiram na Europa na transição do século XIX para o XX, o ciclismo também se organiza em torno de clubes e federações (WEBER, 1988).

Essa estrutura mais ampla torna as competições ciclísticas um espaço de disputas dos fabricantes de bicicletas e da imprensa, que buscarão, através do patrocínio de atletas e da cobertura das competições, dar visibilidade às suas marcas (WEBER, 1988). No *Tour de France*⁷¹, por exemplo, a cobertura das provas é grande e a oportunidade para ganhar dinheiro com anúncios e com a venda de produtos é maior ainda, principalmente por ser considerada por muitos ciclistas a principal prova do ciclismo mundial.

Segundo Park (2005), no *Tour de France*, em 1998⁷², havia boatos sobre o uso de drogas ilícitas entre os participantes e, por isso, a

71 O *Tour de France* é uma competição de ciclismo que teve início em 1903 e, atualmente, é dividida em etapas quase diárias, disputada anualmente no mês de julho, durante três semanas. O percurso é composto de mais de 3000 quilômetros, com estradas montanhosas e irregulares que representam uma volta na França, incluindo países vizinhos. Os percursos do *Tour* variaram ao longo dos anos. Em 2012, por exemplo, a largada foi em Liège (Bélgica), passando por muitas cidades francesas (região dos Vosges, da Jura, dos Alpes e dos Pirineus) e por Porrentruy (Suíça), tendo como linha de chegada a cidade de Paris, completando 3.497 quilômetros (www.letour.fr).

72 O vencedor do *Tour de France* de 1998, o italiano Marco Pantani, morreu em 2004 de uma parada cardíaca provocada por uma overdose de cocaína.

inspeção do *doping* foi rígida. Após o *Tour*, o COI imediatamente agiu para lidar com a crise das drogas e aliviar o pânico generalizado resultante desse incidente, convocando a Conferência Mundial sobre Doping no Desporto, sob a alegação de que o objetivo principal da conferência seria iniciar uma luta contra o *doping* em âmbito global.

Um grande escândalo de *doping*, envolvendo, inicialmente, uma equipe espanhola (Equipe Festina), divulgou amplamente o sistemático abuso do hormônio sintético EPO (eritropoietina – com seus efeitos já debatidos no capítulo 1) para melhorar a *performance*. Willy Voet, massagista da equipe Festina, dirigia um carro que foi parado pela polícia e continha muitos produtos de dopagem, entre eles, eritropoietina e esteroides anabolizantes. Voet foi levado pela polícia francesa e admitiu que os produtos eram para uso dos atletas da equipe. Em seguida, o diretor da equipe, Bruno Roussel, e o médico responsável, Eric Ryckaert, foram levados para interrogatório e admitiram à polícia o uso sistemático de *doping* pela equipe, mas sob controle médico rigoroso (DURET; TRABAL, 2001).

Como resultado desse incidente, a polícia francesa⁷³ fez muitas inspeções nos quartos, sedes e carros das outras equipes, para procurar mais drogas. Ao mesmo tempo, os ciclistas eram levados para testes de urina e sangue. Eles queixaram-se muito da forma como a polícia estava tratando os atletas – como criminosos – e fizeram algumas manifestações durante o próprio *Tour*⁷⁴. A polícia também encontrou drogas com a equipe holandesa TVM (DURET; TRABAL, 2001; TRABAL et al., 2006; TRABAL et al., 2008; TRABAL; DURET, 2003).

73 Segundo Trabal e Duret (2003), os eventos do *Tour de France* de 1998, nos quais a polícia foi capaz de demonstrar um regime de *doping* organizado por ciclistas e líderes de equipe, têm contribuído tanto para fazer um balanço das práticas de dopagem proibidas quanto para mostrar a eficácia de outros recursos na luta contra o *doping*.

74 Nesse *Tour* de 1998 houve um conflito entre a polícia francesa (representando o governo francês) e os fiscais, os comissários de *doping* da UCI e os atletas. Esse choque entre governo e Movimento Olímpico levantou a questão de quem deveria organizar o *antidoping*. A França tem uma lei que estabelece punições penais para as pessoas que tenham em seu poder substâncias dopantes. Atualmente, o país quer aprovação de uma medida na qual o uso de substâncias dopantes por atletas seja também delito penal, indo além das punições no âmbito esportivo. Para mais, consultar: <http://franceolympique.com/files/File/actions/sante/misesajour/p-19.pdf>, acesso em 20/12/2012.

Esse episódio (conhecido como *Caso Festina*) rendeu alguns livros, escritos pelos próprios atletas e alguns dirigentes, analisados em pesquisa de Trabal e Duret (2003)⁷⁵, que buscaram os procedimentos mobilizados pelos atletas para mostrar suas posições sobre o que seria legítimo e ilegítimo em relação ao *doping* no ciclismo, bem como seus pontos de vista sobre o futuro deste esporte. As histórias contadas nos livros foram tomadas como testemunhos dos fatos sob a forma de confissão. A partir da análise dos livros, as principais diferenças de pontos de vista e de argumentação se exprimem em três eixos, segundo Trabal e Duret: 1) a crítica do julgamento (questão de saber como distinguir o verdadeiro do falso, quais palavras podem ser levadas em conta e quais podem ser postas em dúvida, convencer sobre a veracidade de suas proposições); 2) a crítica de ordem moral (justificativas para utilização ou não do *doping*⁷⁶); e enfim, 3) a crítica política (imputação de responsabilidade do *doping* a um nível superior na hierarquia esportiva, e não aos atletas).

Segundo Trabal e Duret (2003), todos os autores/atletas, mesmo os que negam a existência do *doping*, expressaram suas opiniões visando explicar as responsabilidades, denunciar a administração da justiça ou sugerir formas de proteger os ciclistas. Uma linha tênue separa os autores/atletas que fizeram suas confissões (Voet e Mentheour) dos que negam que o *doping* exista (Leblanc e Virenque).

75 Os livros analisados foram os seguintes:

Guillon, Nicolas et Quenet, Jean-François. Les secrets du “Dossier Festina”. Paris: Editions Solar, 1999.

Mentheour, Erwann. Secret Défoncé: ma vérité sur le dopage. Paris: J.C. Lattès, 1999.

Leblanc, Jean-Marie et Penot, Christophe. Jean-Marie Leblanc, gardien du tour de France. Saint-Malo: Editions Cristel, 1999.

Virenque, Richard. Ma vérité. Monaco: Éditions du Rocher, 1999.

Voet, Willy. Massacre à la chaîne: révélations sur 30 ans de tricherie. Paris: Calmann-Lévy, 1999.

76 “Por outro lado, há também contratos morais: compromisso *vis-à-vis* com o público para garantir um belo espetáculo (com ataques, esforços para combater os adversários, contra ataques...), agir simultaneamente, de acordo com as leis da família de ciclismo, integrando valores como a fidelidade, a discrição, a lealdade... Cumprir os seus compromissos tem um preço” (p.68).

“*D'autre part, il existe aussi des contrats moraux: s'engager vis-à-vis du public à assurer un beau spectacle (avec des attaques, des efforts pour contrer celles des adversaires, des contre-attaques...), agir simultanément dans le respect des lois de la famille cycliste en intégrant des valeurs comme la fidélité, la discrétion, la loyauté... Tenir ses engagements a un prix*” (p.68).

Enquanto os primeiros tentam generalizar o problema, relacionando-o ao sistema do esporte espetáculo (pressões econômicas, sobretudo), os segundos procuram restringir a extensão das práticas de dopagem a alguns indivíduos. Além disso, eles criticam os jornalistas que enfatizam injusta e excessivamente o fenômeno do *doping*, porque, ao divulgarem os fatos sobre a dopagem, o fazem de maneira a julgar moralmente o atleta que utilizou drogas (nesse caso, substâncias proibidas), prejudicando seu país, clube, patrocinador, federação, sendo, por isso, um exemplo ruim para a sociedade. A pesquisa conclui que os casos de *doping* funcionam como mecanismo para transformação das normas esportivas e para as discussões das fronteiras “entre o glorioso, o banal, o tolerado e o inadmissível.”⁷⁷ (TRABAL; DURET, 2003, p.72)

O COI e outras federações desportivas internacionais, dirigentes esportivos, atletas, representantes governamentais e intergovernamentais (tais como a Organização Mundial da Saúde e das Nações Unidas), apontaram as limitações existentes no sistema de controle de *doping* e, simultaneamente, discutiram maneiras para controlar efetivamente o uso de drogas proibidas. Eles propuseram criar uma agência *antidoping* transnacional, que poderia, de forma independente e eficaz, reger as práticas de *doping*. Diversas organizações e Estados declararam que iriam apoiar a agência a ser chamada de *World Antidoping Agency – Agence Mondial Antidopage – WADA-AMA*. Em 10 de novembro de 1999, cerca de dez meses após a conferência de Lausanne, a WADA foi oficialmente criada, com sede permanente, a partir de 2002, em Montreal, Canadá (PARK, 2005).

Dos Jogos Olímpicos de Sidnei (2000) em diante, a lista de produtos proibidos passou a ser elaborada pela Agência Mundial Antidoping, e não mais pela Comissão Médica do COI, como até então acontecia. A partir desse momento, a Comissão perdeu o poder de julgar casos de *doping* nos Jogos Olímpicos. Em Atenas (2004)⁷⁸, foi utilizada,

77 “[...] entre le glorieux, le banal, le toléré et l’inadmissible” (Trabal e Duret, 2003, p.72).

78 Em Atenas, pela primeira vez, o hormônio de crescimento foi pesquisado no sangue, em caráter experimental, com 380 amostras coletadas em todos os esportes. Os resultados de todos os exames *antidoping* que testaram positivo e foram julgados pelo Tribunal Arbitral do Esporte (TAS) desde o ano de 1986 estão num banco de dados disponível no site da WADA. O TAS é a jurisdição esportiva responsável por analisar e julgar os casos de *doping* em nível internacional.

pela primeira vez, a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos feita pela WADA.

Conforme informações no *site* da WADA, o Código Mundial Antidoping (CODE) foi formalmente aprovado, na Conferência Mundial sobre Doping no Desporto em Copenhague, em 2003, por todas as federações de esportes e aproximadamente 80 representantes governamentais. A partir dessa data, as regras estabelecidas pelo COI foram, assim, substituídas.

Segundo a WADA, o código é o primeiro documento para harmonizar e reforçar as ações em matéria de *antidoping* em todos os esportes e países. O código trouxe objetivos, regras e formas de controle mais rigorosos do que os anteriormente em vigor, sendo configurado para fornecer uma estrutura básica para as políticas *antidoping*, regras e regulamentos no seio das organizações desportivas e entre autoridades dos setores públicos, com o intuito de garantir um coordenado e eficaz programa no que diz respeito à detecção, à dissuasão e à prevenção do *doping*. Os princípios fundamentais do Código Mundial Antidoping são: “Ética, *fair play* e honestidade; Saúde; Excelência no rendimento; Personalidade e educação; Divertimento e satisfação; Trabalho de equipe; Dedicção e empenho; Respeito das regras e das leis; Respeito por si próprio e pelos outros participantes; Coragem e Espírito de grupo e solidariedade” (CODE, 2003, p. 8).

Esses princípios reafirmam o ideário olímpico de Pierre de Coubertin⁷⁹, que seria uma conciliação entre valores românticos (noções de honra, dever, autossuperação, *fair play*, excelência moral) e valores iluministas (individualismo, universalismo, crença no poder transformador da educação e valor da competição) (TAVARES, 2003). Coubertin tinha como pressuposto que, pela educação, a personalidade poderia ser moldada, crença na tradição humanista e racionalista,

<http://www.wada-ama.org/fr/Programme-mondial-antidopage/Juridique-articles-jurisprudence-etloisnationales/Jurisprudence/> Acesso em 29/10/2012.

79 Pierre de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos da era moderna, atribuía ao esporte um valor educativo e um papel de *mimesis* das relações numa sociedade democrática. Neste sentido, a prática esportiva, para ele, estava primariamente endereçada a educar os indivíduos através da experiência e, por meio deles, reformar a sociedade. Como outros líderes de seu tempo, Coubertin fundou um comitê destinado a promover sua causa e guardar seus valores. Todavia, essa organização – o Comitê Olímpico Internacional (COI) – foi estruturada por seu fundador em bases formalmente não democráticas, o que sempre se configurou em um foco de tensão, críticas e controvérsias (TAVARES, 2003).

herdeira do projeto pedagógico baseado na razão como fonte de aperfeiçoamento da natureza humana. Para ele, “os Jogos representavam a institucionalização da crença no esporte como um empreendimento moral e social. Neste sentido, os Jogos Olímpicos deveriam ser uma ‘manifestação pedagógica’ dos valores que atribuía à prática esportiva.” (TAVARES, 2003) Portanto, os Jogos Olímpicos legitimam valores da modernidade, tais como a presença da ética meritocrática, a excelência moral individual e a crença em um humanismo universalista.

A WADA também assumiu o papel de publicar a lista de substâncias proibidas, que está continuamente sob revisão e é formalmente atualizada no mês de janeiro de cada ano. Entretanto, ela pode ser revista e publicada sempre que for necessário, pois, como dito anteriormente, a WADA mantém um Programa de Vigilância para substâncias que não se encontram na lista de proibidas, mas que são acompanhadas para detectar quaisquer padrões de utilização indevida⁸⁰. Para ser incluída na lista da WADA, a substância ou método tem que reunir dois dos três critérios seguintes: a) melhorar o desempenho, b) ser perigoso para a saúde do atleta, c) ser contrário ao espírito do desporto.

“A missão da Agência Mundial Anti-Doping (WADA) é liderar uma campanha colaborativa em todo o mundo para o esporte livre de doping”. Assim a WADA é apresentada em seu *site*: Como uma organização internacional independente que promove, coordena e monitora a luta contra o doping no esporte, o estatuto da WADA foi estabelecido para garantir os direitos fundamentais dos atletas de participarem no desporto livre, promover justiça e igualdade para todos os competidores no âmbito mundial e manter-lhes a saúde (Disponível em: <http://www.wada-ama.org/en/About-WADA>).

Garantir igualdade e justiça para todos os atletas está baseado no conceito de *fair play*, ética fundante do esporte, que tem como base um conjunto de comportamentos regulados. Por um lado, relaciona-se ao cumprimento das regras e regulamentos a que os competidores têm

80 “A AMA publicará, antes da realização de qualquer Controlo, as substâncias que serão objecto de vigilância. Os laboratórios comunicarão periodicamente à AMA os casos de presença dessas substâncias de forma agregada por modalidade desportiva e indicando ainda se as Amostras foram recolhidas Em Competição ou Fora de Competição [...]. A AMA disponibilizará às Federações Internacionais e às Organizações Nacionais Antidopagem, pelo menos uma vez por ano, informação estatística agregada por modalidade desportiva relativa às substâncias adicionais”. (CODE, 2003, p. 20).

que aderir, pois é base comum da existência de qualquer disputa esportiva, necessária para que ocorra o jogo/esporte.

No entanto, ainda que a adesão a um conjunto formal de regras seja necessária à própria realização do jogo/esporte, ela não fornece em si nenhuma razão moral que abstenha um jogador da violação às regras do jogo. Pelo contrário, essa demarcação (entre o que é permitido e o que não é) pode ser interpretada como o oferecimento de escolhas, entre a obediência estrita às regras ou sua quebra, inaceitável para o esporte, mas ainda assim possível.

Em outro sentido, o *fair play* pode ser entendido como um comportamento esportivo baseado nos valores morais do atleta. Mesmo que as regras existam, o atleta pode escolher entre cumpri-las ou violá-las, entre obedecê-las estritamente ou burlar ao preço de certas sanções: “As próprias regras ao estipularem diferentes sanções para diferentes violações, oferecem a necessária referência para uma tomada de decisões.” (TAVARES, 2002, p. 45)

O princípio de igualdade formal de chances não é mencionado quando pensamos que as competições internacionais podem ser muito injustas em relação aos países que possuem condições desiguais de recursos materiais, treinamentos e pesquisas para produzirem drogas e métodos mais eficientes para não serem detectados em controles de *doping*. Tavares (1998), em pesquisa realizada com atletas brasileiros que participaram dos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996), concluiu que seus argumentos, ao se posicionarem contra o *doping*, eram, fundamentalmente, em relação às diferenças tecnológicas entre os países desenvolvidos e não desenvolvidos. Para esses atletas, a proibição do uso de substâncias consideradas dopantes é a situação menos condenável.

A possibilidade de liberação de uso do doping é claramente entendida como a possibilidade de utilização de todo o potencial tecnológico ao alcance dos países ricos sem as teias de ordem ética e legal, o que tornaria ainda maiores a diferença nas condições de preparação entre atletas de países desiguais (Tavares, 2002, p. 50).

O argumento da manutenção da saúde dos atletas talvez seja o que tem mais força e visibilidade no meio esportivo⁸¹. Podemos relacionar esse argumento a um discurso médico, de ordem moral, sustentado na cientificidade, regulador do comportamento individual e social, que diz que o *doping* é potencialmente perigoso⁸². Entretanto, ao mesmo tempo, várias drogas são comercializadas legalmente na sociedade, entre elas, as bebidas alcoólicas e o cigarro. Há um grande número de pesquisas que comprovam que o cigarro e o álcool trazem muitos malefícios para a saúde, tornando-se questões de saúde pública, conforme explicitado nos relatórios da Organização Mundial de Saúde⁸³.

Outra relação que podemos fazer é com a Isenção de Uso Terapêutico (*Therapeutic Use Exemptions – TUE*), que é o direito que um atleta tem de solicitar a aprovação para a utilização de uma substância proibida ou um método proibido (da Lista de Substâncias Proibidas da WADA) para tratamento de uma patologia. Segundo definição do Comitê Olímpico Brasileiro (2008),

Atletas asmáticos, por exemplo, necessitam eventualmente usar Beta-2 agonistas ou corticosteróides, enquanto atletas hipertensos não podem muitas vezes prescindir de um diurético, bem como atletas diabéticos insulino-dependentes devem continuar usando insulina. Nestes e em outros casos, torna-se necessário contatar a

81 “Os campos da atividade física e saúde e daquela praticada com motivação estética formam com o esporte de rendimento um núcleo mais ou menos comum que se move em torno das teorias do treinamento, determinando um tipo de relacionamento com o próprio corpo que lhes é de certa forma comum, ainda que com diferenças de grau e motivações.” (VAZ, 1999, p. 93)

82 Apesar de pesquisas indicarem que o uso de esteroides anabólicos acarreta efeitos danosos à saúde, nossa pesquisa não tem como intenção discutir especificamente os efeitos das substâncias sobre a saúde dos atletas, mas sim, focar nos argumentos que pretendem justificar as proibições.

83 *Rapport OMS sur l'épidémie mondiale de tabagisme 2011 - Mise en garde sur les dangers du tabac.* http://www.who.int/tobacco/global_report/2011/fr/index.html Acesso em 28/10/2012

Global status report on alcohol and health 2011
http://www.who.int/substance_abuse/publications/global_alcohol_report/msbgsruprofiles.pdf
Acesso em 28/10/2012.

respectiva Confederação (ou Federação Internacional no caso de atletas no exterior) para solicitar uma permissão especial, que poderá ser concedida após a análise do diagnóstico e da indicação apropriada de um determinado medicamento. (COB, 2008, p. 25)

A isenção é solicitada por meio do preenchimento de um formulário confidencial por um médico responsável, declarando a necessidade da administração de um medicamento proibido para o tratamento correto de alguma condição médica. Além disso, o atleta também assina o formulário, solicitando a aprovação da isenção e autorizando a liberação da informação médica pessoal a todos os membros da sua Federação ou outros órgãos que estejam diretamente envolvidos na gerência ou na administração do uso. A esse formulário deve ser anexado e enviado um histórico clínico do atleta, exames, investigações e relatórios médicos especializados. Tavares (2002), refletindo sobre os argumentos *antidoping*, pergunta-se:

Uma segunda e mais complexa questão é saber se, sendo possível determinar que o uso de determinada droga proibida é necessária a um dado atleta, isto legitima seu uso no esporte. Qual o critério a ser adotado? Sem se precisar exatamente qual a diferença entre a necessidade de uso e o fator de ganho obtido pelo atleta com a ingestão de determinado produto, qual seria a decisão mais justa e adequada? Permitir que ele compita usando por motivo de saúde algo que aos outros é proibido? Ou impedi-lo de participar justamente por usar algo sem o qual ele não pode competir em condições de igualdade? (TAVARES, 2002, p.47)

Outro dilema pode ser derivado dessa questão⁸⁴. Se, por um lado, é direito do atleta solicitar a utilização de uma substância proibida

84 No Código Mundial Antidoping (2003), em relação a TUE, há um comentário que vem ao encontro da discussão feita por Tavares (2002): “É importante que os processos para concessão de isenções para usos terapêuticos se tornem mais harmonizados. Atletas que usam Substâncias Proibidas sob prescrição médica poderão estar sujeitos a sanções a menos que

para tratamento de alguma patologia; por outro, colocamos em jogo a legitimidade das decisões médicas tomadas. Nos Jogos Olímpicos de 1984 (Los Angeles), por exemplo, “atletas de dois países, militares de carreira e com uma média de idade de 22 anos, apresentaram certificados médicos de hipertensão arterial para justificar o uso de betabloqueadores em tiro.” (COB, 2008) Isso sugere que, dentro dos limites que a legislação vai estabelecendo, o uso de drogas no *mainstream* esportivo acaba sendo legítimo. O caráter terapêutico, no entanto, parece ser determinante para que se considere legítima a ingestão de substâncias químicas (HOBERTMAN, 1998), em função das lesões e das doenças desenvolvidas pelo excesso de competições e treinamentos que exigem recuperação. Afinal, “o corpo precisa recuperar-se mais rápido da fadiga, é preciso tirar as dores, metabolizar melhor e mais velozmente. Quais são os limites entre uma e outra situação?” (VAZ, 2005, p. 30)

Para tornar o Código Mundial Antidoping aceito obrigatoriamente por todos os governos, visto que a WADA é uma organização não governamental de direito privado, a promulgação de uma convenção *antidoping* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi necessária. Atualmente, essa convenção é aceita por 192 países. O Brasil comprometeu-se em adequar sua legislação *antidoping* à convenção, tornando suas fronteiras permeáveis a amostras de urina em termos de importação e exportação. A Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes tornou-se lei no Brasil com o Decreto da Presidência da República nº 6.653, de 18 de novembro de 2008, que promulga a Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, celebrada em Paris, em 19 de outubro de 2005 (COB, 2009).

O objetivo desta Convenção, no âmbito da estratégia e do programa de atividades da UNESCO na área de Educação Física e

tenham obtido previamente uma isenção para uso terapêutico. No entanto, atualmente muitas entidades esportivas não possuem regras que permitam a concessão de isenção para usos terapêuticos; outras seguem políticas não regulamentadas por escrito; e somente algumas poucas elaboraram códigos de políticas a serem incorporadas em suas regras antidoping. Este Artigo procura harmonizar a base sobre o qual são concedidas isenções para usos terapêuticos e transfere a responsabilidade para conceder ou recusar isenções às Federações Internacionais para Atletas de Nível Internacional e às Organizações Nacionais Antidoping para Atletas de Nível Nacional (que não sejam também Atletas de Nível Internacional) e outros Atletas sujeitos ao Controle de Doping de acordo com o Código” (CODE, 2003, p.19-20).

Desporto, é promover a prevenção e o combate ao *doping* nos esportes, com vistas a sua eliminação (Artigo 1, 2008), baseada nas definições do Código Mundial Antidoping. Ou seja, a relação dessa Convenção com o Código é “coordenar a implantação, nos níveis nacional e internacional, do combate ao doping nos esportes, os Estados Parte comprometem-se a respeitar os princípios do Código.” (Artigo 4, 2008) Entretanto, nada nessa Convenção proíbe os Estados de adotarem medidas adicionais complementares ao Código. Ao comprometerem-se com os artigos desta Convenção, os Estados adotarão as devidas medidas para cumprir com as obrigações deles emanadas. Tais medidas podem incluir a legislação, a regulamentação, políticas ou práticas administrativas (medidas financeiras, medidas para facilitar o controle do *doping*, apoio à missão da WADA, cooperação internacional, educação e treinamento, promoção de pesquisas na área, entre outros).

A WADA⁸⁵ coordena também o desenvolvimento e a implementação, em todo o mundo, de códigos *antidoping* que formalizam as políticas dos esportes em todos os países. Suas políticas têm foco na divulgação do movimento *antidoping* ao redor do mundo e nos diferentes tipos de programas utilizados para a educação *antidoping*⁸⁶. No *website* da WADA, além de um conjunto de

85 No Brasil a entidade responsável por combater o doping é a ABCD – Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem, criada em 2011 como condição para a candidatura do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, porque os países que recebem um evento esportivo precisam de um órgão específico para esse trabalho. Recentemente, a ABCD já se envolveu em polêmicas quando realizou coletas de urina de mulheres atletas com a presença de um fiscal homem, apesar de constar no Código que o acompanhante tem de ser do mesmo sexo do atleta (*Annex D – Collection of urine samples: D.4.6 “The DCO/Chaperone who witnesses the passing of the sample shall be of the same gender as the athlete providing the sample”, CODE, 2003, p.81*).

Presença masculina na coleta deixa atletas constrangidas no antidoping. 26/10/2012. <http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2012/10/presenca-masculina-na-coleta-deixa-atletas-constrangidas-no-antidoping.html>, acesso em 12/11/2012.

86 Em seus dois primeiros anos de funcionamento, a WADA recebeu financiamento diretamente do Comitê Olímpico Internacional, a quantia de US\$18.300.000,00. A partir de 2002, conforme já previsto em estatuto da Agência, ela passa a ser financiada 50% pelo Movimento Olímpico e 50% pelos governos (com percentuais diferentes conforme a região olímpica, definida na Declaração de Copenhague contra o doping no esporte): África: 0,5 %; Américas: 29 %; Ásia: 20,46 %; Europa: 47,5 %; Oceania: 2,54%. <http://www.wada-ama.org/fr/A-propos-de-lAMA/Financement/> Acesso em 29/10/2012

informações sobre *doping*, existe também um *quiz* para os atletas testarem seus conhecimentos a respeito do assunto, reforçando a ideia de que o atleta é, em última análise, responsável por si mesmo em relação ao *doping* (WADA, 1999).

No artigo 21 do Código Mundial Antidoping (Papel e responsabilidades dos atletas), o item 21.1.3 é muito claro em relação a essa regra: “os atletas devem assumir a responsabilidade, no contexto da luta contra a dopagem, por aquilo que ingerem e utilizam” (WADA, p. 49, 2003). Adotou-se como base normativa o Princípio da Responsabilidade Estrita Objetiva (*Strict Liability Principle*), que consiste, em linhas gerais, na responsabilidade do atleta independente de dolo, culpa, negligência, imprudência ou imperícia de médicos e técnicos. Dessa forma, todo atleta é responsável por qualquer substância presente em seus fluidos corporais, independentemente da forma com que ela entrou em seu organismo (ZOGAIB, 2008). O atleta deve estar preparado para demonstrar cabalmente como a substância proibida entrou em seu corpo, em casos de testes positivos, para que tente atenuar ou extinguir excepcionalmente a sua pena, em face da infração de *doping*, caracterizada pela descoberta de uma substância proibida em seus fluidos corporais.

Para atingir seus princípios, a WADA criou uma estrutura organizacional sofisticada para a execução de seus programas, executada pelos Comitês e Conselhos que a compõem (Representantes de Governo, Representantes do Movimento Olímpico, Conselho de Fundação, Comitê Executivo, Painel de Especialistas em Questões Éticas, Comitê Atleta, Comitê de Educação, Comitê de Finanças e Administração, Comitê de Saúde, Medicina e Pesquisa). Seus principais programas e atividades incluem: 1) Desenvolver o Código Mundial Antidoping; 2) Controlar os testes de *doping*; 3) Financiar a investigação científica para desenvolver novos métodos de detecção do *doping*; 4) Conduzir, sem aviso prévio, os testes fora de competição entre os atletas de elite; 5) Fornecer educação *antidoping* para atletas, técnicos e dirigentes; 6) Fomentar o desenvolvimento de sistemas nacionais (locais) de organizações *antidoping*; 7) Gestão do Programa Passaporte do Atleta (PARK, 2005).

2.2 BIOPOLÍTICA E GOVERNAMENTALIDADE: ALGUMAS DELIMITAÇÕES

Com a intenção de apresentar os conceitos foucaultianos de biopolítica e de governamentalidade para a reflexão crítica que propomos fazer a respeito das políticas transnacionais de *doping*, é necessário introduzir brevemente a discussão desses conceitos, para, num segundo momento, mencionar o movimento necessário para empregá-los ao universo do esporte. Obviamente, os problemas analisados por Foucault eram de outra ordem e, portanto, é preciso aqui rever conceitos, para que possamos pensar possíveis agenciamentos entre biopolítica, governamentalidade e as políticas *antidoping*, levando em conta o contexto da genealogia foucaultiana na modernidade.

No curso das reflexões genealógicas que traça sobre o exercício das relações de poder nas instituições modernas – sobretudo nas obras “Vigiar e Punir” (1987) e “História da Sexualidade I” (1988) –, Michel Foucault adiciona às discussões desenvolvidas sobre a anátomo-política do corpo disciplinado individualmente e os efeitos da normalização e da moralização as análises em torno do conceito de biopolítica das populações, entendido como a gestão estatal do corpo e da vida da espécie humana. Ou seja, a biopolítica aparece (ao longo da segunda metade do século XVIII e, sobretudo, na virada para o século XIX) como um poder disciplinador e normalizador exercido sobre o corpo da espécie humana ou população e não mais sobre os corpos individuais. (DUARTE, 2010) Conforme explica Duarte (2010), Foucault:

[...] enfatizou que não havia contradição entre as análises precedentes a respeito do poder disciplinar e as novas discussões relativas à biopolítica, reunindo ambas as estratégias de poder sob a denominação conceitual do “bio-poder”. Com este novo conceito, Foucault englobava os resultados de sua análise dos micropoderes disciplinares, entendidos como uma tomada de poder sobre a vida dos indivíduos, e os resultados das pesquisas que indicavam a constituição de novos poderes que se projetavam sobre a vida da população, ambas as estratégias sendo orientadas por processos de normalização das condutas. (DUARTE, 2010, p.221)

A questão que a constituição da biopolítica traz é um deslocamento no modo de exercício de poder pelo Estado: desde a Antiguidade até o século XVIII, um poder soberano que garantia a vida (direito de causar a morte ou de deixar viver), transformar-se-ia num “poder que gere a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 128). A partir do século XIX a biopolítica colocada como uma nova forma de exercício de poder se exerce por um “poder de ‘fazer’ viver e ‘deixar’ morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 128). A partir de então, o interesse do Estado, com foco na capacidade de gerar e fomentar a vida, estabelece políticas higienistas e eugênicas, visando estimular e controlar as condições de vida da população.

[...] ao discutir os chamados “dispositivos de seguridade” que se constituíram a partir de meados do século XVIII, Foucault os definiu como novas técnicas de governo, isto é, novas formas de implemento da ação administrativa de governar a população, o que, por sua vez, o levou a elaborar o conceito da governamentalidade (DUARTE, 2010, p.235).

A noção de governo⁸⁷, desde o platonismo até a constituição do poder pastoral cristão, é discutida em algumas das aulas do curso *Segurança, território, população* (FOUCAULT, 2008). No entanto, foi com a introdução da noção de governamentalidade que Foucault privilegiou um sentido específico da noção de governo compreendido como um conjunto das instituições e práticas, técnicas e métodos por meio das quais se conduzem os homens.

As conexões entre governamentalidade, esporte e *doping* são importantes para compreender a análise que faremos das políticas *antidoping*. Como já dito, a governamentalidade moderna focalizou a população como seu principal alvo e objeto de intervenção, envolvendo um conjunto de técnicas de governo do corpo social, incluindo a garantia da saúde da população. O esporte, entendido aqui como uma tecnologia central do governo do corpo social, ajuda a manter a

87 A noção geral de governo, entendida em sentido amplo como a arte de conduzir as condutas humanas, já havia sido objeto de interesse de Foucault no curso Os anormais. (FOUCAULT, 2001).

população saudável, eficiente e produtiva e, por isso, pode ocupar um lugar central na história da governamentalidade moderna (PARK, 2005).

O esporte desempenha um papel de destaque na demonstração nacional do poder e na política internacional, como podemos observar em grandes eventos esportivos tais como Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas. Na segunda metade do século 20, o esporte se tornou uma gigantesca e lucrativa indústria, que disponibiliza uma série de drogas que podem impulsionar o desempenho atlético. Na busca de melhoramento da *performance* a disseminação do *doping* foi intensa e, com a descoberta de alguns casos positivos que tiveram grande repercussão internacional (conforme já exemplificado no capítulo anterior), a necessidade da institucionalização de testes de drogas em eventos desportivos internacionais torna-se urgente. Deriva daí a criação de uma agência transnacional responsável pelas políticas *antidoping* mundiais, que tem como um dos argumentos-chave a proteção à saúde dos atletas, mas que tem efeitos sobre a população. O caso da WADA, conforme veremos a seguir, nos ajuda a compreender a governamentalidade das instituições transnacionais cujas competências administrativas e disciplinares são exercidas fora dos limites do Estado Nação.

2.3 TÉCNICAS DE CONTROLE DE DOPING: ALGUMAS (BIO)POLÍTICAS DA AGÊNCIA

O funcionamento, a estrutura e as políticas da WADA são aqui analisados como dispositivos biopolíticos que operam fundamentalmente no policiamento dos corpos atléticos. Os estudos de governamentalidade de Michel Foucault auxiliam no sentido de pensar a WADA como instituição transnacional (porque rompe com as fronteiras territoriais, mostrando que é possível uma nova geografia de governo), com práticas de regulamentação que formalizam as políticas *antidoping* em todos os países. Segundo Park,

No mundo globalizado, o governo não está mais circunscrito pelo limite do Estado-nação. É indispensável para chegar a um acordo de uma nova geografia da cultura e do governo em função das alterações política, econômica, social e cultural que os processos de globalização trouxeram para nós. Considerando a proliferação das instituições culturais transnacionais e o recém-emergente modelo de governo, é oportuno investigar como governamentalidade opera nas novas configurações de instituições transnacionais culturais. (2005, p.176)

Ainda de acordo com Park (2005), a WADA pode ser explorada como um caso útil, que nos ajuda a compreender a governamentalidade das instituições transnacionais culturais e descobrir como a cultura torna-se instrumento de governo que vai, na era da globalização, além do limite Estado-Nação.

A partir de todo o conjunto de políticas *antidoping* proposto pela WADA, sugerimos que ela constrói uma cultura de vigilância sobre o corpo atleta, produzindo uma disciplina e uma regulação das condutas dos corpos atléticos. A WADA não se limita a operar para detectar quem está dopado e quem não está por meio da realização de testes de drogas e penalizar os atletas que se supõe que tenham consumido substâncias proibidas. Pelo contrário, as tentativas da WADA são para governar práticas de dopagem por meio da administração de uma série de programas e da implantação de mecanismos disciplinares e

biopolíticos. A disciplina é um mecanismo de controle e de indução de comportamentos corporais individuais que atua de maneira a produzir efeitos individualizadores sobre os sujeitos, ao passo que as biopolíticas visam regular processos vitais relativos ao organismo vivo dos atletas, entendidos como população específica. Enquanto as disciplinas agem sobre corpos individuais, aperfeiçoando suas potencialidades, as biopolíticas agem sobre a vida do corpo-organismo, visando regular e controlar sua dinâmica de funcionamento, tendo em vista obter determinados efeitos normalizadores e uniformizadores. Para Ortega (2004), as questões referentes à saúde estudadas por Foucault tomam outra forma durante o século XX:

A biopolítica da saúde é um caso que merece uma atenção especial dentro do espectro biopolítico. As biopolíticas oitocentistas clássicas estudadas por Foucault estavam, como vimos, ao serviço da formação dos Estados nacionais e das classes burguesas - as quais, substituindo uma simbólica do sangue por uma analítica da sexualidade, opunham uma série de novos valores: saúde, higiene, vitalidade, prole, ao sangue e à linhagem aristocrática. Durante o século XX essas questões deixaram de ser objeto de gerenciamento estatal, tornando-se ora problemas privados, ora assuntos sociais. No entanto, pela formação de grupos biopolíticos a saúde está sendo repolitizada biopoliticamente enquanto metáfora de pureza moral. É um projeto de cunho conservador, reação ao culto da promiscuidade das drogas e dos excessos próprios da permissividade dos anos 1960. (ORTEGA, 2004, p.13)

Os estudos sobre governamentalidade, inspirados pelos cursos de Foucault, intitulados *Segurança, Território, População* (2008c) e *Nascimento da Biopolítica* (2008b), tematizam, em termos gerais, as práticas e os saberes do governo moderno, além de analisarem as atualizações do conceito e sua efetividade em diversas dinâmicas contemporâneas. Foucault buscou descrever e explicar por que e como governamos os outros e governamos a nós mesmos: O que é governar? Quem pode governar? O que ou quem é governado? Como isso é feito?

Veiga-Neto, ao debruçar-se sobre o governo na obra de Michel Foucault, propõe a utilização da palavra governo quando se tratar da “questão da ação ou ato de governar” (VEIGA-NETO, 2002, p.19). Para esse autor, é fundamental demarcar essa diferença entre governo e governo, para traduzir a proposta de Foucault entre o que é instância governamental e administrativa e a ação de governar. Segue Veiga-Neto: “o que se está grafando como “práticas de governo” não são ações assumidas ou executadas por um *staff* que ocupa uma posição central no Estado, mas são ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social; por isso soa bem mais claro falarmos em “práticas de governo” (2002, p.21).

A ideia de práticas de governo, enquanto condução das condutas alheias, é profícua na medida em que nos possibilita pensar uma tecnologia permanentemente em uso. Sobre isso, Foucault disse: “Esse contato entre as tecnologias de dominação sobre os outros e as tecnologias de si, eu chamo de governamentalidade.” (FOUCAULT, 2004, p. 324) Em sua palestra em 1978, ele afirma que a governamentalidade moderna tem como alvo e objeto de intervenção a população, visando normalizar a própria conduta da espécie, bem como garantir bem-estar, aumento da longevidade e saúde. Para tanto, deve-se ter um conjunto de técnicas, de operações, estratégias e práticas de governamentalidade, centralmente associadas à governança do corpo social. Ou seja, o objetivo das tecnologias de poder é a gestão da população, por meio de dinâmicas de individualização ou de totalização que perfazem um processo de governo.

O governo da saúde do corpo social, na forma do esporte, faz parte das práticas de governo (FRAGA, 2006), tal como o autor se refere ao analisar um programa de promoção de atividade física que integra diferentes formas de governo dos corpos e toma o discurso de vida ativa presente na educação dos corpos, na regulação da saúde e no governo de si. O esporte é reconhecido como uma tecnologia de governo do corpo social (MILLER et al, 2001) e, por isso, deve ocupar lugar central na história da governamentalidade moderna. É uma tecnologia para ajudar a manter o corpo da população saudável, eficiente e produtivo⁸⁸.

88 Gomes (2008) analisou o desenvolvimento de propostas midiáticas e acadêmicas para a educação do indivíduo saudável na modernidade.

Passeti (2011) faz algumas considerações sobre a noção de ecopolítica, que é o modo como ele está pensando a atualidade da noção de biopolítica num contexto transnacional. A partir de um projeto de pesquisa que ele vem desenvolvendo – “Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle” –, a ecopolítica seria a passagem da biopolítica – controle da vida da população –, para a ecopolítica – controle da vida do planeta –, que deu-se, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, mas também, mais profundamente, emerge a partir dos movimentos de contestações ecológicos, que vieram denunciar situações de desastres planetários produzidos tanto pelo capitalismo como pelo socialismo, porque “mais do que vigiar e combater deslocamentos de mar, terra e ar, uma nova maneira de pensar a segurança de pessoas e espaços se tornou imperativa”.

Dessa forma, “o território e a população são assimilados por ‘ecossistemas’ e são deslocados para o espaço: a importância da humanidade se torna imediata e esta passa a ser o alvo de direitos, políticas, programas e resistências”⁸⁹.

A WADA constrói uma cultura de vigilância sobre o corpo atleta, não somente um disciplinamento dos corpos atléticos, mas também um governo sobre a saúde e o desempenho tanto dos atletas de alto rendimento, como também expandindo suas ideias de esporte e saúde para toda população, posto que o corpo atleta é considerado como a norma do corpo saudável, padrão a ser seguido, guardadas as proporções, por toda a população.

Na notícia “Escolas aplicam exames antidoping⁹⁰”, Kathy Kiederer, mãe de uma aluna de 12 anos de uma escola americana, conta que, certo dia, sua filha levou para casa uma autorização a ser assinada pelos pais. O papel dizia que, para participar do clube ou da atividade esportiva, ela teria que concordar em fazer exames *antidoping*⁹¹.

89 Entrevista disponível em: <https://vimeo.com/couchmode/user9403359/videos/sort:date/33342925>, acesso em 05/12/2012.

90 Escolas aplicam exames antidoping. 22/10/2012. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/73339-escolas-aplicam-exames-antidoping.shtml>, acesso em 23/10/2012.

91 Em 2003, o Departamento de Educação dos EUA começou a financiar exames *antidoping* para crianças. Os estados em que há escolas que já testaram seus alunos para

Segundo a reportagem, “como acontece com atletas profissionais, crianças de apenas 12 anos estão ouvindo que precisam fornecer uma amostra de urina para poder praticar esportes na escola ou participar da aula de teatro”. Estes testes seriam feitos de políticas de governo do *antidoping*? Conforme a reportagem, algumas autoridades do sistema escolar disseram que os exames *antidoping* servem para desencorajar os alunos a entrar em contato com esteroides, maconha e álcool e que a escassez de resultados positivos é um indicativo de que os exames estão funcionando bem como dissuasão.

Nesse sentido, o *antidoping* é tomado aqui como uma tecnologia fundamental de governo dos corpos atletas, de como seus efeitos se refletem na produção de corpos saudáveis, em uma ligação entre esporte e saúde. Assim, uma análise das tecnologias políticas do *antidoping* pode se tornar um terreno fértil de investigação para os estudos de governamentalidade. Desse ponto de vista, é importante levar em conta tanto o conjunto de políticas *antidoping* realizado pela WADA, que são o Programa Passaporte do Atleta, o Código Mundial Antidoping e o desenvolvimento de novos e sofisticados métodos de teste de drogas, como os seus efeitos de verdade, expandidos para a população em geral. Os corpos dos atletas de alto rendimento deverão se apresentar como o modelo de saúde e moral para o restante da população, instada, a todo o momento, à prática de esportes.

O esporte também age sobre a moral. Assistimos a todo momento à difusão dos discursos em relação ao esporte como produtor de saúde física e moral para a população, e os atletas devem servir como exemplos a serem seguidos. Lembremos, por exemplo, os jogadores de futebol que estão sob os holofotes e que, por vezes, quebram essa equação na qual esporte = saúde física e moral. O jogador de futebol Ronaldo Nazário quase teve de deixar o cargo de Embaixador da Boa Vontade do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento após se envolver em um escândalo com travestis no Rio de Janeiro, em 2008. Naquela época, da sede da ONU em Nova Iorque, dirigentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) acompanharam as investigações da polícia do Rio e aguardaram a conclusão do inquérito para decidir o futuro do craque na entidade. A

verificar o consumo de drogas incluem Flórida, Alabama, Missouri, Virgínia Ocidental, Arkansas, Ohio, Nova Jersey e Texas. Esse tipo de exame *antidoping* abrange escolares da 6ª à 9ª séries.

Unicef logo se pronunciou, em nota de assessoria de imprensa, dizendo que o jogador não era Embaixador do Fundo das Nações Unidas para a Infância⁹², descolando a imagem do órgão à do atacante, já que a imprensa brasileira havia divulgado que o atleta era embaixador da Unicef, e não da ONU⁹³.

Sfez (1996) apontou a “saúde perfeita⁹⁴” como um novo projeto mundial, cuja gênese estaria no ser liberto do envelhecimento e da morte. Apoiando-se nos saberes das tecnologias (segundo Sfez, a tecnologia é uma utopia que tem as pretensões de resolver todos os problemas do mundo, inclusive os relativos à saúde) e das ciências da comunicação, com seus discursos, cria-se uma nova moral, que estrutura a biopolítica da saúde:

[...] moral do bem-comer (sem colesterol), beber um pouco (vinho tinto para as artérias), ter práticas sexuais de parceiro único (perigo de AIDS), respeitar permanentemente sua própria segurança e a do vizinho (nada de fumo). Trata-se de restaurar a moralidade plugando-a de novo no corpo. O controle sobre o corpo não é um assunto técnico, mas político e moral (SFEZ, 1996, p.68).

A WADA é uma instância de biopoder que funciona gerando um conjunto de mecanismos de controle para a produção de um corpo engendrado no esporte, reafirmando a ligação esporte-saúde. A

92 Em ação internacional, Unicef se afasta de Ronaldo, 06/05/2008. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u398848.shtml>, acesso em 25/11/2012.

93 ‘Ronaldo não é nosso embaixador’, 05/05/2008. <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,ronaldo-nao-e-nosso-embaixador-diz-unicef,167570.0.htm>, acesso em 25/11/2012.

94 Lucien Sfez participou e acompanhou nos Estados Unidos, na Europa e no Japão os projetos Genoma, Biosfera II e Vida Artificial, para escrever seu livro “A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia”. O primeiro projeto propunha-se a mapear até 2025 todos os genes humanos e, assim, diagnosticar aqueles responsáveis por determinadas doenças. O segundo, concebido nos Estados Unidos, consistiu em colocar em imensos hangares de vidros quatro homens e quatro mulheres, 3.800 espécies animais e vegetais e simulações dos cinco principais biomas do planeta Terra. Lá ficaram durante dois anos – setembro de 1991 a setembro de 1993 – monitorados por dois mil sensores eletrônicos e assistidos por 600 mil pagantes. O terceiro, o *Artificial Life*, preconizava originar no computador seres virtuais capazes de realizar as mesmas funções humanas. (SFEZ, 1996).

governamentalidade funciona por meio dessa equação, e a WADA é um órgão criado para garantir a relação entre esporte, saúde e moral, em nível transnacional. Tentaremos ilustrar esse argumento a partir da análise de algumas políticas da Agência.

Primeiramente, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre os testes fora de competição (sem aviso prévio), incluídos a partir de 1999, após a Conferência Mundial de Doping. Antes de 1999, os testes eram realizados somente no período das competições. A WADA acrescenta aos testes em competição os sem aviso prévio, permitindo testar individualmente os atletas, à vontade, durante todo o ano, mesmo em períodos nos quais não há competições. Para tanto, os atletas precisam estar permanentemente disponíveis, 365 dias do ano sob vigilância. Segundo o Código Mundial Antidoping,

Os Controlos Sem Aviso Prévio Fora de Competição são um elemento fundamental de um Controlo de Dopagem eficaz [...] exige que os Praticantes Desportivos que foram identificados para realização de Controlos de Dopagem Fora de Competição sejam responsáveis por fornecer e actualizar informação sobre os locais onde se encontram normalmente, de forma a poderem ser localizados para realização de Controlos Fora de Competição sem Aviso Prévio [...] Uma violação deste Artigo pode basear-se tanto numa conduta intencional como negligente do praticante desportivo. (CODE, 2003, p.13-14)

A WADA alega que os testes fora de competição ajudam a monitorar os atletas que utilizam *doping* em períodos não competitivos ou de testagem. Esses testes são efetuados por funcionários da Agência, em qualquer lugar e em qualquer momento, estando livres para escolher quais atletas serão testados. Esta introdução e intensificação do teste sem aviso prévio abre caminho para que as autoridades desportivas estejam constantemente ligadas à vida privada e cotidiana dos atletas, os quais se adaptam à iminente inspeção. Cria-se uma cultura de vigilância global, na qual todos os atletas, em todo o mundo, dopados ou não, são objeto de controle no âmbito da WADA (ou estão sob a sensação permanente de vigilância).

Athlete Biological Passport (ABP) – Passaporte do Atleta

Talvez fazer uma cirurgia, colocar um *chip* sob a pele. Ou talvez um chaveiro com um tipo de GPS ou algo assim para que possam nos localizar e não tenhamos que ter a responsabilidade de sempre mudar as coisas se nossos horários mudarem. Eles podem nos procurar no mapa e ver onde estamos⁹⁵.

O Programa Passaporte do Atleta, um dos mais recentes investimentos da WADA na luta contra o *doping*, foi proposto no início do ano 2000, mas suas diretrizes e normas somente foram lançadas oficialmente em 2009. É baseado em amostras de sangue coletadas periodicamente, para ter um acompanhamento das variáveis individuais de cada atleta, traçando-lhes um perfil e acompanhando o andamento de sua carreira esportiva. Esse perfil poderá ser utilizado nos exames de *doping*, para auxiliar nos casos em que houver uma possível manipulação (seja de substâncias exógenas, seja de *doping* genético) que indique um perfil *anormal* do atleta. Além disso, serve como controle permanente *antidoping*, pois os atletas são testados fora de competição. Segundo a WADA, é uma abordagem eficaz, porque o atleta pode estar usando substâncias de forma intermitente e com baixa dosagem, o que é mais difícil de ser detectado por meios convencionais de análise⁹⁶.

Segundo informações extraídas do Guia do Programa⁹⁷, nos últimos anos, os regimes de *doping* tornaram-se muito mais planejados e

95 Entrevista da velocista sueca Susanna Kallur para o documentário esportivo “Guerra ao Doping”, produzido por Matiné Film & Television, 2012.

96 Faltando menos de um mês para os Jogos Olímpicos de Londres (2012), três atletas russas foram suspensas pela IAAF por terem leituras anormais em seus passaportes biológicos.

Passaporte biológico acusa doping e três russas são cortadas. 06/07/2012.
http://esportes.terra.com.br/jogos-olimpicos/londres-2012/noticias/0_O15880492-EI19835.00-Passaporte+biologico+acusa+doping+e+tres+russas+sao+cortadas.html, acesso em 15/07/2012.

97 O Manual com a apresentação do programa, das normas e dos testes está disponível na página da WADA (em inglês e francês) com todas as informações sobre o passaporte

conseguiram tirar proveito das fraquezas dos protocolos tradicionais de controle. Adviria daí a necessidade de um programa mais sofisticado para lutar eficazmente contra o *doping*.

O Programa Passaporte do Atleta (ABP) é baseado na *web*, interativo, com um formato para os atletas demonstrarem o seu empenho esportivo sem *doping*⁹⁸. Uma vez inscritos no programa, eles recebem uma identificação com número e senha que permite o acesso ao sistema. Depois, devem atualizar para a WADA seus endereços e horários de treinamento, para testes fora de competição⁹⁹.

Segundo o Guia do Programa (*Athlete Biological Passport Operating Guidelines and compilation of required elements – ABP, 2012*¹⁰⁰), os atletas-alvo devem ser escolhidos levando em conta, principalmente, aqueles que participam de modalidades esportivas com maior risco de *doping* sanguíneo (esportes com componente aeróbico e/ou de resistência), atletas que tenham possíveis riscos de estarem dopados, idade do atleta e suas perspectivas de longo prazo, participação em nível de elite, atletas que já tenham sido testados em outros programas, entre outros (Guidelines, 2012, p. 29).

O Programa tem um banco de dados que armazena e distribui os resultados, tornando-se um reservatório de matéria-prima para pesquisas atuais e futuras. Sua forma de constituição e organização, bem como sua finalidade, estão diretamente relacionadas com a aceleração tecnológica que impulsiona o *doping* no esporte de alto rendimento, bem como revelam concepções sobre o corpo humano difundidas pelo pensamento tecnocientífico: estatísticas, medidas, amostras. Além disso, sugerimos

hematológico. Os módulos de esteroides e endócrino estão em fase de implementação e seguirão as normas do mesmo manual. O passaporte é o resultado de um agrupamento de todos os dados relevantes de um atleta, que pode incluir perfis longitudinais de marcadores, fatores heterogêneos e outras informações relevantes que possam ajudar na avaliação de marcadores.

98 <http://www.wada-ama.org/en/Science-Medicine/Athlete-Biological-Passport>, acesso em 10/10/2010.

99 A WADA insiste que o Programa Passaporte do Atleta é baseado em cooperação voluntária dos atletas, que, assim, podem demonstrar a crença de que a competição “limpa” é a força mais poderosa contra a dopagem no desporto (<http://www.wada-ama.org/fr/Science-et-medicine/Passeport-biologique-Athlete/>). Acesso em 10/10/2010.

100 <http://www.wada-ama.org/en/Science-Medicine/Athlete-Biological-Passport>, acesso em 10/10/2010.

que ele forma uma aliança estreita, intrinsecamente articulada com a biopolítica, nos termos formulados por Foucault, pois não pode haver controle sobre a vida do corpo-organismo do atleta sem tais tecnologias de ponta. A definição da “vida do atleta” (perfil traçado no Programa Passaporte do Atleta) como um sistema de dados coloca essas informações no centro das lutas de poder no esporte¹⁰¹.

A WADA argumenta que esse Programa serve como uma ferramenta educacional para os atletas, pois contém várias informações de controle de *doping*, como, por exemplo, a lista de substâncias proibidas e métodos sempre atualizados, bem como regulamentos. Com isso é possível construir uma comunicação entre todos os responsáveis envolvidos no processo, porque os resultados e registros dos atletas com informações de controle de *doping* ficam mantidos em um banco de dados que pode ser acessado por organismos desportivos nacionais e internacionais, por laboratórios que conduzem os testes e pela WADA. Dessa forma, o intercâmbio de informações e o mútuo reconhecimento dos dados oferece, segundo a WADA, uma melhoria na eficiência da operação das atividades antidopagem (WADA, 2002). “Além disso, os funcionários da WADA têm forte esperança que a base de dados mundial permitirá à WADA e aos funcionários autorizados organizar, harmonizar e ligar programas de exames para compartilhar informações sobre o paradeiro dos atletas para fins de teste.” (Guidelines ABP, 2002, p.9-10, tradução nossa)

Resumidamente, os passos do processo são os seguintes: 1) o atleta é escolhido e se identifica o que pode ser necessário para o seu passaporte, baseado nas informações que já estão disponíveis, tais como histórico de testes já feitos e paradeiro disponível; 2) identifica-se o momento adequado para a coleta da amostra; 3) as autoridades de coleta de amostras acessam o sistema para saber a localização do atleta; 4) a coleta é efetuada conforme protocolo anexado ao Manual da ABP (Guidelines ABP); 5) após a coleta e transporte da amostra para um laboratório credenciado, o formulário do passaporte deve ser

101 As bases normativas da proteção da pessoa em relação às suas informações genéticas, que se concentram: primeiro, na exigência do consentimento prévio e informado para a coleta das amostras biológicas e dos dados respectivos, que integram os biobancos; segundo, na proteção da intimidade e da confidencialidade dos dados genéticos pessoais, que não são objeto de análise nesta pesquisa. Para saber mais, consultar Corrêa (2009).

imediatamente preenchido, para fornecer acesso rápido aos dados relevantes para o atleta, WADA, Federações e Confederações; 6) o laboratório analisa as amostras e divulga os resultados biológicos no sistema *ADAMS*¹⁰²; 7) assim que os novos dados são inseridos no *ADAMS*, o passaporte do atleta é atualizado; 8) havendo quaisquer modificações nos marcadores¹⁰³ biológicos, um painel de especialistas analisará o processo.

Existem duas maneiras de identificar se um atleta usa *doping*: a primeira é encontrando uma substância dopante nos resultados dos exames. A segunda é ver os sinais ou sintomas de que algo proibido foi utilizado, porque “o efeito da droga permanece mais tempo que a própria substância¹⁰⁴” (Guidelines ABP, p.26, 2012). Como exemplo desses sinais ou sintomas, De Rose (2011) cita: “se eu vejo um corpo extremamente forte, uma mulher toda cheia de acne, um rosto muito masculino, poucas curvas, quase sem seio e sem quadril, eu posso assumir que ela tá tomando alguma coisa.” Entretanto, esses sinais e sintomas não penalizam diretamente o atleta, mas servem como indícios para um controle de *doping* inteligente.

Esse processo de procurar pelo *doping* é o que De Rose (2011) denomina de *doping* inteligente. Ou seja, busca-se o *doping* naqueles atletas que aparentemente podem estar dopados. Até bem pouco tempo atrás, somente testavam para *doping* os vencedores de provas e alguns atletas sorteados. Atualmente, não; a busca é por esse *doping* inteligente, que é baseado, sobretudo, em informação:

[...] informação de atleta que sabe quem se dopa e quem não se dopa, informação de polícia quando

102 *Anti Doping Administration & Management System*, que é o banco de dados criado pela WADA para reunir todas essas informações.

103 Marcadores podem ser um composto, grupo de compostos ou parâmetros biológicos que indicam o uso de uma substância proibida ou de um método proibido. (Guidelines ABP, 2012, p.11, tradução nossa) “*A compound, group of compounds or biological parameter(s) that indicate the use of a Prohibited Substance or Prohibited Method*” (Guidelines ABP, 2012, p.11).

104 “*From this perspective, the Prohibited Substance itself is not detected but rather its effects on the body become evident. The effect of the drug remains longer than the substance itself, which may be quickly excreted or degraded and therefore go undetected unless Testing is carried out at a very specific time*” (Guidelines ABP, p.26, 2012).

há, por exemplo, um tráfico de anabólico, informação de alfândega, informação da Interpol (a Interpol tem um escritório só pra estudar rotas de doping, então ela vê a distribuição no mundo e tenta fazer uma inteligência disso). (DE ROSE, 2011)

Então, a partir da utilização de uma inteligência para o controle de *doping* é que o Programa Passaporte do Atleta é desenvolvido, pois, com ele, é possível traçar um perfil hematológico do atleta e acompanhar possíveis variações que possam surgir como prova de *doping*. Por exemplo, evidências de utilização de eritropoietina só podem ser encontradas num exame sanguíneo e, se um hemograma for feito repetidamente (pelo menos 4 vezes) durante um ano, será possível dizer se um atleta a utiliza ou não, porque o hematócrito dele irá aumentar e os glóbulos vermelhos se tornarão mais numerosos, melhorando o transporte de oxigênio. Nesse processo, mesmo que o *doping* não seja encontrado diretamente, os sinais da utilização de alguma substância são achados. A partir disso, busca-se as evidências de uso, e não diretamente de substâncias dopantes. O TAS já aceita esses sinais como prova de *doping*.

Por enquanto, somente duas Federações implementaram o ABP: a UCI e a IAAF. Segundo nos conta Maria José Cutri (2011), em entrevista para esta pesquisa,

Es algo que está en progreso en el sentido de la adhesión, yo creo que ha venido avanzando muy bien, es la herramienta del futuro, así la visualizamos. [...] La idea es que se vayan adhiriendo cada vez más los distintos deportes, y las distintas organizaciones antidopajes nacionales, porque están viendo los beneficios de que los deportistas tengan su propio pasaporte biológico. [...] No todas las federaciones lo tienen, y por ahora no es algo obligatorio. Es algo que la WADA recomienda que se haga. Las federaciones que los han utilizado, ven los beneficios y es algo que promueven entre sus atletas, sus técnicos y sus entrenadores. (CUTRI, 2011)

Às vésperas dos Jogos Olímpicos de Londres (2012), o corredor português de longa distância Helder Ornelas foi banido por quatro anos pela federação de seu país, tornando-se o primeiro atleta suspenso por *doping* através do sistema do Passaporte Biológico do Atleta. Segundo Lamine Diack, presidente da Associação Internacional de Federações de Atletismo (IAAF), a suspensão do atleta de 38 anos, que participou dos 5.000 metros na Olimpíada de Sidney (2000) e da maratona nos Jogos de Pequim (2008), marca um ponto de referência na luta contra o *doping*. Diack, em comunicado afirmou:

Aqueles que tentam trapacear dentro da comunidade de atletismo devem ser avisados que o Passaporte Biológico do Atleta não é meramente um conceito, mas um método eficiente que está sendo usado pelo Departamento Antidoping da IAAF para identificar, mirar e pegar aqueles que acreditam que *doping* é a única rota para o sucesso¹⁰⁵.

As amostras de sangue de Ornelas foram coletadas durante um período de 11 meses a partir de dezembro de 2009 e o sangue foi considerado anormal (perfil hematológico diferente de seus parâmetros habituais) pela primeira vez em maio de 2011, provocando, então, investigações mais profundas. Em especial, novas amostras são testadas em comparação a amostras históricas, para se certificar de que os desvios não aceitáveis na composição bioquímica do atleta possam não ter ocorrido. As amostras são agregadas estatisticamente para determinar o limite no qual um corpo *puro* torna-se juridicamente *impuro*.

Durante a primeira Conferência Mundial sobre Doping no Desporto (em Lausanne, 1999), alguns representantes de governo sugeriram que a WADA deveria preservar as amostras de urina e de sangue dos atletas pelos 20 anos seguintes, para novas investigações. Assim, se um novo método de teste de droga encontrasse algo nas novas análises, a agência poderia retirar a medalha do atleta, mesmo vários anos após o ocorrido. Dessa forma, podemos observar uma vontade de

105 Passaporte biológico faz primeira vítima de doping no atletismo, 02/05/2012. <http://br.reuters.com/article/idBRSP84105420120502>, acesso em 20/08/2012.

punir, controlar e regular que extrapola os limites temporais, por meio de reanálises de sangue e urina¹⁰⁶.

A IAAF disponibiliza em seu *site* um Manual de Medicina, organizado por uma Comissão Médica e Antidoping, como parte de um programa de educação que é realizado em diversos centros de treinamento da Federação. Esse mecanismo tem o objetivo de ajudar os atletas no reforço da sua organização médica e proporcionar aos seus prestadores de cuidados de saúde (médicos e fisioterapeutas) informações atualizadas sobre medicina desportiva e *doping*, baseadas na legislação *antidoping* da WADA¹⁰⁷.

Nesse manual está descrito o percurso pelo qual o COI e a WADA passaram nas políticas *antidoping*, alguns casos de atletas dopados, os testes durante e fora de competição, a lista de substâncias proibidas, sanções e guias de procedimentos dos testes, dentro e fora de competição.

A IAAF foi a primeira Federação a adotar o Passaporte do Atleta. Em 14/12/2010, uma notícia publicada no *site* da Federação mostra a força que o Programa criado pela WADA vem desempenhando sobre a IAAF. A matéria “Passaporte Biológico do Atleta: uma nova estratégia que é uma grande promessa na luta contra o doping no atletismo” apresenta um novo método de detecção indireta, privilegiando a análise dos marcadores biológicos selecionados,

106 Exemplo recente dessa questão é o caso do ciclista Lance Armstrong, sete vezes vencedor do *Tour de France* consecutivamente, de 1999 a 2005. Em junho de 2012 a USADA – Agência Antidoping dos EUA – acusou formalmente o atleta de consumo de substâncias ilícitas, baseando-se em amostras sanguíneas de 2009 e 2010. Armstrong foi banido do esporte e teve que devolver suas 7 medalhas, perdendo os títulos já conquistados. O diretor da USADA fez o seguinte pronunciamento: “É um dia triste para todos nós que amamos o esporte e nossos atletas-heróis. Esse é um exemplo comovente de como a cultura do ‘ganhar a todo custo’ no esporte, se não for combatida, vai ultrapassar a concorrência justa, segura e honesta. Mas para os atletas limpos é uma lembrança reconfortante de que há esperança para as gerações futuras de competir em igualdade de condições, sem a utilização de drogas que melhorem a *performance*”.

Lance Armstrong vai perder seus títulos do *Tour de France* por doping. 24/08/2012. <http://oglobo.globo.com/blogs/debike/posts/2012/08/24/lance-armstrong-vai-perder-seus-titulos-do-tour-de-france-por-doping-461881.asp>, acesso em 30/08/2012.

107 <http://www.iaaf.org/medical/manual/index.html>, Mais especificamente o capítulo 15. Drogas no Esporte/Controle de Doping.

incluindo variações anormais que possam indicar o *doping*. Esse método é composto por três módulos: hematológico, esteroide e hormonal¹⁰⁸. Qualquer alteração anormal será transmitida aos peritos médicos e cientistas, que compartilham suas opiniões e verificam se pode ser devido ao *doping*.

No Brasil, a Agência Nacional Antidoping (ANAD) é a entidade com autoridade para a adoção e a implementação das normas *antidoping*, direção da coleta das amostras, gerenciamento dos resultados dos testes e da condução das audiências. No *site* da Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) há um *link* para o “Regulamento para controle de doping da IAAF”, traduzido da versão original no inglês, bem como um *link* denominado “Fora de competição – Para informar sua localização, clique aqui”. Esse sistema, no qual os atletas participam de seu próprio controle, remete ao conceito deleuziano de sociedade de controle¹⁰⁹, que delimita uma situação em que a comunicação virtual é imediata, regida por um sistema globalmente disseminado. Segundo Duarte (2010, p.207), “[...] o conceito deleuziano de sociedade de controle ressaltou uma vez mais a centralidade dos fenômenos vitais da população como alvo constante e insistente de investimentos, produções e controles que, na maioria das vezes, são inclusive desejados pelos próprios cidadãos.”

Bastante visível, esse *link* é parte da política de Passaporte do Atleta e deve ser preenchido pelos atletas que participam do programa. Eles devem manter um cadastro junto a cada entidade, no qual devem informar a cada quatro meses onde podem ser localizados. Se não o fizerem e forem procurados para testes fora de competição e não encontrados, podem ser punidos, como se houvessem tido um resultado

108 Detalhes dos procedimentos para coleta, análise e gerenciamento de desempenho estão disponíveis em: http://www.iaaf.org/mm/Document/Antidoping/Rules&Regulations/05/26/52/20100521100952_httppostedfile_IAAF_006G_REV1-IAAFBloodTestingProtocol_20413.pdf

109 “Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘dividuais’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’” (DELEUZE, 1992, p.222).

positivo em controle de *doping*¹¹⁰. A IAAF publica em seu *site* uma lista¹¹¹ com o nome dos atletas selecionados para participarem do programa, que é revista e revisada quando necessário, conforme informações do documento no *site*. Essa Federação também atenta para a obrigatoriedade dos atletas de manter as agendas atualizadas¹¹². Caso o atleta não seja encontrado para os testes, ele pode ser considerado culpado¹¹³.

Não basta somente estar fisicamente presente nos momentos de teste de controle, mas sim, permanentemente presente em termos de um controle do corpo no espaço físico: onde podem ser localizados, seus lugares de treinamento e competição, se estão em suas residências ou

110 Segundo o *site* da CBAat, “os controles fora de competição são de fundamental importância para o combate ao doping voluntário no Atletismo. A Agência Mundial Antidoping – WADA, assim como a IAAF determinam a adoção de programas para controle de doping fora de competição, com a existência de Grupos de Atletas Registrados para Testes, ou seja, grupos de atletas que se encontram entre os melhores em suas provas que devem estar disponíveis a qualquer tempo para serem controlados fora de competição. Para que isto seja possível, eles devem manter um cadastro junto a cada entidade, onde informam, a cada quatro meses, onde podem ser localizados, ou seja, seus locais de treinamento e competição, quando estão em seus locais de residência ou não. É de extrema importância que os atletas mantenham seus cadastros atualizados, pois a ausência de informação, a informação inadequada e a não localização do atleta no local informado, que são todos considerados Testes Perdidos, podem levar a um atleta a ter isto tudo considerado como se houvesse tido um resultado positivo em controle de doping. Todo cuidado deve ser tomado pelos atletas para manterem tais cadastros atualizados”. http://www.cbat.org.br/anad/fora_competicao/default.asp, acesso em 01/10/2012.

111 Três atletas brasileiros participam, atualmente, do programa da IAAF. São eles: Caio Bonfim (marcha atlética), Jonathan Silva (salto triplo) e Fabiana Murer (salto com vara). Disponível em: <http://www.iaaf.org/about-iaaf/documents/anti-doping>, atualizada em 09/01/2013. Acesso em 14/01/2013.

112 *Each Athlete in the Registered Testing Pool shall be required to submit Whereabouts Filings in accordance with the Anti-Doping Regulations. The ultimate responsibility for submitting a Whereabouts Filing rests with each Athlete* (Rules IAAF, 2012/2013, p.57). Disponível em: <http://www.iaaf.org/about-iaaf/documents/anti-doping>, atualizada em 24/10/2012. Acesso em 10/11/2012.

113 *An Athlete shall be deemed to have committed an anti-doping rule violation under Rule 32.2(d) if he commits a total of three Whereabouts Failures (which may be any combination of Filing Failures and/or Missed Tests adding up to three in total) within any 18 (eighteen) month period* (Rules IAAF, 2012/2013, p.57). Disponível em: <http://www.iaaf.org/about-iaaf/documents/anti-doping>, atualizada em 24/10/2012. Acesso em 10/11/2012.

não¹¹⁴. Trata-se de uma biopolítica na qual organismos transnacionais de controle da vida e do organismo dos atletas devem produzir atletas “puros”, os sujeitos ideais que conformam a norma que identifica esporte, saúde e moral, insistentemente transformada em padrão de conduta da população em geral.

Ao analisarmos os discursos oficiais das políticas *antidoping* pudemos compreender o que estava visível, ou seja, o governmento sobre os corpos atletas. Entretanto, não descartamos a possibilidade de existirem ações de atletas que se negam a aceitar passivamente as regras, os códigos e normas da WADA, recusando-se à submissão a essa agência. Seria necessário mapear se existem esses atletas e quem são eles, porque poderia se supor a existência de uma subjetividade desses “governados”. Numa linha foucaultiana, as tecnologias de si podem tornar-se um ponto de partida para a reinvenção de uma identidade atlética, bem como para produzir contradiscursos que desafiem a autoridade da WADA.

114 No *site* também consta uma lista com os nomes de todos/as os/as atletas testados/as nos exames *antidoping* desde o ano de 2003, com a data do teste, o nome do atleta, o local e o resultado do exame. ATLETAS TESTADOS: “Conheça aqui o nome dos atletas brasileiros controlados pela ANAD/CBAT”: http://www.cbata.org.br/anad/atletas_testados/atletas_quadro.asp?ano=2011

CAPÍTULO 3
DOPING E CONTROLE DE FEMINILIDADE NO ESPORTE

3.1 DA MANIPULAÇÃO DOS HORMÔNIOS AO DOPING ESPORTIVO

Com a expansão da indústria fármaco-química nas últimas décadas, a manipulação e a criação de hormônios em forma sintética, uma nova gestão política e técnica do corpo, do sexo e da sexualidade encontra lugar. Segundo Preciado (2008), sexo e gênero não são mais os mesmos após tal crescimento, uma vez provocada a tecnofabricação de corpos sexuados que, por sua vez, é também pressuposto para essa indústria.

A criação da pílula anticoncepcional à base de estrógeno sintético em 1951 demarca um novo momento para a indústria farmacológica e, segundo Preciado (2008), a pílula sempre funcionou não somente como contenção reprodutiva, mas como uma técnica de produção e de controle de gênero, porque o que se forja com sua utilização é um processo biológico (ciclos menstruais): elas interrompem o ciclo hormonal com o intuito da contracepção, depois produzem um ciclo que permite restituir a ideia de natureza, fazendo com que o corpo siga reproduzindo os efeitos das leis fisiológicas das mulheres, derivando disso, conforme explica a autora, “una intención de producción farmacopornográfica del género: hacer que el cuerpo de las tecno-mujeres del siglo XX siga pareciendo efecto de leyes naturales inmutables, transhistóricas y transculturales.” (PRECIADO, 2008, p. 132)¹¹⁵

Em 1958, na antiga União Soviética, ocorre a primeira faloplastia (cirurgia de construção de um pênis a partir de enxertos de tecidos de pele), parte do processo de mudança de sexo de mulher para homem (PRECIADO, 2008), mostrando que já de longa data o desenvolvimento biotecnológico investe nas possibilidades de

115 “La primera píldora inventada, aunque eficaz como control de natalidad, fue rechazada por el Instituto Americano de la Salud (AHI), porque, al suprimir totalmente las reglas, venía a poner en cuestión, según el comité científico, la feminidad de las mujeres americanas. Así se inventa una segunda píldora, igualmente eficaz, pero con una diferencia: su capacidad para reproducir técnicamente los ritmos de los ciclos menstruales naturales.” (PRECIADO, 2008, p.130)

intervenção para a construção de um sexo e não somente de um corpo¹¹⁶.

A partir de 1966, surgem os antidepressivos, que atuam diretamente na síntese da serotonina. Em 1987 a fluoxetina começa a ser comercializada com vários nomes, dentre os quais o mais famoso é o Prozac. Nos anos 1980, descobre-se e comercializa-se diversos hormônios, como o GH (hormônio do crescimento) e o DHEA (dehidroepiandrosterona), bem como numerosas substâncias anabolizantes que serão utilizadas na medicina e, legal ou ilegalmente, no esporte. Desde o final do século vinte, uma grande quantidade de crianças vêm sendo medicadas com ritalina, utilizada para o tratamento de transtornos de déficit de atenção (MORTON; STOCKTON, 2000).

Vemos nascer uma sociedade na qual a presença e utilização de drogas dos mais diferentes tipos fazem parte tanto da vida de um atleta quanto de pessoas em tratamentos médicos convencionais. Preciado (2008, p.33) sugere que “el éxito de la tecnociencia contemporánea es transformar nuestra depresión en Prozac, nuestra masculinidad en testosterona, nuestra erección en Viagra, nuestra Sida en triterapia.”

Para Preciado, um bom exemplo do que ela nomeia como atual regime farmacopornográfico¹¹⁷ é a relação entre esporte e prostituição. A autora cita a Copa do Mundo de Futebol de 2006, quando o governo alemão teria incentivado a criação da Artemis, enorme prostíbulo situado muito próximo ao Estádio Olímpico de Berlim. Trabalhadoras do sexo migraram de vários lugares do mundo para oferecer seus serviços no imenso prédio com piscinas, saunas e quartos em número suficiente para atender, em média, 600 clientes por dia. Sexo é um esporte relacionado a uma rede de expressão do corpo sexualizado e ao universo das drogas e hormônios sintéticos do tráfico internacional (PRECIADO, 2008). A relação entre esporte e prostituição pode abrir caminhos para compreendermos o atual regime fármacopornográfico:

116 A primeira cirurgia de redesignação sexual oficialmente comunicada aconteceu em 1952 na Dinamarca (CHILAND, 2008).

117 Segundo Preciado (2008), a expansão da indústria fármaco-química e a questão semiótica-técnica da subjetividade sexual, formam o regime fármacopornográfico. Para esta autora, o gênero é um dos produtos farmacopornográficos (fármaco=corpo, pornô=representação) que tem sido fabricado com mais êxito pela indústria farmacêutica e de comunicação nos últimos tempos.

“En lugar de imaginar la prostitución como una práctica al margen de la industria del fútbol, habría más bien que considerar el deporte en general y el fútbol en particular como parte de una industria farmacopornográfica planetaria que controla redes de Internet, clubes, discotecas, cadenas de producción, distribución y difusión pornográfica, industrias farmacéuticas de producción y tráfico de drogas anabolizantes y de otras moléculas que suplementen el cuerpo deportivo y sexual...” (PRECIADO, 2008, p. 192).

Segundo Haraway “somos todos quimeras, híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo; somos, em suma, ciborgues” (2000, p. 41), utilizando os aparatos tecnológicos que estão a nosso dispor. Já não estaria claro onde termina o humano e começa a máquina: “não existe, em nosso conhecimento formal, nenhuma separação fundamental, ontológica, entre máquina e organismo, entre técnico e orgânico.” (HARAWAY, 2000, p. 100) A imagem do ciborgue pode contribuir para rompermos com o dualismo corpo-natureza para a explicação dos corpos e suas expressões. Ser ciborgue refere-se também à frequência em academias de ginástica, à utilização de suplementos alimentares, roupas específicas, “inteligentes” e aerodinâmicas e quaisquer aparatos que visem uma melhoria ou alteração na máquina humana. Nessa perspectiva, o *doping* pode ser entendido como uma tecnologia química a serviço do espetáculo, pois atua diretamente na *performance* atlética.

Em pesquisa realizada em academias de ginástica e musculação, Sabino (2007) mostra como os esteroides anabolizantes, constituídos em geral por hormônios masculinos sintéticos, surgem como um novo tipo de droga, “relacionado a representações e práticas antagônicas àquelas comumente associadas aos consumidores tradicionais de tóxicos.” (p. 140) Segundo o autor, a mídia tem contribuído efetivamente com os discursos de boa forma e saúde, retratando uma tendência estética da sociedade do século XXI, que impõe um consumo de drogas para a manutenção da boa forma. Inicialmente utilizadas com fins terapêuticos, essas drogas hoje são objeto de consumo cotidiano de pessoas que buscam aperfeiçoar a aparência, respaldadas, muitas vezes, no discurso

da saúde. Sabino relaciona a utilização dos anabolizantes como uma forma, entre tantas outras (como a cirurgia plástica e as próteses de silicone), de preservação do corpo:

O movimento de pesquisas e descobertas científicas sobre a testosterona está associado ao desenvolvimento de saberes e práticas relacionados ao gerenciamento do corpo individualizado, do envelhecimento populacional e da saúde, concepções surgidas no século XVIII, e que construíram o sentimento de necessidade premente de preservação do corpo (2007, p. 148-149).

A descoberta da testosterona sintética e dos esteroides anabolizantes adentra, com a expansão da indústria fármaco-química, o campo esportivo, para incrementar as *performances*, e esse passa a ser palco dos mais recentes investimentos tecnológicos e procedimentos de manipulação hormonal. O esporte de alto rendimento é uma prática profissionalizada e comercializada, na qual a meta de maximização do desempenho é perseguida com obstinada determinação pelas atletas, e os meios para atingir os melhores resultados mundiais foram autorizados a expandir progressivamente para os limites do que é cientificamente (im)possível (BEAMISH; RITCHIE, 2004).

No campo esportivo, esses investimentos podem ser observados em grandes eventos, como os Jogos Olímpicos. As teorias e práticas do treinamento esportivo¹¹⁸ se somam às intervenções modernas da ciência e de campos outrora desconhecidos para o esporte, tais como o *doping* genético, a nanotecnologia (fabricação de dispositivos moleculares) e a biotecnologia (manipulação dos elementos dos seres vivos, incluindo o DNA – código genético)¹¹⁹.

118 O treinamento esportivo consiste na modulação da intensidade, duração e frequência de esforço físico durante as sessões de treino, com o objetivo de aumentar o rendimento em capacidades biomotoras específicas, que diferem em ordem de prioridade, dependendo do esporte em questão. Verkhoshanski (2001).

119 Para aprofundar esse assunto, consultar Artioli *et al* (2007).

Pesquisas recentes¹²⁰ sugerem que em uma época próxima a criação de atletas geneticamente modificados será possível, levando à fabricação de corpos nos quais o resultado dos processos será sempre mais detalhado e sofisticado. O livro “Atletas geneticamente modificados”, do filósofo Andy Miah (2008), traz uma interessante proposta de reflexão sobre a questão da ética no esporte de alto rendimento, diante de recentes descobertas sobre o funcionamento e a potencialidade do genoma humano. O autor discute as possibilidades de *performances* esportivas, sem condenar ou defender as tecnologias de modificação genética, mas propondo várias alternativas de pensamento sobre os dilemas e desafios que deverão surgir em função desse novo campo associado aos esportes e suas relações com o corpo e a própria condição de ser humano.

O *doping* é um elemento constitutivo do esporte moderno e produto da ciência, relacionando-se diretamente com outras práticas e tecnologias que expandem os limites do desempenho humano, mas que são, arbitrariamente, vinculadas ao “puro”, “natural” e “autêntico”, e que não se apresentam contra as suas regras. Essa é uma questão bastante controversa, afinal, a utilização de drogas no esporte de alto rendimento parece ser imprescindível para que ele continue existindo como espetáculo lucrativo e espetacular. Além disso, não existe algo “natural” no que se refere à relação com o corpo e o treinamento. Dadas as enormes exigências competitivas e o intenso sacrifício físico e psicológico ao qual os atletas são submetidos durante os treinamentos e competições, francamente prejudiciais à saúde, como ser tão peremptório na condenação do *doping*? Segundo Vaz (2005)

O doping parece basear-se, nesse sentido, na ideia de que o organismo humano é um mecanismo complexo manipulável tecnicamente, e que os comportamentos e experiências humanas podem ser “melhorados” para além das aptidões tradicionais, tanto do ponto de vista físico quanto intelectual ou mesmo emocional. Mas essa é a lógica do treinamento corporal, de seus princípios e métodos, que pouco ou nada têm de “naturais”. (p. 33)

120 Para saber mais sobre o debate acerca dos investimentos de pesquisas genéticas e atletas consultar os sites www.genome.gov e www.genomenetwork.org

Outra controvérsia em torno do uso de *doping* no esporte é a relação com as drogas consideradas de uso recreativo. A cocaína (*benzoilecgonina*) e a maconha (*cannabis*) são substâncias encontradas em testes *antidoping*, evidenciando o que especialistas da Comissão Médica do COI denominam de problema do uso de drogas sociais pelos atletas, e alertando para a importância da imagem dos esportistas na sociedade (De ROSE et al., 2004). Essa última preocupação explica por que drogas como a cocaína e a maconha são consideradas esportivamente ilegais, mesmo quando utilizadas em períodos fora de competição.

O uso de drogas é condenado com frequência em nome de uma moral que se empenha em reafirmar o princípio de igualdade formal de chances no esporte, sendo tal prática interpretada como violação e traição ao caráter “puro” que teriam as práticas esportivas (KÖNIG, 1995). O argumento sobre o uso de recursos “naturais” para a melhoria da *performance* atlética anda lado a lado com a defesa da saúde dos atletas (mesmo considerando que eles não procuram a melhoria de seus indicadores de saúde ao se dedicarem à competição), e também por isso há uma condenação ao *doping*.

Tomamos a relação que o *doping* tem com os efeitos de masculinização das mulheres atletas para atentar sobre o questionamento da feminilidade e sua interdependência com o corpo e a sexualidade. O fio condutor de nossa reflexão é desenvolvido pela hipótese de que o *doping* das mulheres atletas perturba a matriz heterossexual por romper com o trinômio sexo-gênero-sexualidade (BUTLER, 2003).

Até o presente momento, apresentamos o *doping* como uma tecnologia fármaco-química que está a serviço do esporte de rendimento para a produção de *performances* mais velozes, fortes e espetaculares. A seguir, expomos a relação constituída historicamente entre discursos generificantes e a utilização de *doping* no campo esportivo, mostrando como o uso de substâncias proibidas foi, pouco a pouco, relacionando-se a discursos sobre o corpo, sexo e sexualidade das mulheres atletas.

3.2 DISCURSOS GENERIFICANTES E DOPING

Com o crescimento do uso de fármacos no cenário esportivo, principalmente de esteroides anabolizantes, sobre as mulheres também recai um olhar vigilante. A partir dos Jogos Olímpicos do México, em 1968, uma mulher flagrada com algum indício corporal de que poderia ter ingerido substâncias proibidas (crescimento de pelos, engrossamento da voz, diminuição dos seios, musculatura muito desenvolvida, amenorréia) passava a ser suspeita de *doping* e, além disso, a ter sua identidade de gênero e sexual¹²¹ questionada, tendo como pano de fundo uma questão moral. Ter um corpo que não promovesse os valores estéticos de uma feminilidade heterossexual ou que apresentasse falta de feminilidade era (e é) associado a noções estereotipadas de lesbiandade¹²².

No cenário esportivo, as mulheres têm sido objeto de acusações de virilidade e lesbiandade (CAHN, 1994; GRIFFIN, 1998), demonstrando que a identidade sexual está estreitamente ligada à de gênero e que ambas atravessam a cultura esportiva por meio do corpo. Além de perguntas sobre a sexualidade, as mulheres atletas estão sujeitas a uma sexualização normativa e a uma intensa pressão para se conformarem a uma aparência feminina (MESSNER, 2002). O uso da etiqueta de lésbica tem servido como um ataque às mulheres atletas que possuem uma aparência física e/ou *performance* esportiva que fuja do padrão heteronormativo. Conforme Kane (1995), essas mulheres são questionadas quanto ao seu *status* biológico, ou seja, atletas que tenham uma *performance* excepcional precisam comprovar que verdadeiramente são mulheres, que possuem cromossomos XX e órgãos sexuais que se adaptam ao seu sexo biológico (KANE, 1995).

121 Os sujeitos se identificam, social e historicamente, por meio das relações sociais e das redes de poder de uma sociedade, como masculinos e/ou femininos e, dessa forma, constroem suas identidades de gênero, que não necessariamente vão ao encontro de suas identidades sexuais. O modo como a pessoa se percebe em sua orientação sexual e o modo como ela torna pública (ou não) essa experiência de sexualidade é que constitui as identidades sexuais dos sujeitos (homossexual, heterossexual, ou bissexual).

122 Ann Lock (2003) afirma que na imprensa popular as atletas acusadas de *doping*, ou aquelas que não passam nos testes, são questionadas pelo seu tamanho, em termos de musculosidade, e comparadas aos homens. Esses insultos de feiura e/ou virilidade questionam a autenticidade dessas mulheres que são (presumivelmente) acusadas de lésbicas.

Relacionamos a utilização de substâncias químicas à produção de um corpo atleta (*doping* feminino) por considerar que a presença corporal que foge do padrão heterossexual feminino representa uma ameaça à ordem social dominante. A utilização do *doping* pelas atletas causa incômodo principalmente pelos efeitos que essas substâncias podem ter sobre a feminilidade convencional, que passa a ser relacionada diretamente com o efeito de masculinização.

As preocupações com a masculinização das mulheres atletas são uma problemática contemporânea, mas que começou e se intensificou durante a Guerra Fria. A participação das mulheres no esporte foi mais promovida no Leste Europeu que nas nações do Oeste, pois era vista como parte de um projeto de mudança social, mantido pelos líderes da política de Estado (GUTTMANN, 1984). As nações alinhadas com a União Soviética enfatizaram a importância da atividade física e dos esportes para o desenvolvimento humano e cultural, transformando-o num dos vetores mais efetivos da disputa entre o capitalismo e o socialismo realmente existente. Segundo Schmolinsky, importante treinador alemão do Leste, em manual destinado à preparação de atletas,

[...] embora as práticas atléticas sirvam hoje objectivos fundamentalmente diferentes dos de outrora, não devemos pensar que não se ligam à ordem social sob a qual são exercidas. Não são, como fenómeno social, de interesse secundário – antes são conscientemente postas ao serviço dos objectivos políticos e dos interesses culturais da classe dominante: e isto em todos os países. (1982, p. 17)

As mulheres acabaram exercendo um papel importante na consolidação do bloco organizado sob o Pacto de Varsóvia, com nações ao redor da URSS mostrando sua potência no mundo esportivo e sendo utilizadas como instrumento de propaganda ideológica. Os corpos atléticos das mulheres comunistas estavam a serviço de suas nações ao buscarem o êxito esportivo internacional. Por muito tempo a propaganda comunista por meio do esporte vigorou na celebração de atletas fortes e musculosas, heroínas e ícones dos países do Leste Europeu (LENSKYJ, 2008).

Bordo (1993) sugere que os músculos simbolizam a força e a masculinidade e são diretamente associados aos homens, não sendo vistos como atributos femininos. O ideal de corpo feminino no contemporâneo não seria apenas magro, mas também moderadamente tonificado e bem torneado. O inevitável aumento dos músculos resultante do treinamento atlético acaba trazendo um desacordo com tal ideal, denominado por ela de “peso insustentável”.

Dessa forma, quem desenvolve músculos e força enfrenta o risco de virilização e masculinização. Podemos sugerir que essa preocupação com uma masculinização da mulher atleta visa um controle da heteronormatividade no esporte, para que não se rompa a matriz heterossexual sexo-gênero-sexualidade, definida por Butler (2003), promovendo uma ordem esportiva claramente heterossexual. A heterossexualidade para o sexo feminino acaba sendo expressa em uma *performance* de feminilidade. Segundo Butler,

Gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído, e a ‘expressão’ ou ‘efeito’ de ambos na manifestação do desejo sexual. (BUTLER, 2003, p. 38)

O esporte de rendimento exige um desempenho ligado à condição física e, por isso, podemos supor que exista uma preocupação de que ele possa masculinizar atletas mulheres, uma vez que a feminilidade convencional não incorpora imagens de força física e musculosidade. As mulheres que praticam esporte assumem atributos do gênero masculino (em função do desenvolvimento dos músculos e da força), extrapolando as normas do seu gênero.

Ao longo da Guerra Fria, os comportamentos feminino e masculino heterossexual “corretos” foram um importante componente

da ideia ocidental de superioridade. A mídia televisiva destacava as aparências para falar da superioridade das atletas do bloco sob a órbita da URSS. Ela ridicularizava a desviante sexualidade das atletas dos países comunistas, destacando negativamente seus músculos superdesenvolvidos, elogiando, em contrapartida, a boa aparência e as formas encantadoras das atletas ocidentais, que estavam em conformidade com os estereótipos heteronormativos (GUTTMANN, 1996)¹²³.

Durante aquele período, as mulheres ocidentais eram “belas, maternais e femininas”, se podemos parafrasear Silvana Goellner (1999), simbolizando a imagem heteronormativa como unidade democrática. A democracia do Ocidente teve o apoio das noções tradicionais de masculinidade e feminilidade hegemônicas. Segundo Schweinbenz e Cronk (2010), no entanto, as medalhas obtidas pelas atletas do Leste não significaram o desenvolvimento ou mesmo uma igualdade de gênero, mas, sim, autoritarismo, pois “democracia seria nunca forçar as mulheres a trocar sua feminilidade por medalhas de ouro.” (p. 6, tradução nossa) A pressuposição generalizada era que a excelência atlética seria incompatível com a feminilidade, enquanto a heterossexualidade seria absoluta no Ocidente.

Conforme já apresentado inicialmente, analisaremos dois casos de atletas que ajudam em nossa reflexão sobre a relação do *doping*, como uma das possibilidades de melhoramento de *performance*, como uma tecnologia esportiva, com os discursos sobre o corpo, sexo e sexualidade de atletas. Relembrando que o controle de *doping* nos esportes surge na mesma época que os exames de verificação de gênero, e que nossa hipótese é a de que fazem parte de estratégias de manutenção do que Butler (2003) denomina de matriz heterossexual (trinômio sexo-gênero-sexualidade).

Um dos casos analisados nesta pesquisa é o da nadadora brasileira Rebeca Gusmão. A partir da análise dos *sites* oficiais da *Fédération Internationale de Natation* – FINA e da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos – CBDA, centramos nossa reflexão

123 Segundo Hargreaves (1987), as atletas que são demasiado musculosas, com seios pequenos, e que não exibem em seus corpos os sinais habituais da feminilidade convencional, apresentando sinais visuais de masculinidade, sofrem insinuações sobre sua desfeminização. Quando as polaridades de gênero, que são fortemente sustentadas no e pelo esporte de alto rendimento, borram-se, as categorias femininas e masculinas são ameaçadas.

no painel *antidoping* de Rebeca, tanto pela transformação corporal pela qual passou, quanto pela repercussão que o caso teve na imprensa. A atleta foi, finalmente, banida do esporte por toda a vida pelo Painel de Doping da FINA.

A FINA segue o código mundial *antidoping* desde 2007. Levando em conta que o material presente em seu *site* tem como base as políticas e os programas de *antidoping* da WADA, analisamos o painel de julgamento do caso de *doping* de Rebeca. Os processos que deram positivo para alguma substância estão todos disponíveis no *site* da FINA, com detalhes sobre os procedimentos de coleta, a atleta, os médicos presentes, a jurisdição e a aplicação das regras e sanções.

Levamos em conta, juntamente com o material presente no *site* da Federação, os discursos da imprensa sobre a atleta, antes e depois da comprovação e divulgação do *doping*, para refletirmos sobre como se constroem as relações entre o corpo e a *performance* esportiva, visto que o corpo dela excedeu a norma de um “corpo feminino”.

3.3 O CASO REBECA GUSMÃO

Porque tenho um biotipo que qualquer atleta gostaria de ter, um nível de força invejável, sou altamente competitiva.[...] Isso é mal de brasileiro, que julga pela aparência.[...] O Michael Phelps ganhou 15 quilos em dois anos. Por que só eu sou questionada? Mulher no Brasil tem que ter bunda, peito e usar maiô apertado?¹²⁴

Em julho de 2007, durante os Jogos Pan-Americanos realizados no Brasil, a nadadora Rebeca Gusmão, então com 23 anos, foi protagonista de um momento inédito para o país, conquistando a primeira medalha de ouro feminina da natação brasileira na história dos Jogos, nos 50m livre. A nadadora foi campeã também dos 100m livre, alcançando sua segunda medalha de ouro na competição. Rebeca também quebrou os recordes sul-americano e pan-americano dos 50m livre, ao nadar a final em 25s05 e liderou a equipe medalha de prata no revezamento 4x100m livre, perfazendo a distância em 54s92, melhor tempo individual entre todas as competidoras da prova. Esses resultados lhe garantiram a classificação para disputar os Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008. Rebeca também compôs a equipe dos 4x100 nado *medley*, que alcançou a medalha de bronze.

As provas de natação ocorrem em piscinas de 50 m de largura e no mínimo de 2 m de profundidade e são disputadas em eliminatórias, semifinais (com 16 atletas) e final (com 8 atletas) nas distâncias de 50 m, 100 m e 200 m e apenas com eliminatórias e finais nas demais provas. No nado livre os atletas podem escolher qualquer um dos estilos (*crawl*, costas, borboleta ou peito), mas geralmente escolhem o *crawl*. São disputadas as provas de 50 m, 100 m, 200 m e 400 m, no masculino e no feminino, de 800 m no feminino e de 1.500 m no masculino. O nado *medley* é a prova que reúne os quatro estilos na seguinte ordem: borboleta, costas, peito e livre. São disputadas as provas de 200 m (50 m cada estilo) e 400 m (100 m cada estilo), tanto no masculino como no feminino. As provas de velocidade (50 m e 100 m) na natação envolvem

124 “Pensava em fugir, em pular da ponte”. 22/09/2009.
<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.pensava-em-fugir-pular-da-ponte,470137,0.htm>,
acesso em 14/01/1012.

muita força rápida e máxima e metabolismo¹²⁵ do tipo anaeróbico, que é o processo químico e fisiológico que o corpo faz para produzir energia com pouca ou nenhuma utilização de oxigênio. Atletas que são treinados sob condições anaeróbicas desenvolvem melhor *performance* em atividades de curta duração e alta intensidade. As fibras rápidas, mais presentes neles, têm maior capacidade, porém com tempo curto de duração, pois entram em fadiga rapidamente, ao contrário das fibras de contração lenta.

O desempenho e o condicionamento físico da atleta foram alvo de muitos elogios e comparações com grandes atletas dos Estados Unidos e da Austrália, países com muito destaque na natação. Rebeca foi chamada de “estrela” do esporte em muitas das notícias veiculadas pela mídia naquele momento. A atleta não despertou, inicialmente, dúvidas quanto à legitimidade de sua *performance* e de seus resultados. A mídia construiu uma narrativa voltada para o fato de a atleta ser a primeira mulher a ganhar um ouro nos Jogos¹²⁶.

As dúvidas quanto à possibilidade de fraude passaram a ser levantadas por alguns veículos de comunicação após Rebeca sofrer uma crise respiratória durante o Troféu José Finkel, tradicional torneio da natação brasileira, que ocorreu pouco mais de um mês após os Jogos Panamericanos¹²⁷. Logo após vencer a prova dos 50m livre do Troféu, Rebeca passou mal e logo sofreu uma queda, apresentando muita dificuldade para respirar. Segundo seu técnico, Hugo Filho, a causa teria sido uma combinação entre o fato de a atleta trabalhar em débito de

125 Metabolismo são as transformações que as substâncias químicas sofrem no nosso corpo para produzir e utilizar energia. Temos basicamente duas formas para obtenção de energia: pelo metabolismo anaeróbico e pelo metabolismo aeróbico. Essas duas vias formam uma combinação de sistemas de energia que abastecem o combustível necessário para o exercício, de acordo com a duração do exercício e sua intensidade, determinando qual das vias será utilizada.

126 Rebeca Gusmão leva 1º ouro feminino do Brasil nos 50 m livre. 18/07/2007. <http://pan.uol.com.br/pan/2007/ultnot/2007/07/18/ult4684u74.jhtm>, acesso em 10/03/2010.

127 Vale lembrar que Rebeca Gusmão já havia passado por um teste *antidoping* em 2006, durante o Troféu Maria Lenk, quando teve um resultado positivo, mas a contraprova da amostra deu negativa. Portanto, ela foi absolvida pela Corte Arbitral do Esporte (CAS), última instância da justiça desportiva internacional. Nesse momento, a atleta alegou ter a Síndrome do Ovário Policístico, doença que pode causar alterações hormonais.

oxigênio nessa prova (50m), com um estado momentâneo de pressão arterial um tanto alta e com o fato de Rebeca ser asmática. Já conforme Renata Castro, à época coordenadora do Antidoping da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), o motivo da crise da atleta teria sido a má digestão de um sanduíche ingerido durante o café da manhã¹²⁸.

Pouco tempo depois, a FINA revelou resultados do exame *antidoping* realizado na abertura dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, em 13 de julho de 2007. Os exames da atleta mostraram altos índices de testosterona, hormônio que possui efeito anabolizante na musculatura e aumenta a massa, a resistência, a potência e a força dos músculos. De acordo com o documento divulgado pela FINA em seu *site*, a droga possuiria origem exógena, ou seja, não teria sido produzida pelo organismo de Rebeca. Em virtude desse resultado, um inquérito foi aberto para revelar as causas dessa presença em seu organismo. A atleta foi afastada preventivamente até a realização do teste da amostra B (denominado de contraprova). Nesse momento, a repercussão positiva que a atleta vinha ganhando com os resultados nos Pan-Americanos sofre uma reviravolta.

Segundo muitas reportagens, nenhuma nadadora brasileira ganhara tanta massa muscular entre um Pan e outro como ela. Em Santo Domingo, 2003, quando não passou de um bronze no 4x100m livre, Rebeca tinha 66 kg distribuídos em 1,77m. Quatro anos depois, a nadadora havia crescido um centímetro, mas seu peso subira para 82 kg, e isso chamou atenção do público e dos representantes que cobrem esportes.

Rebeca foi uma das estrelas da competição, tanto pelos resultados – quatro medalhas, duas delas de ouro, agora ameaçadas – quanto pelo visual. Seu físico de campeã alemã oriental – ombros largos, queixo proeminente, braços fortes, voz grave – despertou imediatamente a suspeita¹²⁹.

128 Rebeca Gusmão dá susto ao ter crise respiratória após vitória. 05/09/2007. <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes.rebeca-gusmao-da-susto-ao-ter-crise-respiratoria-apos-vitoria,46806,0.htm>, acesso em 16/01/2012.

129 Personagem da semana – Rebeca Gusmão. 07/09/2007.

Rebeca rebateu os comentários a respeito de o seu corpo ser resultado do uso de anabolizantes: “As pessoas não conhecem meu treinamento. Não poderia ter o mesmo corpo que há 12 anos. Não é à toa que sou a melhor nadadora do Brasil¹³⁰”.

Durante o Pan, Rebeca foi submetida a quatro exames, além do solicitado pela federação internacional (FINA). A Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA) divulgou à imprensa uma nota oficial cuidadosamente redigida. Dizia ter pedido à Comissão Médica de Doping da Organização Desportiva Pan-Americana (Odepa) um “pronunciamento oficial” sobre os resultados dos quatro exames de Rebeca durante o Pan. O Ladetec (Laboratório de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro), laboratório brasileiro credenciado para realizar os exames do Pan, respondeu que “os valores das quatro amostras são atípicos” – ou seja, indicavam *doping*, mas que, como a urina estava muito diluída, elas foram declaradas negativas¹³¹.

http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR80034-6001_00.html, acesso em 06/07/2011.

130 Após vitória no CAS, Rebeca Gusmão sonha com Pequim, 12/05/2008. <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,apos-vitoria-no-cas-rebeca-gusmao-sonha-com-pequim,171492.0.htm>, acesso em 20/04/2010.

131 Personagem da semana – Rebeca Gusmão. 07/09/2007. http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR80034-6001_00.html, acesso em 06/07/2011.

No *site* da CBDA, foi publicada, no dia 08/11/2007, uma nota oficial explicando o caso.

Resumidamente, transcrevemos alguns trechos aqui:

“A Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos-CBDA, por seu Presidente, vem fazer a seguinte Declaração Pública, a respeito do Caso de Doping, que envolve a atleta Rebeca Gusmão:

1) Dias após os XV Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, face surgirem versões sobre o resultado dos exames da referida atleta, esta Presidência indagou ao Dr. Francisco Radler, de Aquino Neto, Presidente do Laboratório Ladetec, se ocorrera algum resultado positivo na competição internacional, e ele afirmou que todos os exames tinham sido negativos.

2) Para esclarecer definitivamente a matéria, pela falta de um documento oficial, solicitamos no dia 05 de novembro de 2007, ao Dr. Eduardo De Rose, Presidente da Comissão Médica de Doping da ODEPA, que fornecesse os números dos exames de doping da atleta Rebeca Gusmão, e que autorizasse o Laboratório Ladetec a um pronunciamento oficial sobre os resultados dos referidos exames. No mesmo dia, a CBDA recebeu por fax do Laboratório Ladetec, as seguintes informações assinadas pelo Dr. Francisco Radler de Aquino Neto, que transcrevemos literalmente:

O médico Eduardo Henrique de Rose, presidente da Comissão Médica da Odepa, pediu ao Ladetec um exame de DNA de duas das amostras. A grande surpresa é que foram encontrados nelas o DNA de duas pessoas diferentes. Suspeita-se, portanto, que haveria urina de outra pessoa em uma das amostras de Rebeca. Para que uma fraude assim ocorresse, seria necessária a participação de mais gente além da própria atleta. Renata Castro, a diretora-médica da CBDA e gerente-geral de *antidoping* do Pan, pediu afastamento da CBDA no mesmo dia em que esses resultados foram tornados públicos¹³².

“Prezado Sr. Coaracy:

Caso os resultados sejam do mesmo atleta (esclareça-se que o Laboratório não sabe o nome do atleta, apenas o número do exame), os valores das 4 amostras são atípicos, mas várias urinas encontram-se muito diluídas. Portanto, foram declaradas negativas. Caso haja alguma suspeita, a autoridade competente da Federação, deveria realizar um estudo longitudinal, como recomendado no regulamento da AMA (WADA).”

A informação do Laboratório Ladetec é completada com várias folhas referentes aos exames, com a seguinte observação: “folhas de resultados endógenos, anexas”.

3) No dia de ontem, 07 de novembro de 2007, recebemos do Dr. Eduardo De Rose, Presidente da Comissão Médica da ODEPA, o resultado do exame de DNA de duas amostras colhidas no material de exame de doping da nadadora Rebeca Gusmão. Esta providência foi solicitada pelo Dr. Eduardo De Rose ao Laboratório SONDA UFRJ, e as conclusões do referido Laboratório, foram encaminhadas e assinadas, ao Dr. De Rose, pelo Dr. Franklin David Rumjanek e pela Dra. Concy Maya Caldeira, que são as seguintes:

“Com base nesses valores, concluímos que as amostras de números (estamos impedidos por via legal de divulgar os números), pertencem a diferentes doadores”. Essa nova pendência, segundo o Dr. Eduardo De Rose, será avaliada e julgada pela Comissão Executiva da ODEPA, a qual os

Jogos Pan-Americanos estão subordinados.

4) Esta Confederação vem ainda comunicar o seguinte: No dia de ontem à noite, fomos procurados pela Dra. Renata Castro, Diretora Médica da CBDA, que solicitou o seu afastamento

imediatamente desta Entidade Nacional, por motivos pessoais, o que foi aceito por esta Presidência, ressaltando que a referida médica sempre pautou o seu comportamento profissional, com competência”.

<http://www.cbda.org.br/wp-content/uploads/arquivos/2007/11/2007,11,08,2964.pdf>, acesso em 18/10/2011.

132 Segundo reportagem veiculada pelo *site* Estadão.com.br, A médica da CBDA, Renata Castro, que coordenou os testes de dopagem da natação no Pan-Americano do Rio, estava na sala de controle, com Rebeca, no teste realizado em 18 de julho, logo depois de a atleta ter vencido os 50 metros livre – quando a escolta Adriana Salazar afirmou ter sido impedida de acompanhar a coleta. O resultado comparativo foi revelado em 8 de novembro de 2007. No dia anterior, segundo nota oficial da CBDA, a médica havia pedido afastamento “imediatamente” da entidade, por “motivos pessoais”, mas Renata desmente seu pedido de afastamento: “Foi o Coaracy (Nunes, presidente da CBDA) quem me demitiu”, disse a médica. “Sobre os motivos? Ele é quem tem de dizer.”

Renata Castro enviava aos atletas cartas bastante informais postadas frequentemente no *site* da CBDA, atentando para o cuidado com o *doping* e com quaisquer substâncias ingeridas (<http://www.cbda.org.br/canal-cbda/doping>). Colocava-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e demonstrava preocupação em relação à falta de informação dos atletas sobre *doping*. Como exemplo do teor das cartas, abaixo seguem alguns trechos, voltados sempre para a responsabilidade que o atleta deve ter em várias situações:

“O ano de 2007 se inicia com a missão de ser um ano especial e inesquecível para todos nós. Teremos como competições principais o ***Mundial de Desportos Aquáticos em Melbourne e os Jogos Panamericanos***.

Assim, o ano de 2007 deverá ser marcado pela intensificação do controle de doping por parte da FINA, CBDA e COB e gostaria de reforçar alguns conceitos que devem **OBRIGATORIAMENTE** fazer parte de sua rotina como atleta.

1) SEMPRE que houver necessidade de uso de qualquer medicamento – mesmo que seja uma pomada ou um analgésico – entre em contato conosco para ter certeza de que não há qualquer proibição quanto ao seu uso.

Lembre-se que todos os atletas estão sujeitos a exames surpresa!

O COB testará todos os atletas com chance de classificação para os Jogos Panamericanos!

2) SE VOCÊ FAZ PARTE do programa de exames fora de competição da FINA, mantenha sua agenda atualizada.

Qualquer deslocamento não comunicado previamente poderá resultar em uma tentativa sem sucesso de testá-lo.

Além de ser considerada transgressão disciplinar pela FINA o não cumprimento da agenda

Médica do caso Rebeca ameaça mudar rumo da história. 28/11/2007.

http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,medica-do-caso-rebeca-ameaca-mudar-rumo-da-historia,87352_0.htm, acesso em 02/10/2011.

implica em pagamento de multa pelo atleta, no valor de US\$ 1.000,00.

3) SEMPRE que for participar de competições é necessário levar a lista de todos os medicamentos e suplementos que utilizou nos últimos sete dias.

Isto é uma responsabilidade do atleta.

4) NUNCA realize um exame de doping sem acompanhante!!!

A presença de alguém de sua confiança durante o exame (exceto dentro do banheiro, no momento da coleta do exame) é um direito seu e pode ser útil caso você não conheça o procedimento antidoping com detalhes”. (CBDA, 2010, grifos originais)

Novamente observamos uma das principais informações dirigidas aos atletas em termos de *doping*: “O atleta é o responsável por tudo queingere”. Ou seja, a lista de substâncias proibidas existe, mas, conforme explica Renata Castro nas cartas enviadas aos atletas, nem todos os médicos das Federações e Confederações Desportivas conhecem suas atualizações, por isso, o atleta nunca deve utilizar qualquer medicamento sem que tenha certeza de que as substâncias nele contidas são permitidas. O atleta deve também evitar a ingestão de medicações indicadas por terceiros, utilizando somente os medicamentos prescritos por seu médico, acrescenta Renata.

A maioria das substâncias dopantes são medicamentos e, eventualmente, uma delas pode ser necessária para o tratamento de alguma doença. Para esses casos existe a Isenção para Uso Terapêutico (CODE, 2003). Alguns atletas fazem uso regular ou eventual de medicação, como, por exemplo, para asma ou rinite alérgica, mas quando isso ocorre, é preciso solicitar autorização à FINA para seu consumo.

Renata Castro também chama atenção para o fato de que em vários países, como Estados Unidos e Austrália, não há fiscalização de suplementos alimentares¹³³. Por isso, a presença de anabolizantes em

133 Suplementos alimentares podem ser consumidos para prevenir e tratar doenças (no fígado e nos rins, por exemplo) e suprir a falta de apetite, restrições na dieta ou alimentação inadequada decorrente de estresse, correria ou maus hábitos. Nos esportes, eles são utilizados como aditivo para melhorar o desempenho e encurtar o tempo de recuperação muscular. No

suplementos comprados no exterior não é rara e pode resultar em caso de *doping*. Isto quer dizer que, no exterior, as substâncias contidas em um suplemento podem ser diferentes daquelas descritas em seu rótulo. A CBDA desencoraja o uso de suplementos, principalmente aqueles fabricados no exterior.

Segundo as regras da WADA, tentativas repetidas (duas ou mais) de encontrar um atleta para realização de exame fora de competição, sem êxito, podem resultar em suspensão de dois anos pela FINA. Além disso, cada uma dessas tentativas sem sucesso é punida com multa aplicada pela mesma entidade.

Observamos a síntese foucaultiana a respeito dos processos de governamento de que o poder se exerce como condução de condutas. Segundo o filósofo, “a ‘conduta’ é, ao mesmo tempo, o ato de ‘conduzir’ os outros [...] e a maneira de se comportar num campo mais ou menos aberto de possibilidades. O exercício de poder consiste em ‘conduzir condutas’ e em ordenar a probabilidade.” (FOUCAULT, 1995, p.243-244)

Se refletirmos a partir da discussão foucaultiana de governo, compreenderemos que o sujeito atleta deverá produzir a si mesmo por meio das novas tecnologias nutricionais, esportivas e físicas, as quais deverão ampliar sua *performance*, no sentido de torná-lo um empreendedor de si mesmo (CÉSAR; DUARTE, 2009), entretanto, sempre com o cuidado de não romper com as regras.

No caso da contraprova (amostra B) da atleta também testar positivo para testosterona, ela teria a suspensão provisória transformada

Brasil, os suplementos são previamente avaliados quanto à segurança de uso e registrados pela Anvisa. Segundo informação extraída do *site* da Anvisa: “Os alimentos para atletas são considerados alimentos para fins especiais, destinados a atender as necessidades nutricionais específicas e auxiliar no desempenho de atletas, isto é, praticantes de exercício físico com especialização e desempenho máximos com o objetivo de participação em esporte com esforço muscular intenso. Esses produtos não podem apresentar substâncias estimulantes, hormônios ou outras consideradas como ‘doping’ pela Agência Mundial Antidoping (WADA)”. Os suplementos importados não passam por fiscalização da Anvisa e, em alguns casos, por nenhuma agência sanitária: “Cada país controla esses produtos de maneira específica e, em muitos, não são realizadas avaliações de segurança, qualidade ou eficácia antes da entrada do produto no mercado. As ações de controle são geralmente efetuadas depois que os produtos já estão sendo comercializados e buscam recolhê-los do mercado ao menor sinal de dano à saúde ou ação fraudulenta”.

http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/3091b2804beca59091d0d9bc0f9d5b29/Alerta+aos+Consumidores_Suplementos_pos+Infosan.pdf?MOD=AJPERES

em pena de dois anos e ficaria fora dos Jogos de Pequim. Foi o que aconteceu. Segundo os discursos da mídia, o caso Rebeca fez com que a equipe brasileira de natação perdesse prestígio, porque foi um escândalo no meio esportivo. O Brasil tinha conseguido índice olímpico nos dois revezamentos, mas os resultados foram cancelados porque Rebeca fazia parte das equipes. Na reportagem “Natação sofre efeito dominó”, lemos que:

O caso de Rebeca Gusmão tem efeito dominó, atinge toda a natação brasileira e muda a imagem do Pan do Rio. Rebeca perde as medalhas de ouro nos 50m e 100m livre que ganhou no Pan, em julho, e ainda prejudica as nadadoras do revezamento [...]. O Brasil ainda fica sem a vaga olímpica de Rebeca nos 50m e 100m livre e no 4x100m¹³⁴.

Após a divulgação da divergência de DNA nas amostras de urina coletadas na abertura do Pan, o caso foi entregue à polícia, devido à possível fraude no exame, o que acabou levando Rebeca a ser investigada por falsidade ideológica¹³⁵, em janeiro de 2008. O delegado encarregado do caso na Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Saúde Pública (DRCCSP), após ouvir o depoimento de Rebeca por quase 6 horas, optou por não indiciá-la.

134 Natação sofre efeito dominó: oito nadadoras perdem medalhas do Pan; o país, 3 vagas em Pequim. 19/12/2007.
<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,natacao-sofre-efeito-dominio,98235,0.htm>, acesso em 16/01/2012.

135 O Crime de falsidade ideológica é figura tipificada no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que tem a seguinte redação:
“Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”.
Para este tipo de crime a lei prevê duas penas distintas:
- Reclusão de um a cinco anos, e multa – quando o documento objeto da fraude é público;
- Reclusão de um a três anos, e multa – se o documento for particular.
Para mais, consultar: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/298119/falsidade-ideologica>, acesso em 20/12/2012.

Rebeca foi julgada no *Tribunal Arbitral du Sport – Court of Arbitration for Sport* (CAS-TAS), em Lausanne, na Suíça, em março de 2009, após todas as polêmicas amostras e resultados. Seu advogado argumentou como defesa “falha na cadeia de custódia”, que são os procedimentos para garantir a confiabilidade do exame *antidoping*, na ocasião da coleta e da análise das amostras de urina da atleta. A atleta foi condenada. Como, pelas regras da WADA, atletas flagradas no exame *antidoping* duas vezes não podem mais competir, Rebeca foi banida do esporte¹³⁶, por ser reincidente nos testes (foi suspensa em julho de 2007 e em 2008, nos Jogos Pan). O banimento vale para quaisquer modalidades esportivas e, portanto, Rebeca não pode ser inscrita em nenhuma competição, mesmo de outra modalidade. Além disso, todas as medalhas, troféus ou premiações, inclusive em dinheiro, deveriam ser devolvidos pela atleta.

Conforme se lê no Painel de Doping da FINA (FINA Doping Panel 9/08), disponível no *site* da própria Federação¹³⁷, um dos argumentos utilizados pelos advogados de defesa da atleta foi de que de acordo com o Código Mundial Anti-Doping da WADA, somente laboratórios credenciados por esta Agência podem realizar os testes nas amostras coletadas. Segundo consta no painel, o médico do COI, o brasileiro Eduardo De Rose, enviara as amostras da atleta para o Laboratório SONDA (laboratório brasileiro vinculado à Polícia Federal especializado em exames de DNA) sem a autorização prévia dela. Os advogados da atleta argumentaram que o Código da WADA foi violado em seu artigo 6.3:

136 Resumindo o caso: 13 de julho de 2007 – Antes do Pan, a Federação Internacional de Natação fez exame *antidoping* em Rebeca Gusmão. O resultado apontou a presença de testosterona acima do permitido e que o hormônio não havia sido produzido pelo corpo da nadadora. Rebeca foi suspensa. Em 2008, Rebeca já havia tido outro resultado positivo para testosterona em exame do Troféu José Finkel de 2006. A atleta foi suspensa pela FINA e tentou reverter a punição na Corte Arbitral do Esporte (CAS), sem sucesso.

Tribunal decide hoje o futuro de Rebeca Gusmão. 17/03/2009.

http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,tribunal-decide-hoje-o-futuro-de-rebeca-gusmao_340090,0.htm, acesso em 12/11/2010.

137 http://www.fina.org/H2O/docs/antidoping/reports/Gusmao_decision.pdf, acesso em 15/10/2011.

Nenhuma amostra poderá ser utilizada para qualquer outro fim que não seja a detecção de substâncias (ou classes de substâncias) ou métodos incluídos na Lista de Substâncias e Métodos Proibidos, ou identificadas pela AMA nos termos do artigo 4.5 (Programa de Vigilância), *sem o consentimento escrito do praticante desportivo*. (CODE, 2003, p. 22, grifos nossos)

Rebeca nunca requisitou que sua amostra fosse testada para DNA (FINA Doping Panel, 2008, p. 8) e esse foi um dos principais argumentos dos advogados de defesa da atleta: o fato de ter sido solicitado um pedido de DNA sem que a atleta soubesse, solicitasse ou estivesse de acordo, para seus defensores, tornaria o processo inválido. A FINA posiciona-se no painel de Rebeca dizendo que a investigação não estava violando a regra 6.3 do CODE, pois quando um atleta submete-se a um controle de dopagem a amostra fornecida pode ser utilizada para qualquer tipo de teste *antidoping*. Além disso, a WADA torna-se proprietária da amostra coletada¹³⁸.

Segundo o painel, realmente as regras do Código Mundial Antidoping não permitem pesquisa de amostras de DNA. Entretanto, como o Comitê de Organização dos Jogos Pan-americanos permitiu dar continuidade às análises de DNA, com o argumento da suspeita de adulteração ou da tentativa de adulteração em parte do processo de controle *antidoping*, a investigação foi permitida. O resultado que consta no painel é o seguinte: inelegível para toda a vida¹³⁹ (tradução nossa).

O painel *antidoping* da FINA é como um processo no qual está descrito tudo o que aconteceu, os argumentos das partes e as sanções aplicadas. Nele, a FINA posiciona-se a favor de todo o processo feito pela Comissão Antidoping dos Jogos, inclusive a favor do fato de as

138 “*This investigation was not violating FINA medical rule 6.3. By accepting to undergo a doping control the athlete is approving in general that the sample delivered to be analysed in any possible kind. Also the Organization, conducting the Doping Control, becomes the owner of the sample collected from a competitor*” (p.22).
http://www.fina.org/H2O/docs/antidoping/reports/Gusmao_decision.pdf, acesso em 11/08/2011.

139 “*Lifetime ineligibility*” (p.15)

amostras terem sido enviadas sem o consentimento da atleta, visto que havia suspeitas de *doping*. Também achou que não houve problema algum em as amostras terem sido enviadas a um laboratório não credenciado pela WADA, com o argumento de que “é um laboratório creditado pela Justiça Brasileira e de alta competência, bem reputado e confiável. A justiça brasileira utiliza muito este laboratório, especialmente para pesquisas em casos criminais. Por isso não há razão para a FINA não confiar nos resultados deste reputado laboratório¹⁴⁰” (p.11).

Nos recentes Jogos Olímpicos de Londres (2012), a chinesa Ye Shiwen, de 16 anos e 1,70m de altura, parou o mundo ao quebrar o recorde olímpico nos 200m *medley*, estabelecendo o tempo de 2m08s39 (o recorde mundial é da norte-americana Ariana Kukors, 2min06s15). Ye impressionou com sua *performance* ao nadar os últimos 50m dos 400m *medley* mais rápido do que o próprio Ryan Lochte, ouro dos 400m *medley* com a impressionante marca de 4m05s18. A nadadora quebrou também o recorde mundial nos 400m *medley*, que pertencia à australiana Stephanie Rice, em 1s02, com o tempo de 4m28s43. Segundo o que noticiaram alguns *sites* que transmitiam quase em tempo real os Jogos, “nunca na história da natação olímpica uma mulher havia conseguido nadar trecho algum de uma prova em menos tempo do que o campeão do correspondente masculino¹⁴¹”.

Os feitos assombrosos dispararam fortes suspeitas de *doping*. Em uma coletiva de imprensa, Arne Ljungqvist, chefe da Comissão Médica do COI, foi bombardeado por perguntas de dezenas de jornalistas, mas preferiu não se posicionar: “Não vou falar de suspeitas. Dizer que alguém é suspeito é metade de uma condenação e não temos

140 “In the case at stake the DNA analysis made by the SONDA Laboratory provides direct and conclusive evidence that the two urine samples delivered by Ms Gusmão on 12 and 18 July 2007 were not delivered by the same person. Of course, the SONDA Laboratory is not accredited by WADA. However, it is a Laboratory, accredited by the Brazilian Justice and of high competence, well reputed and reliable. The Brazilian Justice is very often making use of it, especially for research in criminal cases. There is no reason for the FINA Doping Panel not to rely on the report of this reputed laboratory”(p.11).

141 Recorde de chinesa na natação impressiona e levanta suspeita. 30/07/2012. http://www.estadao.com.br/noticias/esportes/recorde-de-chinesa-na-natacao-impressiona-e-levanta-suspeita-908282_0.htm, acesso em 30/07/2012.

nada sobre esse caso¹⁴²”, declarou ele, argumentando que os medalhistas são alvo de testes e nada foi identificado. Segue Arne: “Se uma vitória dessa natureza for algo sempre suspeito, então o esporte está ameaçado. Isso arruína o charme do esporte¹⁴³”.

“Ela se parece com uma supermulher. Na história do nosso esporte, sempre que alguém se parecia com uma supermulher foi pega nos testes de doping¹⁴⁴”, disse John Leonard, diretor executivo da Associação Mundial de Técnicos de Natação. O americano afirmou ser difícil acreditar no resultado, já que “não existe mulher maravilha¹⁴⁵”. “Precisamos ter cuidado em falar de doping. Mas o que eu posso dizer é que, na natação, todas as vezes que vemos um resultado surpreendente como esse, a história acaba mostrando que substâncias proibidas estavam envolvidas¹⁴⁶”, alertou. A FINA posicionou-se afirmando que não há sustentação factual para as especulações sobre o *doping* positivo da atleta¹⁴⁷.

Leonard disse ter esperança que o COI volte a realizar os testes com as amostras de Ye nos próximos anos. Como já dito, por lei, a entidade mantém as amostras por oito anos e as utiliza para fazer testes cada vez que surge uma nova tecnologia para os exames. O temor no COI é de que os testes não consigam acompanhar o ritmo de evolução das substâncias e nem de manipulação genética.

Os Jogos Olímpicos fornecem ampla evidência do papel das tecnologias na determinação de corpos atléticos. Os testes de verificação de gênero e os *antidoping* têm avançado, à serviço e com suporte da ciência e da tecnologia, para nomear quem pode e quem não pode competir, quem está apto ou inapto. Grandes corporações, grupos

142 Recorde de chinesa...

143 Recorde de chinesa...

144 Não existe mulher maravilha. 30/07/2012.
http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,nao-existe-mulher-maravilha-diz-dirigente-da-natacao,908279_0.htm, acesso em 30/07/2012.

145 Não existe mulher...

146 Não existe mulher...

147 Federação de Natação defende sensação chinesa acusada de doping. 01/08/2012.
<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/1129694-federacao-de-natacao-defende-sensacao-chinesa-acusada-de-doping.shtml>, acesso em 01/08/2012.

ligados ao esporte e toda uma rede que envolve o esporte de alto rendimento hoje investem valores e crenças em sistemas complementares a seus próprios interesses. Tais intervenções têm como alvo as *performances* dos corpos.

Hoberman (1992, 1999; 2005; 2007) mostra como, historicamente, a busca por uma melhora de desempenho por meio do uso de drogas cruza com interesses financeiros e forças geopolíticas internacionais. Em 2005¹⁴⁸, Hoberman foi contratado pela empresa *SCA Promotions* como um consultor para a ação da companhia de seguros contra Armstrong. A *SCA* alegou que o *doping* de Armstrong invalidou 5 milhões de dólares de bônus pelo desempenho no *Tour de France* que a *SCA* tinha assegurado, prejudicando a seguradora. Hoberman afirma também que existem muitos médicos venais combinados a empresas farmacêuticas¹⁴⁹ que conduzem a demanda de *doping*.

No desporto de alto rendimento a *performance* é medida em escala individual e competitiva. Individualmente, os corpos estão sujeitos à fiscalização e práticas disciplinares sob a forma de medições precisas de composição corporal, produção de energia e eficiência do movimento. Na competição, a medição ocorre muitas vezes por meio do cronômetro, o mediador visto como imparcial de vencedores e perdedores.

148 Em 2005 a justiça francesa abriu uma investigação preliminar por suspeitas de *doping* de Armstrong.

Justiça francesa investiga Armstrong por suspeitas de doping. 20/01/2005.

<http://esporte.uol.com.br/outros/ultimas/2005/01/20/ult1777u22873.jhtm>, acesso em 20/11/2012.

Armstrong e o doping: sete anos de suspeitas. 23/08/2005.

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2005/08/23/ult33u47528.jhtm>, acesso em 20/11/2012.

149 Vejamos, por exemplo, o caso do extinto laboratório Bay Area Laboratory Co-Operative – Balco, em São Francisco (EUA), que protagonizou um dos maiores escândalos de *doping* da história, fornecendo substâncias proibidas para atletas de elite. O proprietário do laboratório, Victor Conte, foi condenado a quatro meses de prisão, e mais quatro meses de prisão domiciliar.

Doping: mais escândalos envolvendo o laboratório BALCO. 16/07/2005

<http://esporte.uol.com.br/outros/ultimas/2005/07/16/ult28u38707.jhtm>, acesso em 10/08/2012.

Laboratório dos EUA está por trás de nova droga. 23/03/2003.

<http://noticiasco.terra.com.co/tecnologia/interna/0,,OI218229-EI1878,00.html>, acesso em 10/08/2012.

A quebra de um recorde serve como prova irrefutável do aumento de *performance* e das capacidades biológicas e fisiológicas de um atleta. A indústria do “atleta olímpico” é envolta por negociações e tecnologias e, ao associar o desporto como a objetividade científica, ganha estatuto de poder. Os contornos entre as tecnologias legítimas (técnicas de treinamento) e as tecnologias ilegítimas (substâncias químicas) apresentam-se borrados no momento de um julgamento como o de Rebeca, pois seu corpo excedeu a norma, extrapolou os limites da definição do *normal* e *natural*. Dessa forma, podemos sugerir que os processos desportivos implantaram discursos científicos para tornar algumas tecnologias *não naturais*, tais como as substâncias dopantes.

3.4 A POLÍTICA DE VERIFICAÇÃO DE GÊNERO¹⁵⁰

Na década de 1960, juntamente com as preocupações em torno do *doping*, os “testes de verificação de gênero” são implementados com o intuito de contribuir para a manutenção do esporte como um território classificatório. Esse teste é um exemplo de como a dicotomia masculino/feminino é acolhida positivamente e mantida pelo esporte, visando sempre categorizar e classificar as competições. Ao testar os cromossomos sexuais das mulheres atletas, as organizações esportivas internacionais têm o objetivo de questionar o *status* biológico excepcional daquelas que se desviam dos padrões da capacidade feminina (KANE, 1995).

Os *sites* oficiais das Federações e Confederações pesquisados apresentam algumas particularidades, em se tratando dos testes de verificação de gênero. Analisamos alguns discursos que constroem o sexo, o gênero e a sexualidade de atletas que rompem com o padrão social heteronormativo. Antes disso, retomamos aspectos da história dessa política.

Os testes de verificação de gênero foram introduzidos no Campeonato Europeu de Atletismo em Budapeste, Hungria, em 1966. As mulheres eram obrigadas a se apresentar nuas diante de um grupo de especialistas médicos ginecologistas e eram submetidas a uma inspeção genital visual, incluindo fotografias dos genitais (RITCHIE, 2003). No mesmo ano, nos Jogos da Commonwealth (Comunidade Britânica), na Jamaica, todas as concorrentes do sexo feminino foram testadas, ou seja, submetidas a exames ginecológicos visuais para comprovação do sexo.

A tradição de olhar, herdada da biologia de anatomistas do século XIX, logo dá lugar a necessidade de uma comprovação mais precisa. Em 1967, o teste de cromossomo de sexo é introduzido e pela primeira vez na história uma atleta não conseguiu comprovar seu sexo. A polonesa Ewa Klobukowska passou pela inspeção visual, mas, mais tarde, foi desclassificada porque tinha um cromossomo a mais do que era permitido para que se qualificasse como mulher. A atleta tinha cromossomos XXY, e não a definição cromossômica compatível com o sexo feminino, ou seja, cromossomos XX. Mesmo que se tentasse justificar esses testes pela intenção de evitar que atletas do sexo

¹⁵⁰ Nome padrão inicialmente dado para os testes que eram feitos para comprovação do sexo, e não do gênero, das atletas, como informa o próprio título da política.

masculino competissem em concorrência desleal com mulheres, as queixas em relação à abordagem constrangedora eram frequentes (RITCHIE, 2003).

A introdução da Política de Verificação de Gênero¹⁵¹ pelo COI, em 1968, nos Jogos Olímpicos de Verão e nos de Inverno, foi publicamente anunciada como forma de garantir que todas as atletas do sexo feminino competissem em igualdade de chances. Se aprovadas pelo Comitê Médico do COI, as atletas recebiam o passaporte necessário para participar dos Jogos com a comprovação “científica” de que realmente eram mulheres – a carteira rosa.

Quando esse teste foi oficialmente retirado dos Jogos Olímpicos em 1999, a comunidade internacional havia provado somente uma grande confusão entre atletas mulheres e intersexuais¹⁵². Além disso, essa política ajudou a reforçar a divisão entre os sexos no esporte de alto rendimento, bem como a marcar a vida das mulheres que tiveram que passar por tal experiência, algumas tendo que comprovar sua condição “verdadeira” de mulher¹⁵³.

As Federações esportivas internacionais foram, em geral, favoráveis aos testes, com o argumento de que assim estaria preservada a autenticidade¹⁵⁴ das competições femininas. O invasivo exame

151 Em algumas Federações e Confederações existe uma equipe que é responsável pela Política de Verificação de Gênero (para casos de suspeita do sexo das atletas), composta por ginecologista, endocrinologista, psicólogo e especialista em gênero e questões *transgender*.

152 A palavra intersexual é preferível ao termo hermafrodita e é usada para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições de masculino e feminino, tendo parcial ou completamente desenvolvidos ambos os órgãos sexuais, ou um predominando sobre o outro. A intersexualidade, como transgeneridade, é uma condição e não uma orientação sexual. Portanto, as pessoas que se autodenominam intersexuais podem se identificar como homossexuais, heterossexuais ou bissexuais (ARÁN, 2006).

153 Em seu texto “O verdadeiro sexo”, Foucault diz: “Precisamos verdadeiramente de um verdadeiro sexo? Com uma constância que beira a teimosia, as sociedades do Ocidente moderno responderam afirmativamente a essa pergunta. Elas obstinadamente fizeram intervir essa questão do ‘verdadeiro sexo’ em uma ordem de coisas na qual se podia imaginar que apenas contam a realidade dos corpos e a intensidade dos prazeres.” (FOUCAULT, 2006, p. 82)

154 A autenticidade é um termo utilizado nas teorias *queer* para aproximar o debate sobre as modificações corporais. A autenticidade de um corpo transformado está no processo que o fabricou, produto de criação, de intervenção, de um desejo próprio. Para mais, consultar, entre outros, Maluf (2002).

ginecológico foi substituído pelo de análise da cromatina sexual, feita a partir da mucosa bucal coletada com uma lâmina e que passa por análise citológica. É um teste utilizado em casos em que há incerteza quanto ao sexo da atleta. Essa parece ser disparada quando surgem “efeitos colaterais masculinos” (porque o *doping* é facilmente confundido com efeitos de masculinização) que agem sobre uma feminilidade convencional ou quando há uma *performance* muito superior em comparação com a de outras atletas. Esse exame tem os mesmos fins do ginecológico: “detectar impostores do sexo masculino que teriam uma vantagem desleal com base na dimensão superior, força e velocidade associado com massa muscular avançada dos homens.” (DICKINSON et al., 2002)

Num momento em que surgem dúvidas sobre a legitimidade do sexo de algumas atletas¹⁵⁵, a comunidade internacional toma suas medidas, a fim de evitar que “homens” (intersexuais ou mulheres com altas doses de esteroides anabolizantes) tenham vantagem nas competições para mulheres. Conforme aponta De Rose (2011), em entrevista concedida para esta pesquisa,

Evidentemente, que no começo, os problemas eram muito do que se chama *mascarate*, que é simplesmente um cara que é homem competir como mulher. Mas também se juntou a isso, uma série de patologias que são intermediárias entre o sexo masculino e o sexo feminino. De repente tu tens uma guria que tem dois testículos intra-abdominais produzindo testosterona e todo o sistema hormonal dela é de testosterona, ela é mulher – ela tem vagina – então quase que houve uma obrigação de se traçar um linha: o que pode e o que não pode. [...] No esporte é assim: tendo vagina, compete com mulher, e o contrário com homem. Mas isso passa um pouco desse limite. (DE ROSE, 2011)

155 Como, por exemplo, a *performance* das atletas alemãs, a partir da década de 1960, que causou uma grande reação social sexista, que questionava o sexo delas. A mídia, os médicos e dirigentes desportivos retomaram seus interesses nas definições biológicas da mulher. Sobre o tema, consultar Devide e Votre (2005).

Consideramos necessário fazer uma breve discussão sobre os *estados intersexuais*, que se referem a corpos nascidos com a genitália externa e/ou interna nem claramente feminina, nem claramente masculina (CHILAND, 2008), visto que existe uma confusão muito grande com as atletas nos episódios de verificação de gênero.

O termo *hermafrodita* surgiu de discussões antigas, ocupando há séculos o pensamento de filósofos, juristas, médicos... Fausto-Sterling explica que a palavra surgiu na Grécia como combinação do nome de dois deuses: Afrodite (deusa da beleza e do amor sexual) e Hermes (o filho de Zeus). Segundo aponta a autora, um dos mitos de origem do primeiro hermafrodita conta que o filho de Afrodite e Hermes tinha uma beleza alucinante que atraiu uma ninfa que, completamente apaixonada, colou-se ao corpo de Hermaphroditos, os dois tornando-se um. Essa pode ter sido uma das primeiras histórias a respeito do mito do andrógino, sustentado por uma ideia de totalidade na qual dois seres opostos fundem-se.

Michel Foucault (2001), a partir de seus estudos sobre anormalidade e monstruosidade no século XIX, analisa as diferentes medidas regulatórias e reparadoras que recaíam sobre os hermafroditas, vistos ora como imperfeições da natureza, ora como desviantes morais. De acordo com Machado:

No que se refere à sociedade contemporânea, o dilema frente à androginia aparece recolocado no atual debate sobre a decisão da cirurgia em casos de pessoas nascidas com o que, na linguagem biomédica, denomina-se “genitália ambígua” ou, mais atualmente, “genitália incompletamente formada”. Também chamados de “estados intersexuais”, essas definições se referem, de forma geral, a corpos de crianças nascidas com a genitália externa e/ou interna nem claramente feminina, nem claramente masculina. (2005, p. 252).

Machado (2005) examinou as representações corporais e práticas sociais acionadas no que se refere a crianças e jovens

*intersex*¹⁵⁶, contrastando a perspectiva dos profissionais médicos com a dos familiares envolvidos. A autora argumenta que o sexo é tão construído na cultura quanto o gênero e que as fronteiras são facilmente borradas quando pensamos na heteronormatividade. Ou seja, sob olhar médico, os corpos intersex são manejados conforme o que é considerado ideal nas normas sociais.

Michel Foucault, em “O verdadeiro sexo”, apresentação de “Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita”, explica que muitos séculos se passaram para que um hermafrodita tivesse um único e verdadeiro sexo:

As teorias biológicas da sexualidade, as concepções jurídicas do indivíduo, as formas de controle administrativo nos Estados Modernos, acarretaram pouco a pouco a recusa da idéia de mistura dos dois sexos em um só corpo e conseqüentemente à restrição da livre escolha dos indivíduos incertos. A partir de então, um só sexo para cada um. A cada um sua identidade sexual primeira, profunda, determinada e determinante; quanto aos elementos do outro sexo que possam eventualmente aparecer, eles são apenas acidentais, superficiais, ou mesmo simplesmente ilusórios. Do ponto de vista médico, isso quer

156 Os intersexuais podem ser: Cariótipo 46XX e com o que é chamado pelos médicos de Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC) ou com cariótipo 46XY com Hipospádias e Criptorquidia.

A sigla 46XX (ou 46XY) é uma convenção biomédica, em que 46 diz respeito ao número total de cromossomos de um indivíduo e XX ou XY referem-se a um dos pares desse conjunto, sendo chamados de “cromossomos sexuais”.

A Hiperplasia Adrenal Congênita caracteriza-se como a deficiência de uma enzima necessária para a produção de cortisol. Para compensar esse déficit, há um estímulo em toda a adrenal, resultando na produção excessiva de andrógenos. Em crianças com cariótipo 46XX, a exposição ao excesso de andrógenos ocasiona uma “virilização” da genitália externa, o que, entre outras conseqüências, faz com que o clitóris se apresente em dimensões anatômicas maiores que as esperadas para uma menina. Em crianças que apresentam um cariótipo 46XY, a hipospádia é caracterizada pela formação atípica da genitália externa masculina. Na linguagem médica, diz-se que um pênis hipospádico é aquele em que o orifício do canal uretral não se localiza na ponta do pênis, estando na sua parte ventral e, em alguns casos, bem próximo à base do escroto. Combinada à criptorquidia, condição clínica na qual os testículos não desceram para a bolsa escrotal, a hipospádia é uma das situações caracterizadas como “genitália ambígua” (MACHADO, 2005).

dizer que não se trata mais de reconhecer no hermafrodita a presença dos dois sexos justapostos ou misturados, nem de saber qual dos dois prevalece; trata-se, antes, de decifrar qual o verdadeiro sexo que se esconde sob as aparências confusas; o médico terá que de certo modo despir as anatomias enganadoras, e reencontrar por detrás dos órgãos que podem ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro. Para os que sabem olhar e examinar, as misturas de sexo são apenas disfarces da natureza: os hermafroditas são sempre “pseudo-hermafroditas” (FOUCAULT, 1982, p.2).

Os corpos intersexuais são, portanto, emblemáticos, porque desafiam o sistema sexo-gênero e, por isso, precisam ser classificados como masculinos ou femininos, com toda uma tecnologia disponível, no caso a medicina, para encontrar o sexo verdadeiro. De acordo com Machado (2005), o corpo submetido às intervenções cirúrgicas e medicamentosas é considerado natural na medida em que é inserido na norma, por sua vez também percebida como natural¹⁵⁷. Conforme Laqueur,

O chamado sexo biológico não oferece um fundamento sólido da categoria cultural de gênero, mas ameaça constantemente subvertê-lo. Foucault sugere uma explicação quando argumenta que na Renascença, e em época anterior, não havia um sexo único e verdadeiro, e que o hermafrodita tinha dois sexos entre os quais podia fazer uma escolha social e jurídica. A escolha do gênero não ficava tanto a critério pessoal e não havia liberdade para se mudar no meio do caminho. Mas ele tem razão quando diz que não existia um sexo verdadeiro e essencial que diferenciava o homem cultural da mulher.

157 A questão da funcionalidade do corpo está bastante imbricada com aquilo que se espera socialmente de homens e mulheres. Assim, se a capacidade reprodutiva desponta como elemento preponderante nas decisões de definição para o sexo feminino, o desempenho sexual (penetrativo, com pênis de tamanho e capacidade erétil considerados adequados) ocupa o mesmo papel para o sexo masculino (MACHADO, 2005, p.273).

Mas não havia tampouco dois sexos justapostos em várias proporções: havia apenas um sexo, cujos exemplares mais perfeitos eram facilmente julgados masculinos no nascimento, e os menos perfeitos rotulados de femininos. A questão moderna sobre o sexo real de uma pessoa não fazia sentido naquela época, não porque os dois sexos fossem misturados, mas porque havia apenas um para escolher e esse tinha de ser partilhado por todos. Na verdade, na ausência de um sistema simuladamente estável de dois sexos, as rígidas leis suntuárias (luxuosas) do corpo tentavam estabilizar o gênero – mulher como mulher e homem como homem – e as punições para os transgressores eram bastante perversas (2001, p.161).

Enquanto no século XX houve a preocupação com a preservação da feminilidade das mulheres atletas, assistimos, no século XXI, um aumento do sucesso e da visibilidade das mulheres no esporte de alto rendimento, o que acaba aproximando-as de uma imagem masculina em suas características físicas. Corpos fortes, músculos potentes e avantajados são, “naturalmente”, associados aos atletas homens e quando algumas mulheres apresentam esses padrões, com características marcadamente (estereotipadas como) masculinas, o gênero e o sexo delas passam a ser questionados.

Para De Rose (2011), existem dois tipos de mulheres intermediárias:

[...] uma, que é uma mulher lindíssima, que é uma mulher que tem vagina, não tem útero, tem dois testículos e daí se remove os testículos, ou esses testículos produzem testosterona que não é usada pelo músculo. [...] Daí não tem problema. Agora, se ela produz testosterona, e a testosterona é absorvida pelo músculo, têm receptores musculares de testosterona, essa mulher é extremamente forte, tão forte quanto o homem, ela tem feições masculinas, e daí por diante... Então aí se coloca a ela uma alternativa: tu não podes competir assim, se tu quiseres competir, tu

vais fazer uma cirurgia e retirar os testículos. Depois de retirar os testículos e de alguns anos de hormônioterapia feminina ela pode voltar a competir. (DE ROSE, 2011)

Jennifer Hargreaves (1987) argumentou que os esportes têm sido apropriadamente classificados como “masculinos” e “femininos” porque defendem ferozmente uma tradição heterossexista baseada numa feminilidade convencional que não permite incorporar imagens de força física e musculosidade às mulheres atletas e, por isso, as próprias competidoras surgem como participantes no processo de manutenção dessa ordem esportiva.

3.5 A SUL-AFRICANA CASTER SEMENYA

Em 2009, após a atleta sul-africana Caster Semenya ser submetida ao teste de feminilidade, uma casa noturna de *streak-tease* na África do Sul, tentou se aproveitar da polêmica criada em torno da sexualidade da atleta e criou um anúncio em um *outdoor* com uma mulher semi-nua deitada sobre o *slogan* “não precisa de teste de sexualidade¹⁵⁸”. O proprietário do estabelecimento tentou justificar seu oportunismo: “Queremos somente garantir aos nossos clientes que não temos mulheres hermafroditas já que isso é tão comum na indústria do entretenimento adulto”; como resultado, o dono foi multado¹⁵⁹.

Analisamos a Política de Verificação de Gênero no esporte, entendendo-a como parte de uma estratégia para a manutenção do campo esportivo como um espaço generificado, mas, também, como uma forma de controlar a utilização do *doping*, depois que este assumiu proporções incontroláveis, com o advento da indústria fármaco-química. A fim de exemplificarmos o emprego dessa política, trazemos um episódio recente com uma atleta de alto rendimento esportivo, a sul-africana Caster Semenya.

Especialistas passaram a procurar nas mulheres atletas características sexuais secundárias e anomalias cromossômicas para determinar se seriam de fato do sexo feminino, mulheres “de verdade”, autênticas. Exemplo recente desse processo é o ocorrido com a sul-africana Caster Semenya, que com 19 anos apresentou um desempenho muito superior ao de suas adversárias na prova de corrida de 800 m no Mundial de Atletismo, em Berlim, 2009, levantando fortes suspeitas sobre sua condição. Seu tempo foi de 1m:55s45 centésimos, 2.45 segundos mais rápido ao da campeã anterior, a queniana Janeth Jepkosgei, uma diferença considerável.

158 Boate é multada por ironizar sexualidade de Semenya em anúncio. 01/10/2009. <http://esportes.terra.com.br/atletismo/noticias/0,,O14015515-E115503,00-Boate+e+multada+por+ironizar+sexualidade+de+Semenya+em+anuncio.html>, acesso em 13/07/2010.

159 Boate é multada por ironizar....

O atletismo é uma modalidade olímpica composta por corridas, saltos, marcha, arremessos e lançamentos. Como uma das modalidades do atletismo, as corridas de pista envolvem várias provas: 1) corridas de curta distância ou velocidade (tiro rápido), que nas competições oficiais são as de 100m, 200m e 400m; 2) corridas de média distância ou de meio fundo – 800 m e 1500m e; 3) longa distância ou de fundo, 5000 metros 10000m, chegando até às maratonas.

Os corredores de velocidade são geralmente altos e possuem um elevado nível de massa muscular, tem predomínio de fibras rápidas (ou brancas, ou do tipo II) com contrações rápidas. O metabolismo predominante é de caráter anaeróbico, explicado anteriormente.

Os corredores das provas de meio-fundo e fundo, principalmente as últimas, são geralmente mais baixos e mais leves, comparados com os de velocidade. O consumo de oxigênio cresce à medida que aumenta a distância da prova. Corredores de longa distância têm um alto consumo de O₂ relativo, já que o peso corporal diminui com as especialidades mais longas. Atletas com boa capacidade aeróbica recuperam-se mais rápido para realizar um novo esforço.

Atletas corredores de meio-fundo e fundo têm predominância de fibras lentas (ou vermelhas, ou tipo I), com tempos de contração longos. Seu metabolismo predominante é o de caráter aeróbico, porque requer grande quantidade de oxigênio para gerar energia por período maior de tempo. Até a prova de 800m a velocidade é primordial, acima dessa distância, a resistência passa a ter papel decisivo na qualidade dos atletas. Quanto mais longa é a prova, mais é solicitada a capacidade de resistência em detrimento da velocidade, potência e flexibilidade. Essas qualidades são importantes para corredores de meio-fundo e fundo, mas em menor grau do que para velocistas, por exemplo, para os quais são imprescindíveis¹⁶⁰.

Semenya é meio-fundista e compete nos 800m, que compreende duas voltas na pista, sendo que após meia volta os corredores podem deixar suas raíais originais e correr onde melhor lhes aprouver na pista, geralmente em sua parte mais interna, mas considerando a posição dos adversários.

160 Para maiores informações sobre o metabolismo aeróbico e anaeróbico, consultar: Guyton; Hall (2012); Santos (2012); Denadai; Ortiz; Mello (2004).

Perguntas quanto ao sexo da corredora partiram de outras atletas, de espectadores e da mídia internacional, tanto por causa de sua aparência fora dos padrões heteronormativos, quanto por suas capacidades atléticas muito superiores às das adversárias. “Al verla de cerca es como un hombre. Parece cien por cien masculina, todo, la cara, el cuerpo, la manera de correr, la forma de moverse... Tiene todo para ser un hombre¹⁶¹”, disse Mayte Martínez, adversária de Caster na prova de 800m, ao ser perguntada sobre o assunto. No início, houve suspeitas de que ela houvesse ingerido substâncias dopantes, mas elas logo deram lugar a outro tipo de preocupação. Semenya foi submetida ao teste de verificação de gênero para descobrir se ela realmente seria mulher¹⁶².

A mídia tratou de construir várias narrativas sobre Semenya, retratando-a ora como vítima, ora como objeto bizarro: “Caster Semenya é pseudo-hermafrodita”, “A história da mulher-homem já tem barbas – São várias as atletas femininas com traços masculinos, provocados por drogas ou pela mãe natureza”, “Relato de que Semenya seria ‘hermafrodita’ revolta o país” e “Família defende atleta com feminilidade sob suspeita” foram algumas das manchetes que circularam naquele momento, sobre a situação vivida pela atleta¹⁶³.

Alegações de que Semenya seria hermafrodita, sem ovários e sem útero, foram espalhadas por todo o mundo. A respeito disso, a corredora posicionou-se dizendo que pouco lhe importava as acusações, uma vez que seria, antes de tudo, uma atleta. Concluiu dizendo não se deixar abalar com o que os outros dizem quando está na pista:

161 Mayte: "Semenya lo tiene todo para ser un hombre". 20/08/2009. <http://www.marca.com/2009/08/20/atletismo/1250772526.html>, acesso em 10/03/2012.

162 Os resultados dos testes de gênero não são divulgados oficialmente. Segundo De Rose (2011), “[...] quando existe um caso de doping é dado ao público. Quando existe um caso de feminilidade não é dado ao público. Por quê? Porque isso é uma coisa reservada, porque isso é uma doença. Existe uma ética que não te permite isso. É tratado de forma sigilosa”.

163 As reportagens foram extraídas, respectivamente, dos seguintes sites: <http://desporto.publico.pt/noticia.aspx?id=1400206>. 11/09/2009. Acesso em 17/07/2010. <http://www1.ionline.pt/conteudo/19433-semenya-pensou-recusar-medalha-ouro>. 22/08/2009. Acesso em 17/07/2010. <http://www.estadão.com.br/noticias/esportes/relato-de-que-semenya-seria-hermafrodita-revolta-pais.433293.0.htm>. 11/09/2009. Acesso em 28/03/2011. <http://www.estadão.com.br/noticias/esportes/familia-defende-atleta-com-feminilidade-sob-suspeita.421920.0.htm>. 20/08/2009. Acesso em 28/03/2011.

É fácil quando estou na pista. Eu não estou aqui para falar, estou aqui para correr. É assim que eu faço minha parte. Eu não me importo com o que dizem. Eu não vejo isso como um grande negócio, eu sei que as pessoas falam, mas eu não me importo. Eu não tenho vergonha de ser eu mesmo. Eu sei quem sou. Há apenas uma pessoa que pode me julgar. Somente Deus¹⁶⁴.

Caster Semenya recebeu a medalha de ouro, mas a Federação Internacional de Atletismo deixou claro que se a atleta fosse posteriormente reprovada no teste de feminilidade, seria desclassificada, com a consequente anulação do resultado e devolução da medalha. A população sul-africana saiu em defesa da atleta, que foi recebida com festa ao retornar dos Jogos, tornando-se heroína nacional, segundo noticiaram muitos jornais (“Multidão recebe corredora com identidade sexual questionada”, “Atleta com gênero sob suspeita é recebida com festa”, “Atleta acusada de ser homem é recebida com festa na África do Sul”)¹⁶⁵.

Observando os discursos da imprensa, podemos sugerir que uma mulher não é simplesmente aceitável por ser mulher (genitália, cromossomos, órgãos sexuais) e sim o é quando aparece e/ou se comporta de determinadas maneiras que vão ao encontro de uma feminilidade heterossexual. Então, o que conta como feminino? Semenya é um exemplo interessante, pois é andrógina. Ela poderia ser confundida com um homem, ao não apresentar características bastante normativas de uma mulher: cabelos longos, seios visíveis e assim por

164 Semenya diz não se importar com os rumores sobre gênero. 25/01/2011. <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,semenya-diz-nao-se-importar-com-rumores-sobre-genero,671021,0.htm>, acesso em 04/10/2011.

165 As reportagens foram extraídas, respectivamente, dos seguintes sites: <http://noticias.terra.com.br/interna/0,,O13940147-E1188,00.html>. 25/08/2009. Acesso em 17/06/2010. <http://www.estadao.com.br/noticias/esportes,atleta-com-genero-sob-suspeita-e-recebida-com-festa,424235,0.htm>. 25/08/2009. Acesso em 10/03/2010. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u614441.shtml>. 25/08/2009. Acesso em 30/08/2009.

diante. Essas características necessárias para um desempenho feminino não estão presentes em Semenya¹⁶⁶. Seu tamanho e musculosidade estão fora dos limites de um desempenho feminino visto como autêntico.

As atletas que não são convencionalmente femininas são vistas como masculinas porque é assim que são faladas na mídia. O investimento da imprensa contra Caster Semenya fez com que ela concedesse uma entrevista para a revista sul-africana *You*¹⁶⁷, na qual aparece na capa, encenando uma *performance* de gênero feminina: usa vestido, maquiagem e alguns acessórios femininos, como brincos, pulseiras e colar. Talvez tenha sido essa a alternativa que a atleta encontrou para marcar seu gênero a partir de sua aparência, que parece ser crucial para a afirmação de sua autenticidade como mulher, criando um mecanismo para cessarem os rumores sobre o seu sexo e a sua sexualidade.

As características esportivas, inicialmente vinculadas ao comportamento masculino, tais como força, velocidade e potência, como já sugerido, estão dissociadas da prática das mulheres e auxiliam na manutenção de um ideário do campo esportivo como sendo dos homens. Esse contexto acabou contribuindo para que as mulheres fossem inferiorizadas em relação aos homens na prática esportiva, por pressupostos baseados na biologização das condutas. Parece-nos que a Política de Verificação de Gênero, como foi inicialmente denominada, simboliza a ideia de uma superioridade masculina, preocupada em demarcar e comprovar cientificamente que há uma distinção absoluta e insuperável entre os sexos.

Por outro lado, esse teste mostra uma contradição: o esporte de alto nível requer, a cada dia, uma superação de *performance*, exigindo que as atletas sejam mais fortes, mais musculosas, mais rápidas. Ao mesmo tempo, essas mulheres precisam ser configuradas dentro dos padrões sociais heteronormativos, com seu sexo comprovado

166 Semenya é negra e supomos que existam diferenças consideráveis nas análises se levarmos em conta a raça da mulher atleta. Segundo Bordo (1993) a raça e a classe de um corpo criam experiências diferentes para as mulheres atletas.

167 Segundo o site da Revista *You* (<http://www.you.co.za/>, acesso em 02/06/2012), “*YOU* tem a receita vencedora para entreter, informar e intrigar com recursos atuais sobre os acontecimentos que tocam a vida das famílias médias da África do Sul. Como parte do cotidiano dos sul-africanos de língua inglesa, *YOU* é a revista mais vendida no país, com pouco mais de 2,1 milhões de leitores.” (tradução nossa)

cientificamente. Adelman (2003) levanta a questão do investimento das jogadoras de voleibol da seleção brasileira em manter a feminilidade de sua atividade em função de uma preocupação com a masculinização do corpo atlético em outros esportes coletivos. As jogadoras entrevistadas em sua pesquisa apontam para uma valorização de um corpo atleta forte e sadio e que seja relativamente musculoso, mas sempre feminino. Para essa autora, o esporte é hoje “um dos mais importantes espaços de conflitos relativos à definição da corporalidade feminina.” (2003, p. 449)

Em contrapartida, pesquisas sobre fisiculturistas vêm mostrando que atletas da modalidade estão modificando para si um novo padrão de feminilidade, ao invés de lutar com a heteronormatividade feminina. Ou seja, a modalidade tem servido como um espaço para a negociação de gênero por meio da aparência, da forma física e, por isso, as atletas estão redefinindo a feminilidade e desafiando as normas de gênero (JAEGER; GOELLNER, 2011). Segundo uma pesquisa realizada por Duff et al. (1999), mulheres fisiculturistas relatam um enorme prazer em serem fortes fisicamente. Também disseram que a força física seria necessária para a prática de esportes e que isso torna as mulheres mais femininas. Heywood (1998) reconhece que ser grande na forma física (possuir uma musculatura avantajada) está em conflito com o que seria tradicionalmente feminino, mas, fundamentalmente, interpreta as contradições da musculação como movimento para refutar suposições sobre a inferioridade do sexo feminino e sua correspondente fraqueza física¹⁶⁸.

Aquelas que desenvolvem músculos e força enfrentam o risco da virilização e da masculinização, entretanto, essa preocupação com a desfeminização do sexo feminino parece levar algumas atletas a reiterar que, de fato, independente da modalidade que praticam, precisam manter sua feminilidade. Isso pode ser mais bem observado por meio das roupas, acessórios e penteados utilizados para a prática esportiva, relacionados a uma atratividade heterossexual, reiterando a perspectiva

168 Segundo diversas pesquisas, a musculação como um esporte também seria local para a negociação de gênero por meio da forma corpórea (BORDO, 1993; DWORKIN, 2003; HEYWOOD, 1998; LOWE, 1998; SHEA, 2001; WESELY, 2001). Wesely (2001) encontrou *bodybuilders* que atribuem um caráter mais fluído à identidade de gênero, constituindo uma compreensão sobre seus corpos que demonstra que eles não são passivamente presos a uma identidade.

de que uma mulher, para manter-se enquanto tal, não deve abrir mão de suas características femininas. Ou seja, se por um lado as mulheres atletas rompem com elementos de uma estética da limitação¹⁶⁹, por outro, reafirmam uma cultura na qual a atividade esportiva pode comprometer sua feminilidade (ADELMAN, 2003). Carmen Soares (2011) pesquisou sobre as roupas de atletas na primeira metade do século XX, mostrando como elas faziam parte de uma educação interessada em proteger o corpo do olhar do outro, mas também em estabelecer marcadores sociais e sexuais, representando acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos.

A partir de uma análise em algumas revistas que circularam naqueles anos, a autora conclui que:

Parece haver uma ênfase sempre maior na aparência do que propriamente na eficácia de um gesto, na busca de uma *performance*. Se a roupa esportiva é moda, se ela dita moda e se ela prima também pelo conforto, quando é destinada às mulheres parece ainda percorrer caminhos mais lentos e mais contraditórios, revelando ambiguidades mais agudas, transitando entre a eficácia, o conforto e a simples elegância. (SOARES, 2011, p. 110-111)

Nos *sites* pesquisados existem muitos conteúdos relativos a essa política, apesar de ela não ser mais obrigatória desde os Jogos Olímpicos de 2000, em Sydney, na Austrália. A Federação Internacional de Atletismo foi uma das Federações que reclamou ao Comitê Olímpico Internacional o fim desses testes, conforme explicita no Manual de Verificação de Gênero¹⁷⁰. A IAAF abandonou os testes em 1991, “em função das incertezas dos métodos utilizados” (IAAF, 1991, p. 1). Entretanto, ressalta no manual já citado que “as pesquisas continuam até

169 Para saber mais sobre a feminilidade exacerbada de algumas atletas, consultar o artigo de Adelman, 2003.

170 No *site* encontramos um manual preparado pela Comissão Médica e Antidoping da IAAF, em 2006, denominado “*IAAF Policy on Gender Verification*”, (<http://www.iaaf.org/mm/document/imported/36983.pdf>). Acesso em 03/03/2011.

que se encontre uma solução aceitável e justa, a fim de ser capaz de resolver as anomalias ocasionais que surgirem.” (IAAF, 1991, p. 1)

A Política de Verificação de Gênero surge, nos *sites* visitados¹⁷¹ e em algumas notícias coletadas¹⁷², ligada, em termos discursivos, aos processos de transexualidade (e a cirurgia de redesignação sexual). O transexualismo, segundo os discursos advindos da Psiquiatria, da Psicanálise e da Sexologia, é um transtorno de identidade de gênero no qual a pessoa nasce com um sexo biológico, mas tem desejo de viver e ser aceito como sendo do sexo oposto e, em função dessa inadaptação ao seu sexo anatômico (não conformidade entre sexo biológico e gênero), existe um sentimento constante de mal-estar e sofrimento, que muitas vezes se corrobora na manifestação da vontade de submeter-se a uma intervenção cirúrgica e a tratamento hormonal, com o intuito de adequar seu corpo ao sexo almejado.

O sufixo *ismo* é aplicado na Medicina geralmente para designar uma doença, sendo ainda empregado, nesse caso, por constar do CID 10 – Classificação Internacional de Doenças como uma anomalia (F 64.0). Entretanto, as atuais discussões dos movimentos sexuais utilizam o termo transexualidade em dissociação à ideia de doença do indivíduo e deslocamento do território normativo de patologização¹⁷³. Optamos neste trabalho também por desvincular o termo de associações que possam causar ainda mais sofrimento às pessoas que se caracterizam por

171 O manual da Política de Verificação de Gênero, elaborado pela Comissão Médica do COI, disponível no *site* da IAAF, conta com um capítulo destinado a informar como se deve proceder no tratamento de casos de ambiguidade de gênero. No anexo A desse manual encontramos uma nota explicativa sobre a readequação sexual e a participação no esporte. Como anexo B, encontramos a Declaração de Estocolmo sobre o consenso de redesignação sexual em esportes.

172 Como, por exemplo, as seguintes manchetes: “COI quer novos centros para provar o gênero de atletas” (<http://www.espbr.com/noticias/coi-novos-centros-para-provar-genero-atletas>, 20/01/2010), acesso em 08/07/2011; “Hermafrodita ganha torneios femininos e levanta polêmica no mundo do tênis” (<http://www.espbr.com/noticias/hermafrodita-ganha-torneios-femininos-levanta-polemica-no-mundo-tenis>, 20/03/2009), acesso em 08/07/2011.

173 Um dos exemplos disso é a *Stop Trans Pathologization* (que teve início em 2007, na Espanha), que é uma campanha pela despatologização das identidades trans (transexuais e transgêneros) e pela sua retirada dos catálogos de doenças, que busca romper com o discurso médico e pensar a transexualidade não como uma doença que precisa ser curada, mas como uma entre tantas outras formas de viver a vida para além dos binarismos rígidos de gênero. Para aprofundar o assunto, consultar: Missé; Cool-Planas (2010).

um sentimento intenso de não pertencimento ao sexo anatômico, “sem a manifestação de distúrbios delirantes e sem bases orgânicas (como o hermafroditismo ou qualquer outra anomalia endócrina)” (CASTEL, 2001, p. 77), e utilizaremos, daqui para frente, o termo transexualidade. Segundo Arán (2006):

Pode-se dizer que a fundamentação deste fenômeno na atualidade está baseada em dois dispositivos distintos. O primeiro diz respeito ao avanço da biomedicina na segunda metade do século passado — principalmente no que se refere ao aprimoramento das técnicas cirúrgicas e ao progresso da terapia hormonal — que faz do desejo de “adequação” sexual uma possibilidade concreta. O segundo concerne à forte influência da sexologia na construção da noção de “identidade de gênero” como sendo uma “construção sociocultural”, independente do sexo natural ou biológico (2006, p. 50).

Cabe salientar que o diagnóstico da transexualidade, bem como o da intersexualidade, é baseado numa concepção normativa do sistema sexo-gênero, fundamentada numa matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade. Essa matriz parte de que o sexo é definido pela natureza (orgânico, biológico e genético) e de que o gênero é produzido pela cultura (construção histórica e social). Butler (2002), por meio da matriz sexo-gênero-sexualidade, faz uma crítica a esse sistema que relaciona sexo a natureza e gênero a cultura. Foucault (1988) explica que os dispositivos da sexualidade só podem ser compreendidos em meio às relações de poder de um dado contexto histórico:

Assim, sexo é o resultado complexo de uma experiência histórica singular e não uma invariante passível de diversas manifestações. Desta forma, falar de sexualidade é também se referir à produção dos saberes que a constituem, aos sistemas de poder que regulam suas práticas e às formas pelas quais os indivíduos podem e

devem se reconhecer como sujeitos sexuais (FOUCAULT, 1988, p.10).

Segundo Laqueur (2001), a modernidade produziu o modelo dos dois sexos no final do século XVII e ao longo do século XVIII. Nesse tempo a ciência passou a considerar, em termos aceitáveis, as categorias masculina e feminina como entes biológicos opostos e incomensuráveis, diferentemente do modelo de sexo único que predominou nas sociedades ocidentais da Antiguidade até o final da Renascença, que afirmava a existência de um sexo único – o masculino – do qual a mulher seria uma versão imperfeita. Analisando discursos sobre o corpo, a fisiologia reprodutiva e as relações entre os sexos, Laqueur mostra que as transformações que ocorreram, desde os gregos até Freud, pouco tiveram a ver com um progresso da ciência e sim com as necessidades políticas fundamentais para a construção da sociedade liberal moderna.

As primeiras cirurgias de transgenitalização foram realizadas na Alemanha e na Dinamarca, por volta de 1920. Inicialmente, elas eram utilizadas com o argumento médico de “adequação sexual”, associadas ao tratamento de hermafroditas ou pseudo-hermafroditas¹⁷⁴. Trata-se de uma cirurgia em que o indivíduo não quer simplesmente mudar de sexo; essa adequação é-lhe imposta de forma irreversível, portanto, ele nada mais reclama que a colocação de sua aparência física em concordância com seu sexo¹⁷⁵. Fausto-Sterling critica o fato de o biológico ser critério para determinar o sexo dos indivíduos:

174 Tempos depois, Harry Benjamin cria o conceito de transexualismo, com o qual passa a teorizar e descrever o transexual. Em 1966, este autor propõe uma escala de “orientação sexual”, inspirado nas classificações criadas ainda no século XIX por Krafft-Ebing, Hirschfeld e Ellis, a qual estabelece uma diferença entre travestismo e transexualismo, assim como a exclusão da homossexualidade, dado que os pacientes se definiram como heterossexuais (ARÁN, 2006).

175 No Brasil, em 2008, o Ministério da Saúde instituiu no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS o chamado Processo Transexualizador (PrTr) – que é um conjunto de procedimentos médicos para a redesignação sexual da pessoa transexual: “[a] transgenitalização implica na atenção pós-cirúrgica, [a qual] não restringe seu sentido à recuperação física do corpo cirurgiado, mas também à própria pesquisa dos efeitos da medida cirúrgica na qualidade de vida do (a) transexual operado (a)” (BRASIL, 2008a, 2008b).

O sexo de um corpo é simplesmente complexo demais. Não existe ou isto ou aquilo. Antes, existem nuances de diferença, [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social. Podemos utilizar o conhecimento científico para nos ajudar a tomar a decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem sobre o sexo (FAUSTO-STERLING, 2002, p.15).

Em 2004, o COI estabeleceu regras para que atletas transexuais pudessem ser incluídos/as em competições olímpicas. Deveriam comprovar, entre outras condições, possuir as características corporais equivalentes ao gênero em que se harmonizaram para viver. A principal preocupação do COI é que uma transexual feminina possa ter alguma vantagem sobre uma adversária. Segundo especialistas, os níveis de testosterona e a massa muscular das transexuais femininas devem baixar a planos vistos como verdadeiramente femininos, após a terapia hormonal e a cirurgia de redesignação sexual¹⁷⁶.

É sempre reafirmado o discurso da vantagem que pode ser adquirida em ser homem (antes da cirurgia) e competir com as mulheres. Para especialistas da IAAF, qualquer pessoa que se tenha submetido à cirurgia de redesignação sexual antes da puberdade pode ser aceita no esporte, sob o sexo escolhido. Entretanto, após a puberdade essa questão torna-se mais complexa, pois se acredita que os homens já sofreram a influência mais decisiva dos hormônios. A puberdade masculina demarcaria uma influência da testosterona que poderia, em tese, ser de grande importância, mesmo depois de uma mudança para o sexo feminino.

A Declaração de Estocolmo, sobre o consenso de redesignação sexual no esporte, foi formulada em 28 de outubro de 2003, por uma

176 Informações extraídas do documento que formulou as recomendações sobre a participação de atletas que passaram por cirurgia de mudança de sexo – Declaração de Estocolmo sobre o consenso de redesignação sexual no esporte. Disponível em: <http://www.olympic.org/en/content/TheIOC/Comissions/Medical/?articleNewsGroup=1¤tArticlesPage=10¤tArticlesPage=4&articleId=56230>. Acesso em 03/03/2011.

Comissão do COI para discutir e formular políticas para participação de pessoas que passaram pelo processo de mudança de sexo (de homem para mulher e vice-versa) no esporte. Compõe esse debate um “código”, uma lista de requisitos para que o/a atleta possa competir sob a rubrica de gênero não dado pelo nascimento. Para poderem competir, os atletas deverão cumprir todo o processo de transição de gênero: todas as mudanças físicas devem estar completas, ou seja, a cirurgia de troca de sexo deve estar finalizada – interna e externamente. Além disso, o tempo de terapia hormonal de pelo menos 2 anos após a remoção das gônadas deve ser cumprido (segundo os especialistas esse período servirá para neutralizar qualquer vantagem em competições esportivas) e deverão estar legalmente reconhecidos antes da qualificação para os Jogos.

Essa Declaração já está em voga, entretanto, ainda não há uma padronização do tratamento oferecido à questão pelas Federações e Confederações. Como a Declaração não torna obrigatória a aceitação de atletas transexuais em todos os esportes, cada uma ainda atua conforme suas próprias regras¹⁷⁷.

A não obrigatoriedade da aceitação de atletas transexuais demonstra que não existe interesse em que esses/essas atletas possam realmente participar de competições. Ruben Acosta¹⁷⁸, presidente da Federação Internacional de Voleibol à época do lançamento dessas regras, afirmou que sua entidade não seguiria a medida anunciada pelo COI: abrir as portas das competições para as transexuais. Acosta declarou que, “apesar de estarem insistindo muito em nome dos direitos humanos e da liberdade individual, não acredito que devemos permitir

177 As primeiras atletas transexuais a ganharem certa visibilidade foram: a jogadora de futebol Martine Delaney, a ciclista Michelle Dumaresq e a golfista Mianne Bagger. Outro caso bastante divulgado foi o de um atleta de muai-thay (boxe tailandês) que, após tornar-se campeão tailandês, abandonou o esporte e passou por uma cirurgia de redesignação sexual. Esse último exemplo gerou um filme, *Beautiful Boxer* (Ekachai Uekrongtham, Filipinas, 2003), baseado na história real da transexual Parinya Charoenphol, conhecida como Nong Toom na Tailândia.

178 No início do ano de 1997, a jogadora de voleibol Érika, na época defendendo o Osasco e também a seleção brasileira, foi submetida ao exame de verificação de gênero durante o Mundial Juvenil e teve detectado excesso de testosterona. Após tratamento, Érika voltou às quadras somente em 1998. Ruben Acosta, presidente da Federação Internacional de Voleibol, foi duro com a atleta e exigiu que ela fosse retirada do torneio.

[a presença de transexuais em torneios de vôlei]. Existem direitos humanos que já são abusos humanos¹⁷⁹”.

Além disso, embora essas medidas, inicialmente, aparentem uma nova configuração em relação ao mundo esportivo, porque acenam para algumas demandas oriundas da performatividade dos corpos, dos sexos e dos gêneros na contemporaneidade, ao mesmo tempo, elas não abandonam o caráter dualista e heteronormativo do esporte porque esses/essas atletas só têm a “permissão de competir com o sexo devidamente corrigido.” (conforme expressão do COI na declaração)¹⁸⁰

Suspeitamos que essas regras tenham sido criadas pelo COI com o intuito de facilitar os procedimentos que serão demandados após a retirada dos testes de gênero. Como, oficialmente, esses testes não são mais obrigatórios, as/os atletas que não se encaixarem em seu sexo precisarão de algum procedimento para recorrer, alguma regra à qual se adaptar para que não ocorram, por exemplo, polêmicas como a que envolveu Semenya (A IAAF está de acordo com as medidas do COI desde 1º de maio de 2011). Reafirmando o que foi dito anteriormente, há uma grande confusão entre atletas intersexuais e transexuais. Vemos que não se trata de uma abertura do campo esportivo para uma era pós-gênero, e sim uma nova forma de manutenção do esporte como um território classificatório.

A preocupação generalizada com a des-feminização das atletas do sexo feminino passou a dominar o cenário do esporte internacional. Lenskyj (2008) afirma que “claramente, a ambiguidade sexual, clínico ou social, representava uma ameaça para a obrigatoriedade da heterossexualidade e a dominação masculina.” (p. 86, tradução nossa) O esporte torna-se campo de confronto de identidades e de gênero. Esse “transtorno” da ambiguidade deveria ser resolvido. Como? Os testes de gênero (como eram inicialmente denominados) foram introduzidos na comunidade esportiva internacional para tranquilizar todos os atletas de que as atletas do sexo feminino verdadeiramente eram mulheres!

179 Federação Internacional de Voleibol decide abolir testes de feminilidade. 28/01/2004.

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u70959.shtml>, acesso em 27/02/2010.

180 Declaração de Estocolmo sobre o consenso de redesignação sexual no esporte. Disponível em:

<http://www.olympic.org/en/content/TheIOC/Comissions/Medical/?articleNewsGroup=1¤tArticlesPage=10¤tArticlesPage=4&articleId=56230>, acesso em 03/03/2011.

As proibições do *doping* promovem uma ordem de gênero que é heterossexual, e a heterossexualidade para o sexo feminino é entendida como expressa em uma *performance* de feminilidade. Ou seja, as mulheres que estão em conformidade com a feminilidade não são tidas como lésbicas ou bissexuais, mas sim heterossexuais; e só quando uma *performance* de gênero é não feminina é que surge a pergunta se a mulher é lésbica.

Se considerarmos que ser lésbica ou ser demasiado masculina também é parte do que está colocando em risco a ordem social heteronormativa, talvez a ameaça não seja as mulheres realmente tornarem-se homens por meio do *doping*, de uma cirurgia, ou seja lá de que forma. O que se torna perturbador em algumas atletas dopadas é que não existe uma estabilidade na distinção entre homens e mulheres. O esporte tende a ser um território que não tolera diferenças, por isso a ênfase no investimento de sempre categorizar e classificar as competições: por sexo, por faixa etária, paraolímpicos, entre outras. Entretanto, também tende a ser uma experiência social na qual as desigualdades são reafirmadas, se pensarmos na estrutura para as condições de treinamento, muito distintas entre os países ou mesmo dentro deles.

Além disso, embora o esporte se baseie na igualdade formal de chances, as desigualdades estão na base da preparação esportiva, o que leva Eugen König (1996) a ilegitimidade do doping: se ele é condenado em nome da igualdade de chances para todos, como conviver com as diferenças gritantes de estrutura para o treinamento corporal presentes em diferentes países? (VAZ, 2005, p.28)

O *doping* das mulheres perturba a matriz heterossexual (rompe com o trinômio sexo/gênero/sexualidade) porque as mulheres dopadas violam a feminilidade heterossexual pelos efeitos de masculinização. São duas as questões que perturbam a matriz heterossexual: o incômodo do *doping* em si e os efeitos que essas substâncias podem ter sobre a feminilidade convencional. Se não houver feminilidade coerente com a matriz heterossexual, e se essas mulheres deixam de ser claramente diferentes dos homens, a integridade nas categorias homens e mulheres

está perturbada, e aqueles que são chamados “os homens” ou “as mulheres” já não podem ter certeza do que é uma identidade estável e de qual seria a sua. Qual é o lugar dessa questão na dinâmica do esporte de alto rendimento? O esporte de competição necessita e investe na manutenção da ordem de gênero, tendendo a uma indistinção em favor do máximo rendimento, ainda que a *performance* inclua um conjunto de expectativas sobre feminilidade e masculinidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho analisamos relações entre os corpos de mulheres atletas e novas tecnologias. Buscamos saber como produções discursivas da mídia, da ciência e do *establishment* esportivo sobre a condição do feminino promovem rupturas e propõem novas concepções corporais e da sexualidade de atletas mulheres.

Por meio de análises das práticas discursivas pudemos observar uma semelhança geral entre elas, baseadas num ideal de manutenção do território esportivo do *fair play* e dos discursos de saúde vinculados aos atletas e à população em geral.

Como parte da tentativa de mostrar que as formas de governo no *antidoping* são importantes marcas da governamentalidade, analisamos a estrutura e as políticas da WADA, buscando expor como um conjunto de políticas por ela desenvolvido permite retirar amostras biológicas do corpo de um atleta dentro ou fora da competição, com ou sem aviso prévio. Além disso, essas políticas exigem que atletas forneçam informações precisas para ajudar nos testes, reservando à WADA o direito de guardar os resultados anteriores por um período de oito anos. Coloca-se em jogo também a instituição de um passaporte biológico do atleta, baseado, inicialmente, em amostras de sangue, configurando tudo isso uma forma de governo dos corpos. Sugerimos que a WADA constrói uma cultura de vigilância sobre o corpo, produzindo uma disciplina e uma regulação das condutas dos atletas.

Além disso, aproximamos o debate entre os discursos biopolíticos e a WADA, para mostrar como essa agência, com suas políticas *antidoping*, produz um governo sobre a saúde e o desempenho dos atletas de alto rendimento, como também na expansão de suas ideias de esporte e saúde para toda população. A maioria dos discursos *antidoping* assume uma forte ligação entre exercício e saúde. No entanto, a formação ao nível da elite esportiva visa melhorar o desempenho. O quanto disso é saudável? Os riscos de lesões, a curto e a longo prazo, são enormes; as pressões psicológicas são abundantes; e as tensões durante as competições são óbvias. Então, para assumir que as drogas precisam ser banidas porque violam a saúde, seria necessário encobrir a realidade do treinamento e da competição esportiva.

Os corpos dos atletas de alto rendimento deverão se apresentar como o modelo de saúde e moral para o restante da população, instada, a

todo o momento, à prática de esportes. A WADA é uma instância de biopoder que funciona gerando um conjunto de mecanismos de controle para a produção de um corpo engendrado no esporte, reafirmando a ligação entre este e a saúde. A governamentalidade funciona por meio dessa equação e a WADA é um órgão criado para garantir essa relação entre esporte, saúde e moral em nível transnacional. Em alguns países, por exemplo, como é o caso já citado da França, a luta contra o *doping* surge como parte de uma luta contra as drogas e o tráfico. A partir disso, é possível sugerir, ao menos parcialmente, que o controle do *doping* provém também de uma questão de saúde pública.

Os esforços *antidoping* no desporto contemporâneo repousam sobre duas, entre outras possíveis, questões fundamentais: primeiro, em uma concepção humanista de um corpo atlético que pode ser universalmente produzido e disciplinado por meio de treinamento para alcançar resultados desportivos de pico e cada vez mais superar os limites de velocidade, altura ou força produzidos. Segundo, em uma ética correspondente ao *fair play*, que sugere modelos normativos de comportamento atlético dentro e fora de competição e que tem seus efeitos populacionais e transnacionais.

Dada a disposição científico-tecnológica que domina as práticas corporais, pode-se argumentar que os mecanismos específicos de controle e regulação utilizados pela WADA são o resultado do valor supostamente universal dos corpos atléticos, influenciados pela ética ocidental na constituição do projeto do esporte moderno.

As novas tecnologias no controle *antidoping* alargaram as fronteiras espaciais e temporais, invadindo todo o domínio social, aumentando o âmbito de substâncias e métodos considerados ilícitos no esporte porque comprometeriam a pureza biológica do corpo atlético. Isso fez com que aumentassem os limites de intervenção no corpo do atleta nos termos da avaliação do cumprimento das normas esportivas. A crescente penetração do *antidoping* evoluiu, por exemplo, dos testes de urina para exames de sangue e DNA.

Sugerimos que a WADA é constituída não com base em sua capacidade de resolução de assuntos esportivos, mas sim em sua capacidade de apresentar qualquer dispositivo necessário para preservar as reivindicações de *fair play* e de outros ditames do esporte moderno, como, por exemplo, a manutenção do território esportivo classificatório, baseado também na separação dos sexos.

Substâncias, métodos e outras tecnologias são permitidas pela ética do esporte, desde que sejam complementares para a unidade orgânica do corpo atlético. É aceitável, por exemplo, treinar em altitude, mas não o uso de um método no qual se penetra no corpo uma seringa para retirar células de sangue que serão, posteriormente, reinjetadas. Em ambos os exemplos, a capacidade de transporte de oxigênio e resistência muscular são melhorados, mas apenas esse último método é proibido.

A legalidade do *doping* é um assunto que tem sido abordado por autores como o argentino Claudio Tamburrini, que propõe uma liberação total da utilização de drogas no esporte de alto rendimento. Ele pergunta: E se o *doping* fosse liberado? Os atletas correriam até as farmácias para comprar as drogas? Seriam organizadas competições para dopados e não dopados? O esporte deixaria de ser um lugar “puro”?

Segundo Tamburrini (2001), existem técnicas de *doping* que são seguras, como por exemplo, o *doping* sanguíneo e a utilização de EPO, mas que, mesmo assim, continuam proibidas, enquanto muitas das técnicas de treinamento aceitas causam sérias lesões. Para Vaz (2005), o treinamento é dilacerante, então a preservação da saúde não é bom argumento para a condenação ao *doping*. A proibição do direito do atleta de decidir se quer utilizar alguma substância dopante priva-o de escolher os riscos que está disposto a correr no exercício de sua profissão.

Ademais, conforme aponta Tamburrini (2001), se as mulheres competissem com os homens seriam criadas condições de competição mais justas, porque a utilização de alguma substância dopante que auxilie no desempenho esportivo poderia reverter uma “vantagem” biológica que os homens teriam. Para ele, a superioridade masculina no esporte é um fato social, mais do que um fenômeno da “natureza”. Com base na liberação do *doping*, Tamburrini defende uma política de integração gradual dos sexos nas modalidades esportivas (chama isso de “posição de equidade genérica”) cuja estratégia é: a) imediata abolição da segregação sexual nas modalidades esportivas nas quais as mulheres são superiores ou iguais aos homens; e b) manter as divisões sexuais naquelas modalidades que as atletas têm um rendimento inferior ao de seus colegas masculinos – ao menos temporariamente – até que seja reduzida e superada.

Tamburrini pergunta-se: “Que aconteceria se, após haver implementado o programa para equidade genérica no esporte, comprovarmos que existem de fato, diferenças fisiológicas entre os sexos que são impossíveis de serem superadas?” Ele mesmo responde: Deveríamos levar em conta esse fato e desenhar competências esportivas de acordo com isso, mas isso não deve proibir mulheres que queiram competir com homens de assim o fazerem.

O crescimento da utilização dos fármacos associados ao aumento de potência e resistência foi uma questão importante na construção dos corpos e sexualidades das mulheres atletas, porque além das suspeitas físicas de uso de *doping*, o sexo e a sexualidade compõem os discursos do esporte feminino. Os testes de verificação de gênero surgem de uma contradição: a competição olímpica para as mulheres foi se tornando mais rigorosa, exigindo que as atletas apresentassem melhor desempenho, mas ao mesmo tempo, elas devem mostrar uma *performance* feminina. Além disso, o seu sexo deveria estar “cientificamente” assegurado. O que é ainda mais interessante é que os atletas homens nunca tiveram que fazer parte dos testes de controle de “masculinidade” porque ninguém estava ou está preocupado que uma mulher pudesse querer competir com outros homens. Qual a razão para isso? Sugerimos que tem a ver com a hipótese de Tamburrini sobre a igualdade de chances, os homens são fisicamente mais fortes. O *doping* acabaria, ao menos potencialmente, com essa distinção.

Embora a introdução de testes de verificação de gênero nos Jogos Olímpicos tenha sido destinada a impedir que atletas do sexo masculino pudessem competir com mulheres, eles acabaram apontando para um heterossexismo, reforçando uma perspectiva segundo a qual a excelência atlética é incompatível com a feminilidade.

O *antidoping* não é apenas uma questão específica de esportes, mas um exemplo de como os valores da heterossexualidade dominante estão implicados na sociedade. Ao analisarmos os discursos da mídia e do campo esportivo pudemos verificar que o *doping* tem implicações com formas e aparências de algumas mulheres que são estigmatizadas e julgadas por isso. A aversão à dopagem é constituída também porque produz uma imagem de “feminino não heterossexual”. O *doping* é uma questão esportiva, mas extrapola os estádios. Essa preocupação com os contextos políticos, sociais e as implicações éticas do *antidoping* está

situada em uma crítica dos pressupostos ontológicos da matriz heterossexual.

Os meios de comunicação também desempenham papel importante na manutenção do sexo masculino como central no esporte de alto rendimento. A mídia esportiva reproduz as relações e os papéis de gênero apreendidos na cultura hegemônica, heterocêntrica. Messner (2002) definiu quatro formas de a mídia contemporânea tratar atletas do sexo feminino em suas notícias. A primeira abrange, normalmente, os esportes coletivos televisionados, falando pouco sobre a presença das mulheres nos esportes individuais; na segunda, a mídia retrata atletas do sexo feminino como mais atrativas quando são heterossexuais que destacam sua feminilidade e sua maternidade. Clasen (2001) argumenta que a cobertura da mídia concentra-se nos tradicionais papéis femininos de família e maternidade, sendo o esporte sua segunda realização. Como terceiro ponto, Messner (2002) afirma que a mídia reafirma o domínio dos homens no esporte por meio de ataques verbais contra atletas mulheres bem sucedidas. Por último, incorpora a cobertura de alguns atletas excepcionais, a fim de disfarçar as desigualdades existentes na cobertura midiática das mulheres atletas. Ao deslegitimarem as experiências das atletas, mantendo o sexo masculino no centro do esporte, esses discursos midiáticos contribuem para justificar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres no campo esportivo. A segregação sexual do desporto ilustra a crença cultural de que as diferenças biológicas servem como base para as diferenças de gênero.

Caster Semenya é um exemplo de como a imprensa construiu um discurso no qual as dúvidas sobre sua aparência são imediatamente relacionadas com o gênero da atleta. Semenya é muito forte, muito grande (musculatura) e exibiu uma *performance* incrível quando foi campeã mundial. Um atleta homem jamais será questionado por ser muito viril, entretanto, as mulheres que apresentam um desempenho como o de Caster são necessariamente suspeitas de sua identidade de gênero e sexual. Não por ser viril, mas por ser forte demais, levantando a suspeita de *doping*. Porém, ninguém desconfiará de que “não é homem”.

No mesmo campeonato em que Semenya sagrou-se campeã, um velocista jamaicano obteve um desempenho surpreendente: Usain Bolt estabeleceu um novo recorde mundial nos 100 metros, com a marca de 9s 58⁷. Se compararmos os registros da mídia a respeito de Bolt com as

notícias sobre Semenya, eles são completamente diferentes. Para Bolt, um repertório de palavras de admiração e exaltação, com algumas poucas menções (por vezes, implícitas) ao possível uso de *doping* para comentar seu desempenho espetacular. Com Semenya, como já mostrado nas análises desta pesquisa, o foco é outro, sua identidade sexual é diretamente questionada. Os homens, então, são suspeitos de utilização de *doping*, e as mulheres de serem homens? Por que evocar o *doping* quando o feito é masculino e duvidar da identidade sexual da atleta quando a *performance* incrível é da mulher?

O teste de verificação de gênero foi criado com o argumento de expulsar os homens que quisessem competir disfarçados de mulheres para obter uma vantagem nas competições. Entretanto, já se passaram mais de 45 anos de sua criação e nunca um homem foi flagrado sob essa condição. O que acontece, na maioria dos casos, são atletas intersexuais. Disso podemos concluir que esse teste é eminentemente sexista, consequência do mecanismo das relações entre os sexos no esporte. O “reduo de masculinidade” descrito por Elias e Dunning (1992) que é o mundo esportivo confirma para os homens sua identidade sexual, e é este paradoxo que se coloca para as atletas: não é somente as suas *performances* que interessam, mas a afirmação/confirmação/repressão de que são, “de fato”, mulheres.

Rebeca Gusmão inicialmente foi exaltada por seu ótimo desempenho nos Jogos Pan-Americanos, mas, logo após, sua aparência foi utilizada como pano de fundo para uma questão mais profunda: o *doping*. A atleta excedeu as normas de feminilidade de um corpo feminino, seu tamanho e musculosidade extrapolaram os limites da definição do que é normal e natural, questão que está no centro da controvérsia sobre o uso de produtos dopantes no desporto.

As mulheres dopadas “masculinizadas” e não dopadas (que também apresentem uma aparência masculinizada) são insultadas e criticadas de uma maneira semelhante àquelas estigmatizadas como lésbicas. O *doping* pode ser utilizado como um elemento para refletirmos sobre os discursos sobre a feminilidade e a sexualidade dessas mulheres.

Uma compreensão mais positiva da aparência dessas mulheres masculinizadas (dopadas ou não) pode ser alcançada ao se diversificar o significado do feminino. Um desafio é tornar mais complexa a noção tradicional de feminilidade e abrir o leque de feminilidades possíveis,

criticando também – é bom que não se esqueça – o espaço tradicionalmente reservado para a masculinidade.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez. 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **O Poder Soberano e a Vida Nua**: Homo Sacer. Lisboa: Presença, 1998.

ALTIMARI, Leandro Ricardo. Ingestão de cafeína como estratégia ergogênica no esporte: substância proibida ou permitida? (Carta ao Editor). **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 16, n. 4, p. 314, jul./ago. 2010.

ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. IX, n.1, p.49-63, jan./jun. 2006.

ARAÚJO, Hermetes (Org.). **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

ARCHETTI, Eduardo. Prólogo. In: ALABARCES, Pablo; DI GIANO, Roberto; FRYDENBERG, Julio (Orgs.). **Deporte y sociedad**. Buenos Aires: Eudeba, 1996. p.9-12.

ARTIOLI,Guilherme; HIRATA, Rosário; LANCHÁ JUNIOR, Antonio. Terapia gênica, doping genético e esporte: fundamentação e implicações para o futuro. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 13, n. 5, p. 349-354, set./out. 2007.

ASSUNÇÃO, Leonardo de; SANTOS, José Henrique dos. Controle antidoping no Brasil: monitoramento e prática de dopagem. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 447-467, jul./set. 2012.

BAIROS, André Valle de; PREVEDELLO, Alex Almeida; MORAES, Liliana de Los Santos. Doping genético e possíveis metodologias de detecção. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 1055-1069, out./dez. 2011.

BEAMISH, Rob; RITCHIE, Ian. From chivalrous ‘brothers-in-arms’ to the eligible athlete: Changed principles and the IOC’s banned substance list. **International Review for the Sociology of Sport**, London, v. 39, n. 4, p. 355-371, dez. 2004.

BENTO, Rafael Maia de Almeida; DAMASCENO, Lúcia Menezes Pinto; AQUINO NETO, Francisco Radler de. Eritropoetina humana recombinante no esporte: uma revisão. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 9, n. 3, p. 169-180, maio/jun. 2003.

BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.185-220.

BORDO, Susan. **Unbearable Weight: Feminism, Western Culture and the Body**. Berkeley: University of California Press, 1993.

BORTOLOTTO, Luiz Aparecido; CONSOLIM-COLOMBO, Fernanda. Betabloqueadores adrenérgicos. **Revista Brasileira de Hipertensão**, São Paulo, vol. 16, n. 4, p. 215-220, out./dez. 2009.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: _____. (Org.). **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 136-163.

BRASIL. Ministério da Saúde. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador. Portaria n. 1707, de 18 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 ago. 2008 (a).

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Regulamenta o Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde. Portaria n. 457, de 19 de agosto de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 160, Seção 1, 20 ago. 2008 (b).

BROHM, Jean-Marie. **Sociología política del deporte**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BRÜSEKE, Franz Josef. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAHN, Susan. **Coming on strong**: Gender and sexuality in twentieth-century women’s sport. New York: The Free Press, 1994.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910 – 1995). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.21, n.41, p.77-111, 2001.

CECCHETTO, Fátima; RIBEIRO, Danielle; FARIAS, Patrícia. Distintos enfoques sobre esteroides anabolizantes: riscos à saúde e hipermasculinidade. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 16, n. 41, p.369-382, jun. 2012.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do fitness. **Educação & Realidade**, Dossiê Governamentalidade e Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p.119-134, maio/ago. 2009.

CHILAND, Colette. **O transexualismo**. São Paulo: Loyola, 2008.

CLASEN, Patricia. **The female athlete**: Dualisms and paradox in practice. *Women and Language*, v. 24, n. 2, p.36-41, 2001.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. **A lista proibida 2012**. Código Mundial Antidoping. Resolução n. 33, de 28 de dezembro de 2011. Aprova a lista de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva para o ano de 2012. Disponível em: <<http://www.cob.org.br/buscar?q=MANUAL+CONTRA+O+DOPING>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E MERCADO. **Laymert Garcia dos Santos entrevistado por CTeMe.** Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cteme/txt/entrevista_Laymert.pdf>. Acesso em: 04 maio 2009.

CORRÊA, Adriana Espíndola. **O corpo digitalizado:** bancos de dados genéticos e sua regulação jurídica. 275f. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

COUTO, Edvaldo. **O homem-satélite:** estética e mutações do corpo na sociedade tecnológica. Ijuí: Unijuí, 2000.

DAMATTA, Roberto. **O universo do futebol:** Futebol e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Edições Pinakothke, 1982.

DAMO, Arlei. **Do dom à profissão:** a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

DE ROSE, Eduardo Henrique; et al. Controle antidoping no Brasil: resultados do ano de 2003 e atividades de prevenção. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 10, n. 4, p. 289-293, jul./ago. 2004.

DE ROSE, Eduardo Henrique; AQUINO NETO, Francisco Radler; NICOLICH, Rebecca. **Informações sobre o uso de medicamento no esporte.** Rio de Janeiro: COB Cultural, 2009.

DELEUZE, Gilles. **Conversações:** 1972-1990. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DENADAI, Benedito Sérgio; ORTIZ, Marcelo Janini; MELLO, Marco Túlio de. Índices fisiológicos associados com a "*performance*" aeróbia em corredores de "*endurance*": efeitos da duração da prova. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, vol. 10, n. 5, p. 401-404, set./out. 2004.

DESCARTES, René. **Coleção Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

DEVIDE, Fabiano Pries; VOTRE, Sebastião José. Doping e mulheres nos esportes. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 123-138, set. 2005.

DICKINSON, Barry., et al. Gender verification of female Olympic athletes. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, Philadelphia, v. 34, n. 10, p.1539-1542, out/2002.

DOMINGUES, Ivan. Ética, ciência e tecnologia. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 45, n. 109, p. 159-174, jan./jun. 2004.

DUARTE, André. **Vidas em risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUFF, Robert; HONG, Lawrence; ROYCE, Stephen. Gender comparisons in weight training for collegiate sports. **Gender Issues**, v. 17, n. 4, p. 74-85, set/1999.

DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph. A relação entre os sexos no esporte. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 321-348, 2ºsem/1997.

DURET, Pascal; TRABAL, Patrick. **Le sport et ses affaires**: une sociologie de la justice de l'épreuve sportive. Paris: Métailié, 2001.

DWORKIN, Shari. Holding back: Negotiating a glass ceiling on women's muscular strength. In: WEITZ, Rose (Ed.). **The politics of women's bodies**: sexuality, appearance, and behavior. New York: Oxford University Press, 2003. p. 240-256.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 17/18, p. 9-79, 2001/2002.

_____. **Cuerpos sexuados**: La política del género y la construcción de la sexualidad. Barcelona: Melusina, 2006.

FABRINI, Sabrina Pinheiro, et al. Práticas de redução de massa corporal em judocas nos períodos pré-competitivos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 2, p.165-177 abr./jun. 2010.

FEATHERSTONE, Mike; BURROWS, Roger. Cultures of technological: Embodiment: an introduction. In: FEATHERSTONE, Mike; BURROWS, Roger (Orgs.). **Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunks**: Cultures of technological embodiment. London: Sage publications, 1998.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre os modos de enunciar o feminino na TV. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, p. 586-599, n. 2/2001.

FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbine**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Aula de 22 de janeiro de 1975. In: _____. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.69-100.

_____. Tecnologias de si. **Verve**, n. 6, p.321-360, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2005 (a).

_____. **Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Ditos e Escritos, vol. 2. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 (b).

_____. **Ética, Sexualidade, Política**. Ditos e Escritos, vol. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 (a).

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (b).

_____. **Segurança, Território, População – 1977-1978**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (c).

FRAGA, Alex. **Exercício da informação**: governo dos corpos no mercado da vida. Campinas: Autores Associados, 2006.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALIMBERTI, Umberto. A emergência tecnológica e a passagem da cosmo-polis para a tecno-polis. In: GALIMBERTI, Umberto. **Psiche e techne**. L'uomo nell'età della técnica. Trad. Selvino Assmann. Roma: Feltrinelli, 1999.

GARCIA, Paula Rodrigues; YONAMINE, Mauricio; MOREAU, Regina Lúcia de Moraes. Determinação de efedrinas em urina por

cromatografia em fase gasosa (CG/DNP) para o controle da dopagem no esporte. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, São Paulo, v. 41, n. 3, p.351-358, jul./set. 2005.

GAY, Peter. **O cultivo do ódio**: a experiência burguesa da rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Bela, Feminina e Maternal**: imagens da mulher na Revista Educação Physica. Ijuí: Unijuí, 2003.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005.

_____. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n.2, p.171-196, maio/agosto 2007.

GOMES, Ivan. **Conselheiros modernos**: propostas para a educação do indivíduo saudável. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GONÇALVES, Gisele Carreirão; ALBINO, Beatriz; VAZ, Alexandre Fernandez. **O herói esportivo deficiente**: aspectos do discurso em mídia impressa sobre o Parapan-Americano 2007. Disponível em: <http://www.labomidia.ufsc.br/pesquisas/Pesquisa2010/pan/10_Parapan.pdf> Acesso em: 22 out. 2012.

GRIFFIN, Pat. **Strong women, deep closets**: lesbians and homophobia in sport. Champaign: Human Kinetics, 1998.

GUTTMANN, Allen. **From ritual to record**: the nature of modern sport. New York: Columbia University Press, 1978.

_____. **The game must go on**: avery brundage and the olympic movement. New York: Columbia University Press, 1984.

_____. **Sports Spectators**. New York: Columbia University Press, 1996.

GUYTON, Arthur; HALL, John. **Tratado de Fisiologia Médica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

HARAWAY, Donna. **Simians, cyborgs, women**: the reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

_____. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do cyborg**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.92-108.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

HARGREAVES, Jennifer. **Heroines of sport**: The politics of difference and identity. Londres: Routledge, 1987.

HARGREAVES, John. The body, sport and power relations. In: JARY, David; TOMLINSON, Alan (Eds.). **Sport, leisure and social relations**. London: Routledge & Kegan Paul, 1987. p. 139-159.

HEIDEGGER, Martin. **Serenidade**. Lisboa: Piaget, 2000.

_____. A questão da técnica. **Revista Scientiae Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HEYWOOD, Leslie. **Bodymakers**: A cultural anatomy of women's bodybuilding. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

HOBERMAN, John. **Mortal engines**: The science of performance and the dehumanization of sport. New York: Free Press, 1992.

_____. **A Pharmacy on Wheels**: The Tour De France Doping Scandal. Disponível em: <http://pages.citebite.com/o2h0d2v0y4rto>, 1998. Acesso em 20 abril 2010.

_____. **Learning from the past:** The need for independent doping control. Presented at the Duke Conference on Doping, Durham, North Carolina, May 7, 1999. Disponível em: <http://law.duke.edu/sites/default/files/migrated_files/dl_file-sportscenter-hoberman_4.pdf>. Acesso em: 15 maio 2010.

_____. How drug testing fails: The politics of doping control. In: WILSON, Wayne; DERSE, Edward (Eds.). **Doping in elite sport:** The politics of drugs in the Olympic Movement. Champaign: Human Kinetics, 2001. p. 241-274.

_____. History and prevalence of doping in the marathon. **Sports Medicine**, Bethesda, v. 37, n. 4-5, p.386-388, 2007.

_____. **Think Again:** The Olympics. Foreign policy, Washington, 16 jun. 2008. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2008/06/16/think_again_the_olympics?print=yes&hidecomments=yes&page=full. Acesso em: 25 out. 2012.

HOWE, David. **Sport, professionalism and pain:** ethnographies of injury and risk. New York: Routledge, 2004.

JAEGER, Angelita; GOELLNER, Silvana. O músculo estraga a mulher? A produção de feminilidades no fisiculturismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 955-975, set./dez. 2011.

KANE, Mary Jo. Resistance/transformation of the oppositional binary: Exposing sport as a continuum. **Journal of Sport and Social Issues**, Champaign, v.19, n. 2, p. 191-218, 1995.

KEARNEY, Michael. The Local and the Global: the Anthropology of Globalization and Transnationalism. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 547-65, 1995.

KNIJNIK, Jorge; MACHADO, Afonso. Bailarinos do esporte: notas sobre novas masculinidades em campo. In: ROMERO, Eliane;

PEREIRA, E.G. (Orgs.). **Universo do corpo**: Masculinidades e feminilidades. Rio de Janeiro: SHAPE/FAPERJ, 2008. p. 153-161.

KOLNES, Liv Jorunn. Heterosexuality as an organizing principle in women's sport. **International Review for the Sociology of Sport**, London, v. 30, n. 1, p. 61-77, mar. 1995.

KÖNIG, Eugen. Criticism of doping: The nihilistic side of technological and the antiquated view of sports ethics. **International Review for the Sociology of Sport**, London, v. 30, n. 3-4, p. 247-260, set. 1995.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, David. **Adeus ao corpo**: Antropologia e sociedade. Campinas: Papirus, 2003.

LENSKYJ, Helen Jefferson. **Olympic industry resistance**: challenging Olympic power and propaganda. Albany: State University of New York Press, 2008.

LIMA, Homero Luis Alves de. **Do corpo-máquina ao corpo informação**: o pós-humano como horizonte biotecnológico. 317 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

LOUVEAU, Catherine. **Sportives et dopage**: le sport contre la féminilité? In: LAURE, Patrick (Org.). *Dopage et société*. Paris: Ellipses, 2000.

LOWE, Maria. **Women of steel**: Female body builders and the struggle for self-definition. New York: New York University Press, 1998.

LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001.

McCULLOUGH, Sarah Reboloso. Body like a rocket: performing technologies of naturalization. **Thirdspace: a Journal of feminist theory & culture**, Gender, sport and the olympics, Ewing, v. 9, n. 2, 2010.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 24, p. 249-281, jan./jun. 2005.

MALUF, Sônia. Corporalidade e desejo: Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.143-153, 1º sem./2002.

MARKULA, Pirkko. The technologies of the self: Sport, feminism, and Foucault. **Sociology of Sport Journal**, v.20, p. 87-107, 2003.

MARTINS, Hermínio. Tecnologia, modernidade e política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 40-41, p. 289-322, ago. 1997.

MELO, Victor Andrade. **Cidade sportiva**: primórdios no esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MESSNER, Michael. **Taking the field**: Women, men, and sports. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

_____. Sports and male domination: the female athlete as contested ideological terrain. **Sociology of Sports Journal**, v. 5, n. 3, p. 197-211, 1988.

MIAH, Andy. **Atletas geneticamente modificados**. São Paulo: Phorte, 2008.

MISSÉ, Miquel; COOL-PLANAS, Gerard. (Orgs.). **El género desordenado**: Críticas em torno a la patologización de la transexualidad. Barcelona-Madrid: Egales, 2010.

MORTON, Alexander; STOCKTON, Gwendolyn. Methylphenidate abuse and psychiatric side effects. **Primary Care Companion - Journal Clinical Psychiatry**, v. 2, n. 5, p. 159-164, out/2000.

NOVAES, Adauto (Org.). **O homem-máquina**: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NOVAES, Valnei de Souza. A performance do híbrido: corpo, deficiência e potencialização. In: COUTO, Edavaldo; GOELLNER, Silvana (Orgs.). **Corpos mutantes**: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007. p. 165-180.

Organisation Mondiale de la Santé [OMS]. (1993). Programme de lutte contre les toxicomanies - Dopage et sport. Problèmes actuels et répercussions sur la santé publique. Référencé WHO/PSA/93.3, 49 p.

ORTEGA, Francisco. Biopolíticas da saúde: reflexões a partir de Michel Foucault, Agnes Heller e Hannah Arendt. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, vol. 8, n. 14, p. 9-20, set.2003/fev.2004.

PARK, Jin-Kyung. Governing doped bodies: The world anti-doping agency and the global culture of surveillance. **Cultural studies**: Critical methodologies, London, v. 5, n. 2, p. 174-188, maio 2005.

PARRA, Renata Marques; PALMA, Alexandre; PIERUCCI, Anna Paola. Contaminação de suplementos dietéticos usados para prática esportiva: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 4, p. 1071-1084, out./dez. 2011.

PASSETI, Edson. Entrevista com Edson Paseti. **Revista Ecológica**, São Paulo, n.1, 2011. Disponível em: <<https://vimeo.com/couchmode/user9403359/videos/sort:date/33342925>>. Acesso em: 05 dez. 2012.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital**: Ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, Henrique, et al. Study of endogenous profile of hCG in male Brazilian athletes. **Journal of the Brazilian Chemical Society**, São Paulo, vol. 19, n. 3, p. 528-531, 2008.

PEREIRA, Leonardo. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1920-1938). Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2000.

PFISTER, Gertrud. Líderes femininas em organizações esportivas: tendências mundiais. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p.11-35, mai./ago. 2003.

PRECIADO, Beatriz. **Texto Yonqui**: sexo, drogas e biopolítica. Madrid: Espasa-Calpe, 2008.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do "amor venéreo". **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n.25, p.181-194, dez/2002.

RABINBACH, Anson. **The Human Motor**: Energy, fatigue and the origins of modernity. Berkeley: University of California Press, 1992.

RITCHIE, Ian. Sex tested, gender verified: controlling female sexuality in the age of containment. **Sport History Review**, v. 34, n. 1, p. 80-98, maio/2003.

RIVIER, L. Is there a place for hair analysis in doping controls? **Forensic Science International**, Lausanne, v. 107, n. 1-3, p. 309-323, jan./2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. O homem-máquina hoje. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O homem-máquina**: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 37-64.

RUEDA, Lupicínio (Org.). **Análisis del discurso**: manual para las ciencias sociales. Barcelona: Editorial OUC, 2003.

SABINO, Cesar. Anabolizantes: Drogas de Apolo. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Nu e Vestido**: Dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.139-188.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Descobrir o corpo: uma história sem fim. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 49-58, jul./dez. 2000.

SANTOS, Luciano Bucco dos. Estratégia para competição. Pontos-chaves para o melhor entendimento das mudanças do equilíbrio entre o sistema aeróbio e anaeróbio durante as diversas fases do treinamento. **EFDeportes.com**, Revista Digital. Buenos Aires, v.17, n. 167, abr. 2012.

SCHMOLINSKY, Gerhardt. **Atletismo**. Lisboa: Estampa, 1982.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário de mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHUPUN, Mônica. **Beleza em Jogo: Cultura Física e Comportamento em São Paulo nos Anos 20**. São Paulo: Editora SENAC/Editorial Bointempo, 1999.

SCHWEINBENZ, Amanda Nicole; CRONK, Alexandria. Femininity Control at the Olympic Game. **Thirdspace – a Journal of feminist theory & culture**, Gender, sport and the Olympic, special issue, Ewing, v. 9, n. 2, 2010.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SFEZ, Lucien. **A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia**. São Paulo: Loyola, 1996.

SHEA, Christine. The paradox of pumping iron: Female bodybuilding as resistance and compliance. **Women and Language**, v.24, n. 2, p.42-46, 2001.

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

SIGOLI, Mário André, DE ROSE JR., Dante. A história do uso político do esporte. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 111-119, jun. 2004.

SILVA, Ana Márcia. **Corpo, ciência e mercado**: reflexões acerca da gestão de um novo arquétipo da felicidade. Campinas: Autores Associados, 2001.

SILVA, Paulo; DANIELSKI, Ricardo; CZEPIELEWSKI. Mauro Antonio. Esteróides anabolizantes no esporte. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, p. 235-243, dez./2002.

SMITH, Sean. WADA as sporting empire: prospects and shadows. **Esporte e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 12, p.1-22, jul./out. 2009.

SOARES, Carmen Lucia. **As roupas nas práticas corporais e esportivas**: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940). Campinas: Autores Associados, 2011.

STERLAC. Das Estratégias Psicológicas às Ciberestratégias: a protética, a robótica e a existência remota. In: DOMINGUES, Diana. (org.). **A Arte no século XXI**: a humanização das novas tecnologias. São Paulo: Unesp, 1997. p. 52-62.

TAMBURRINI, Claudio. **La mano de Dios?** Uma visión distinta del deporte. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2001.

TAVARES, Otávio. **Mens Fervida in Corpore Lacertoso?** As atitudes dos atletas olímpicos brasileiros diante do Olimpismo. 1998. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

_____; Doping: Argumentos em discussão. **Movimento**, Porto Alegre , v. 8, n. 1, p. 41-55 , jan./abr. 2002.

_____; **Esporte, movimento olímpico e democracia**: o atleta como mediador. 315 f. Tese (Doutorado em Educação Física). Programa de

Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2003.

TERRET, Thierry, et al. (orgs.). **Sport et genre** (XIXe - XXe siècles). Paris: L'Harmattan, 2005.

TSITSIMPIKOU, Christina, et al. Applications and Biomonitoring Issues of Recombinant Erythropoietins for Doping Control. **Therapeutic Drug Monitoring**, v. 33, n. 1, p.3-13, fev. 2011.

TRABAL, Patrick ; DURET, Pascal. Le dopage dans le cyclisme professionnel: accusations, confessions et dénégations. **STAPS**, Montpellier, vol. 24, n. 60, p. 59-74, 2003.

TRABAL, Patrick, et al. **Dopage et temporalités**. Rapport de recherche. Paris: Université de Paris X, 2006.

TRABAL, Patrick et al. **Recensement et évaluation des outils de prévention du dopage et des conduites dopantes**. Rapport de recherche, Ministère de la Santé, de la Jeunesse et des Sports. Paris: Université Paris X, 2008

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas Organizadas de Futebol**. São Paulo: Autores Associados/Anpocs, 1996.

VAZ, Alexandre Fernandez. Corpo, educação e indústria cultural na sociedade contemporânea: notas para reflexão. **Pró-Posições**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 61-75, maio/ago. 2003.

_____. Dopagem, esporte, performance: notas sobre os "limites" do corpo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 23-36, out. 2005.

VAZ, Paulo. Corpo e risco. **Fórum Media Viséu**, v. 1, n. 1, p. 101-111, 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas de governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Imagens de**

Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-34.

VERKHOSHANSKI, Yuri. **Treinamento desportivo:** teoria e metodologia. Porto Alegre: Artmed, 2001.

ZOGAIB, Paulo. Doping no esporte. In: COHEN, Moisés. (Org.). **Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar da Unifesp-EPM.** Barueri: Manole, 2008. p. 301-306.

WEBER, Eugene. **França fin de siècle.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WESELY, Jennifer. Negotiating gender: Bodybuilding and the natural/unnatural continuum. **Sociology of Sport Journal**, v. 18, n. 2, pp.162-180, jun. 2001.

WORLD ANTI-DOPING AGENCY. **Athlete's Guide to the Doping Control Program.** Montreal, Quebec: World Anti-Doping Agency, 2003 (a).

WORLD ANTI-DOPING AGENCY. **The World Anti-Doping Code (version 3.0).** Montreal, Quebec: World Anti-Doping Agency, 2003 (b)

WILMUT, Ian, et al. Viable offspring derived from fetal and adult mammalian cells. **Nature**, v.3, p.810-813, fev./1997.

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio:** o futebol e o Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

Entrevistas:

CUTRI, Maria José Pesce. **Entrevista Maria José Pesce Cutri.** Montevideo, 09 de outubro de 2011. Entrevista concedida a Viviane Teixeira Silveira. 7p.

DE ROSE, Eduardo Henrique. **Entrevista Eduardo Henrique De Rose**. Porto Alegre, 21 de dezembro de 2011. Entrevista concedida a Viviane Teixeira Silveira. 13p.